

FERNANDO
DA SILVA MANCEBO

WALDENILSON
TEIXEIRA RAMOS



EPISTEMES INVENTIVAS FRENTE AOS PROCESSOS
CONTEMPORÂNEOS DE SUBJETIVAÇÃO

VICTÓRIA
ROSA DA SILVA



REALCONHECER

RICHARD
SILVA DOS SANTOS

FERNANDO
DA SILVA MANCEBO

WALDENILSON
TEIXEIRA RAMOS



EPISTEMES INVENTIVAS FRENTE AOS PROCESSOS
CONTEMPORÂNEOS DE SUBJETIVAÇÃO

VICTÓRIA
ROSA DA SILVA



REALCONHECER

RICHARD
SILVA DOS SANTOS

© 2025 – Editora Real Conhecer

editora.realconhecer.com.br

realconhecer@gmail.com

Organizadores

Victória Rosa Silva

Richard Silva dos Santos

Fernando da Silva Mancebo

Waldenilson Teixeira Ramos

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Capa, Editoração e Arte: Os Organizadores

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586e	Epistemes Inventivas frente aos Processos Contemporâneos de Subjetivação / Victória Rosa Silva; Richard Silva dos Santos; Fernando da Silva Mancebo; Waldenilson Teixeira Ramos (organizadores). – Formiga (MG): Editora Real Conhecer, 2025. 202 p. : il. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-83668-02-8 DOI: 10.5281/zenodo.16281256 1. Relações humanas. 2. Epistemes Inventivas. 3. Processos Contemporâneos de Subjetivação. I. Silva, Victória Rosa. II. Santos, Richard Silva dos. III. Mancebo, Fernando da Silva. IV. Ramos, Waldenilson Teixeira. V. Título. CDD: 158.2 CDU: 301
-------	--

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Real Conhecer
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
editora.realconhecer.com.br
realconhecer@gmail.com
Formiga — MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://editora.realconhecer.com.br/2025/07/epistemes-inventivas-frente-aos.html>





I CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

**EPISTEMES INVENTIVAS FRENTE
AOS PROCESSOS
CONTEMPORÂNEOS DE
SUBJETIVAÇÃO**



I CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

EPISTEMES INVENTIVAS FRENTE AOS PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE SUBJETIVAÇÃO

Organizadores:

Victória Rosa Silva
Richard Silva dos Santos
Fernando da Silva Mancebo
Waldenilson Teixeira Ramos



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CORES NA RUA: UM ESTUDO AUTOETNOGRÁFICO SOBRE EXPERIÊNCIAS DE SUBJETIVIDADES NA CLÍNICA AMPLIADA Yasmin Borges Pereira	11
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E DROGAS: UMA ANÁLISE DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PSIQUIÁTRICAS NO BRASIL Maycon Leandro da Conceição	27
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA POR MEIO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS Ana Luiza Noia dos Santos	45
ARTIVISMO: RUMO À INVENÇÃO DE NOVAS FORMAS SENSÍVEIS Laryane Carvalho Lourenço da Silva	57
O DIÁRIO DE BORDO COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO: ALTERIDADE, LONGEVIDADE E TEMPORALIDADE NÃO-LINEAR NO PROCESSO COREOGRÁFICO DE MIÊDKA Tatiana Avanço Ribeiro	73
TRANSDISCIPLINARIDADE, ARTE CULTURA E SAÚDE MENTAL: RELAÇÃO ENTRE ARTE CULTURA E SAÚDE MENTAL EM DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE Marília Martins de Araújo Reis	85
OFICINAS PARA SONHAR JUNTOS: PESQUISANDO COM O CORPO E A IMAGINAÇÃO Catarina Mendes Resende; Livia da Motta de Souza	103
SERES-SABERES E INSURGÊNCIAS CONTRACOLONIAIS Julia Bardi	120
A REFORMA PSIQUIÁTRICA NOS IMPRESSOS DO PIAUÍ ENTRE 2001 E 2012 E O LUGAR DO JORNALISMO NA PAUTA DA LOUCURA Sônia Maria dos Santos Carvalho	136
NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS EM 'PÁTRIA HOSTIL': REFLETINDO SOBRE DEMOCRACIA E CONSCIÊNCIA POLÍTICA Matheus Giannini Caldas Dantas	158
RETRATAR, REINICIAR E RETERRITORIALIZAR: DESCOLONIZANDO PELO AFETO A EXPERIÊNCIA DIGITAL ALGORITMICAMENTE CONFIGURADA Lia Beatriz Teixeira Torraca; Edna Lúcia Tinoco Ponciano	171
PSICOLOGIA POLÍTICA E REFLEXÕES SOBRE O IDADISMO Pedro Augusto Dinelli Garcia Cruz	189



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

CONSELHO EDITORIAL

Carla Jeucken

Psicanalista. Doutoranda, mestre em Psicologia (Linha: Clínica e Subjetividade) e Psicóloga (CRP 05/45952) pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8741604992889511>

Cleuber Iguape Abidu Figueiredo

Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/PPGDH). Pós-graduado em Direito Homoafetivo e Gênero pela Faculeste (2022). Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2017).
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6374947145861261>

Dayane Lopes de Medeiros

Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos na UFPE (PPGDH/PE) 2024. Graduada em PEDAGOGIA (LICENCIATURA) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte — Lotação Centro de Ensino Superior do Seridó (UFRN/CERES) em 2023.
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0220441976820803>

Ingrid Harmony Cabral Da Silva

Advogada, inscrita na OAB/PE. Mestranda em Direitos Humanos pela UFPE (PPGDH/UFPE). Pós-graduada em: Direito Penal e Processo Penal; Violência contra a Mulher. Graduada em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8576615917702332>

Julia Bardi

Mestra em educação pela UNICAMP, professora da Educação Básica na rede municipal de Belo Horizonte e pesquisadora do grupo PHALA: Educação, Linguagem e Práticas Culturais e do subgrupo ODARA-MBERI IWE UPTABE, da Faculdade de Educação da UNICAMP.
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4929956589397526>

Larissa Alves da Silva Aragão

Arqueóloga e Preservadora Patrimonial formada pela Universidade Federal do Vale do São Francisco e, atualmente, mestranda pelo Programa de Pós-graduação de Arqueologia da UNIVASF.
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8383754556271969>

Luana Bringel Xavier Neves

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense em Niterói. Residente em Psicologia Jurídica, atuando no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5171196218423860>



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Marilia Martins De Araujo Reis

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1997). Doutora e Mestre em Estado e Sociedade (UFSB). Pós-graduada em Gestão de Redes de Atenção à Saúde (FIOCRUZ/ENSP), em Saúde Coletiva (UFSB) e em Saúde Mental, Gestão e Planejamento (em curso).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6333624577181121>

Nailton Negreiros Ribeiro

Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco — UNIVASF — Campus Serra da Capivara, Piauí. Mestrando em Arqueologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPArque — UNIVASF).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2000270998997055>

Natanael Vieira

Mestrando em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Licenciado em Letras e suas respectivas Literaturas; especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Espanhola, Braille e Tecnologia Assistiva pela FAVENI.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0043791228761709>

Tatiana Avanço Ribeiro

Bacharel em Música com habilitação em Regência pela Unesp (2018) e Mestre em Música pela Unicamp (2023). Ampla formação complementar em balé clássico, dança contemporânea e piano.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4687604473206481>

Witalo Brenno Martins Acioli

Professor Visitante do Centro Universitário Tabosa de Almeida — ASCES UNITA na Pós-graduação em Direito do Trabalho e Previdenciário. Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida-ASCES UNITA. Graduado em Direito pela ASCES UNITA.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1087070405365499>

Waldenilson Teixeira Ramos

Psicólogo registrado sob o CRP 05/72529, atualmente dedicado ao mestrado em Psicologia, com ênfase na linha de pesquisa Subjetividade, Política e Exclusão Social, pela Universidade Federal Fluminense. Graduou-se em Psicologia pela mesma instituição em 2022.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2268223482149159>



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

APRESENTAÇÃO

Os trabalhos aqui reunidos são frutos de múltiplos corpos que buscaram compor com o I Congresso Nacional dos Estudos em Subjetividade, Política e Arte, o qual ocorreu nos dias 24 e 25 de maio de 2025. O pressuposto inaugural para a construção desse evento foi o de que a subjetividade nunca existe isoladamente, mas é produzida a partir de processos sociais atravessado pelos regimes de organização e determinação da polis. Apesar disso, apartados de um fatalismo, compreendemos que a vida – enquanto processo ativo de afirmação da existência – persiste mesmo quando pressionada a se adequar a modos homogeneizantes, por meio de uma resistência que se dá pela invenção e pela criação.

Nesse sentido, a articulação teórica e prática do campo da subjetividade, da política e da arte se faz, assim, como uma brecha para que possamos vislumbrar percepções para além daquilo que já está dado – para que possamos pensar e desbravar trilhas que abram espaço para a diferença e para a multiplicidade. Nosso ponto de partida é propriamente, portanto, uma postura ético-política a qual sustentará uma concepção epistemológica atenta aos efeitos que se realizam com a produção dos saberes. A pesquisa aqui não será tomada como mero registro de fatos, mas ainda como intervenção nas condições de possibilidade da experiência.

O acolhimento das construções textuais, por sua vez, buscou concretizar essa perspectiva de transformação social, tornando a palavra o suporte manifesto para a transmissão das ideias, entendendo, ainda, que estas não devem se fazer dissociadas das ações.

Com isso, agradecemos a todos que puderam contribuir para a consolidação do espaço de debate e agora para construção da presente obra a qual servirá como prova do compromisso que nossos pesquisadores nacionais têm com uma vida possível para além das violências estruturais e cotidianas que pintam o cenário de nosso país e do mundo. Seguimos adiante – sempre adiante.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

CORES NA RUA: UM ESTUDO AUTOETNOGRÁFICO SOBRE EXPERIÊNCIAS DE SUBJETIVIDADES NA CLÍNICA AMPLIADA

 DOI: 10.5281/zenodo.16279241

1. Yasmin Borges Pereira

1. Pós Graduada em Psicologia Clínica pela PUCRS. *yasminbpereirapsi@gmail.com*

Resumo: O presente escrito tem como objetivo analisar a experiência da condução de oficinas de pintura para mulheres em situação de rua e vulnerabilidade social dentro do estágio de graduação em Psicologia. A partir dos referenciais teóricos pautados numa Psicologia Social, crítica e consciente de marcadores sociais, o estudo com metodologia autoetnográfica busca refletir sobre a contribuição da Arte enquanto ferramenta de escuta na formação de estudantes de Psicologia, numa relação direta com pessoas em situação de rua e questões de gênero. Assim, o escrito delimita o processo da elaboração, observação e análises posteriores das oficinas de pintura.

Palavras-Chave: Gênero; Pessoas em Situação de Rua; Clínica Ampliada; Arteterapia.

COLORS ON THE STREET: AN SELF-ETHNOGRAPHY STUDY ABOUT SUBJECTIVE EXPERIENCES IN A EXPANDED CLINIC

Abstract: The present paper aims to analyze the experience of conducting painting workshops for women experiencing homelessness and social vulnerability within an internship focused on working with people in these situations. Grounded in theoretical frameworks from Social Psychology—critical and conscious of social markers—this autoethnographic study seeks to reflect on the contribution of Art as a listening tool in the training of Psychology students, through direct engagement with individuals experiencing homelessness. The paper is divided into three sections, outlining the process of planning, observing, and analyzing the painting workshops.

Keywords: Gender; Homelessness People; Expanded Clinic; Art Therapy.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, o sofrimento psíquico mostrou-se presente em diferentes formas e aspectos, estando relacionado ao conjunto de mal-estares mentais e adquirindo diversos nomes: loucura, alienação, doença mental, transtorno mental e sofrimento mental (Pinheiro, 2022). Entretanto, ao ser feito um recorte de gênero, o sofrimento psíquico passa a ter outros nomes, como “Histeria”. De acordo com Freud (1888, p. 94), trata-se de uma distribuição anormal das excitações ou estímulos no sistema nervoso e, apesar de o autor ter ressaltado que a histeria está presente em diferentes gêneros, ao longo do tempo a terminologia foi associada ao sofrimento psíquico feminino, sendo carregado de significados pejorativos e estigmatizantes.

Souza e Simplicio (2022) apontam que a opressão sofrida pelas mulheres é naturalizada por um sistema patriarcal voltado para uma perpetuação intencional da desigualdade de papéis de gênero, estimulando violências institucionalizadas, ou seja, normalizadas e tradicionalizadas pelo funcionamento social. E, num cenário brasileiro marcado por desigualdades socioeconômicas profundas e desafios relacionados à inclusão social, existe também o cenário da rua. Pessoas em situação de rua não se tratam de um fenômeno específico ou isolado da atualidade, mas sim de um acontecimento comum a vários contextos culturais e históricos distintos (Carvalho, 2019). São pessoas que, por diversos fatores, estão desprovidas de direitos como moradia, saúde, alimentação e educação (Brito, 2022).

Quando é delimitado o recorte de gênero em situação de rua, os meios de chegada das mulheres às ruas, segundo Jorge (2020), estão associados a rupturas de relações familiares, histórico de abusos sexuais, violência doméstica e negligências, entre outros inúmeros fatores. E, além do preconceito que as mulheres enfrentam por estarem na rua, elas estão mais suscetíveis a possíveis violências raciais, físicas, verbais e sexuais. Assim, contextualizar o perfil dessas mulheres “é compreender que elas trazem consigo uma trajetória histórica de exclusão e desvalorização social e econômica que afetam diretamente suas vidas” (Carvalho, 2019).



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Ao buscar alternativas de prevenção e promoção de saúde mental, a Arteterapia se mostra como uma importante aliada às práticas de acolhimento no contexto da rua, tratando-se de “um modo de trabalhar utilizando a linguagem artística como base da comunicação” (Carvalho, 1995). A Arteterapia utiliza de diversas linguagens como desenho, pintura, música, poesia, dramatização e dança para promover saúde, podendo ser aplicada como avaliação, prevenção, tratamento e reabilitação (Reis, 2014). E, no Brasil, a Arteterapia ganhou destaque na primeira metade do século XX sendo um dos nomes mais relevantes para a área o de Nise da Silveira (1905-1999), médica psiquiatra que voltou seu olhar para um processo terapêutico mais humanizado e sensível frente aos métodos agressivos e violentos de contenção (Reis, 2014).

Desta maneira, o presente trabalho surge a partir da experiência de estágio no Programa Corra pro Abraço, uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, através da Superintendência de Política sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (SUPRAD), da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES), com objetivo de promover a cidadania e a garantia de direitos de homens e mulheres em vulnerabilidade social e em situação de rua, usuários ou não de substâncias psicoativas (Bahia, 2022). As equipes do programa atuam em lugares onde há concentração de pessoas em situação de rua em diversas cidades da Bahia, inclusive Salvador, promovendo cursos capacitatórios, oficinas de arte-educação e uma equipe multidisciplinar com psicólogos, redutores de danos, assistentes sociais, educadores jurídicos, entre outros.

Dentro da experiência do estágio, foi elaborada uma proposta de oficina de Arteterapia, unindo o interesse pessoal da presente autora pelas expressões artísticas com o embasamento teórico oferecido pela Psicologia. Foi sentida a necessidade de trabalhar com o público feminino pois a literatura aponta que as violências sofridas por mulheres em situação de rua não são notificadas, além da barreira para acessar serviços públicos de saúde pela falta de informação, de documentação, maternidade solitária, entre outras dificuldades (Nardes e Giongo, 2021).

Pode-se afirmar que a presente pesquisa busca, através de um estudo autoetnográfico, analisar a experiência vivida e produzida em estágio com a realização de



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

oficinas de pintura para mulheres em situação de rua na cidade de Salvador. Quando é feito um recorte na parte das artes visuais, como desenho ou pintura, nota-se “uma forma de linguagem expressiva, por meio da qual o homem se apropria das coisas ao seu redor e do mundo, atribuindo-lhes significados.” (Tshako, 2015).

Assim, a Arte recebe o valor terapêutico no processo de tomada de consciência da realidade, a partir da provocação em expressar, objetivamente, a subjetividade (Silva, Carvalho e Lima, 2013), associando esse processo às linguagens que vão além da fala, mas que estão ligadas ao processo de criar enquanto liberdade “diante da ruptura da arte com a expectativa mercadológica e capitalista, em que se espera um produto final que precisa ser belo e no qual a estética está acima de tudo.” (Pinangé, 2018).

OBJETIVO

Objetiva-se compreender, através da reflexão teórica, sobre as possíveis contribuições da Arteterapia enquanto instrumento de escuta do sofrimento psíquico de vozes femininas em situação de rua, visando a contribuição dessa experiência para a formação em Psicologia.

METODOLOGIA

Segundo Maia e Batista (2022), a Autoetnografia refere-se a uma análise de experiências pessoais que buscam compreender uma experiência inserida num fenômeno sociocultural. Jorge Larrosa Bondía (2002) delimita a diferença entre informação e experiência a partir do sujeito alvo da experiência: “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. Esse atravessamento vai muito além da informação transmitida. Vai de acordo com as nuances subjetivas em que o indivíduo se coloca enquanto passível a refazer-se e sentir-se.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Esse método, voltado à experiência, abre caminhos para uma análise mais próxima de questões individuais e culturais, colocando em destaque as indagações, observações e impressões pessoais a respeito do ambiente da rua, atravessado por múltiplas dimensões (Miranda, 2015). Com um caráter descritivo e qualitativo, a pesquisa é vinculada ao relato da experiência de condução de oficinas de pintura desenvolvidas no ambiente de estágio com mulheres em situação de rua, ainda durante a graduação. As análises, produzidas a partir da leitura dos diários de campo e elementos de registro das vivências, resgatam também as camadas da memória, o que atravessou a experiência do estágio ao final da graduação.

Para o Conselho Federal de Psicologia (2018), é esperado que as estudantes (em sua maioria, mulheres) desenvolvam habilidades práticas e teóricas baseadas na ética e nos pressupostos científicos da profissão, construindo senso crítico e subjetivo para investigar e intervir em situações ambientais e sociais. Desta forma, a escolha do presente método se deve ao reconhecimento de que a vivência em campo de estágio, num contexto de pessoas em vulnerabilidade social, possibilita uma percepção e escuta ampliada de dinâmicas tão invisibilizadas pela sociedade.

Vale destacar que, seguindo as regras do Comitê de Ética, a pesquisa não apresenta nenhuma informação que possa expor ou indicar os participantes, tendo como destaque o relato de experiência da presente autora. A partir da leitura e produção do diário, fez-se a divisão de três seções de análise apresentadas a seguir.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da experiência, feita a partir das observações e da produção de pensamentos, sensações e manejos ao longo das oficinas de pintura, adquire a partir do presente tópico a linguagem da primeira pessoa, priorizando as experiências vividas e sentidas pela autora no percurso do estágio, paralelo à construção e aplicação das oficinas.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

ESBOÇO A LÁPIS

Apesar de processos criativos serem singulares, todos eles precisam iniciar de algum lugar. É esse o papel do esboço, onde são capturadas ideias para que traços livres se transformem numa figura visível e palpável. Esse tópico faz uma analogia ao processo de esboço artístico ao trazer a parte teórica e metodológica das oficinas de pintura. Busco, assim, pontuar questões prévias à etapa de planejamento da experiência proposta.

Ao longo das semanas que convivi com a equipe do Programa e os assistidos, pude perceber que entrar em contato com pessoas em situação de rua solicita que sejam adotadas determinadas posturas não convencionais para o fazer clínico. Esses foram fatores essenciais para a produção do presente escrito, somados ao meu interesse particular de observar e conhecer dinâmicas de gênero.

Devemos observar, antes de tudo, que o território da rua deve ser compreendido a partir de suas próprias dinâmicas, encarando o grupo além dos estigmas associados às pessoas em situação de rua (Brito e Silva, 2022). Foi necessário passar por um momento de apresentação, inserção na rotina e construção de vínculos para que qualquer atividade fosse possível. Assim como o fundo de uma pintura, o primeiro contato na rua foi feito com intuito de desenvolver uma base segura para o desenvolvimento dos próximos passos.

Ao longo das quintas-feiras de maio de 2024, foram realizadas as oficinas de pintura, com aproximadamente uma hora de duração. A todo momento, me deparei com a necessidade de flexibilizar e ceder aos imprevistos, algo que aconteceu diversas vezes por variadas circunstâncias. Foi necessário compreender que o contexto fluido e não estático da rua nem sempre corresponde às nossas expectativas.

A equipe interdisciplinar me apresentou aos assistidos e aos poucos fui identificando como funcionava a rotina e as dinâmicas entre eles. Foi necessário compreender, até mesmo, como certas falas ou gestos poderiam não ser bem recebidos no território. Assim, ao longo das semanas, foi possível a criação de vínculos de maneiras distintas e singulares, à medida em que eu também criei uma conexão com a equipe do Programa, como relatado no trecho do diário de campo:



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

“Observei que não há uma hierarquia rígida entre as funções. Tanto os redutores de danos quanto as psicólogas e estagiárias dividem atividades e colaboram entre si. Todos se mostraram solícitos e abertos para trocas e interações comigo.”

Observei também uma nítida flexibilidade da equipe, adaptando-se rapidamente às demandas diárias e mantendo um ambiente de respeito e cooperação. As dinâmicas eram planejadas com atenção, sempre buscando atender às necessidades emergentes dos usuários, onde inúmeras demandas surgiam a todo momento.

É necessário destacar a interdisciplinaridade das equipes atuantes na Unidade de Apoio na Rua. Esse território, juntamente à equipe que me acolheu, são produtores de um fazer coletivo junto à população assistida, indo na contramão do avanço neoliberal que continua numa lógica higienista e manicomial que torna a rua um lugar hostil (Chamusca *et al*, 2022). Desta maneira, pude perceber na prática o que é estar na atuação de pequenas mudanças que, na verdade, se tornam grande potência ao proporcionar autonomia para sujeitos em vulnerabilidade social.

Durante os meses de experiência no território, tive uma interação direta com os assistidos não apenas no trabalho diário, mas também nas atividades lúdicas. Ao participar das dinâmicas, juntamente com a equipe e os assistidos, pude observar outras atividades de desenho e pintura que despertavam o interesse majoritariamente feminino. As obras produzidas eram reunidas e expostas para todos, e me chamou a atenção como as participantes se sentiam orgulhosas em partilhar suas produções.

A partir da compreensão do perfil do território, que demonstrava interesse nas atividades propostas pela equipe, surgiu meu interesse em fazer uma escuta das assistidas através da criação artística. Foi de extrema importância compreender o funcionamento da rua para que as oficinas fossem construídas, sendo constantemente adaptadas aos temas que atravessam as mulheres do território.

Assim, foram elaboradas as oficinas para mulheres (cis e trans) em situação de rua/vulnerabilidade social, sem critério de idade, escolaridade ou identificação racial. Como materiais para as produções, foram utilizados papéis em branco, pincéis, tintas (vermelho, amarelo, azul, cores primárias que possibilitam diversas misturas, além de branco e preto), mesas e tatames.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

O ENCONTRO EM CAMADAS DE TINTA

O campo da rua permite que sejam analisadas inúmeras camadas, onde cada uma delas apresenta diferentes aspectos e contextos psicossociais. Assim, logo após o esboço, é necessário dar cor às primeiras camadas — ou seja, analisar os primeiros momentos onde se estabelece o vínculo.

As primeiras oficinas tiveram a proposta de associar cores e formatos (geométricos ou abstratos) a sentimentos, sem indicação ou influência prévia para que os resultados das pinturas fossem autênticos. Segundo Nunes (2012), a variedade de significados de cada cor está ligada ao desenvolvimento cultural das sociedades que as criam. Então, o objetivo era possibilitar que cada participante falasse sobre o que cada cor significava, sendo também geradas indagações sobre as formas de cada uma perceber suas emoções.

A atividade aconteceu em dias chuvosos, o que a dinâmica e as trocas. O ambiente da rua se apresenta suscetível a imprevistos não apenas do clima, mas também das dinâmicas que ocorrem na região. Precisei lidar com a espera, respeitando as intercorrências, mas a ansiedade ainda se fazia presente a partir do temor de não ser possível aplicar a oficina. O grupo foi formado por 11 mulheres, superando minhas expectativas, tendo em vista que o fator da chuva poderia impactar no deslocamento até o espaço, além da maioria dos assistidos na região ser masculina. Nesse momento, precisei lidar com a angústia da espera. Assim como a tinta demora para secar, foi necessário esperar a chuva para continuar a construir as camadas da atividade, compreendendo que aquelas interferências faziam parte do processo.

Quando a chuva reduziu, o grupo feminino se reuniu novamente para o momento da escuta e da partilha. Precisei estar atenta às nuances emocionais e às vivências compartilhadas pelas participantes. Cada camada de tinta adicionou profundidades que destacaram a singularidade de suas experiências, e essas situações foram essenciais para que eu pudesse desenvolver escutas além do espaço clínico.

Durante a minha graduação em Psicologia, observei discursos que defendiam o ambiente/contexto ideal para a atuação profissional, voltado para uma clínica fechada e

individualizada. Entretanto, a experiência do estágio, num território oposto a esse cenário, na praça, possibilitou a ampliação da compreensão sobre a escuta ampliada e qualificada. Nesse primeiro momento, chamou minha atenção sobre o papel da sensibilidade na busca de uma comunicação através da compreensão das demandas não verbalizadas. Afinal, através daquele exercício, pude entender que nem sempre enxergamos com totalidade as camadas do sujeito.

As temáticas seguintes foram elaboradas com a intenção de que as assistidas olhassem para si mesmas para “reconhecer suas identidades, aprimorando a capacidade de observação e sensibilidade do olhar em relação a si mesmo, e na construção da identidade em relação à comunidade” (Rauen e Momoli, 2015). Estavam presentes as mesmas assistidas, porém em menor número, totalizando oito participantes. Expliquei que a proposta era que elas se olhassem nos espelhos e, a partir do que vissem, sentissem e lembrassem, fizessem uma produção sobre elas mesmas, ressaltando que não precisava ser uma pintura sobre o rosto/corpo material.

Apesar do sol ter feito contraste com a chuva da oficina anterior, a dinâmica se apresentou de maneira mais difícil. Durante a atividade, aconteceu um atravessamento por parte de uma pessoa externa, influenciando as participantes através de sugestões e indicando como elas deveriam pintar. Foi nesse momento que enfrentei minha dificuldade de assumir uma liderança, ao mesmo tempo em que precisei de assertividade para incentivá-las à concentração. Como a elaboração das pinturas tinha a proposta de ser livre e isenta de influências externas, manejei a interferência para garantir que a atividade continuasse como na preparação teórica. Observo, com essa situação, que a criação livre na rua dialoga de maneira intrínseca às variáveis que surgem nesse território.

O fechamento da atividade foi feito com as reflexões e compartilhamentos a respeito das pinturas. As participantes, ao mergulharem na atividade artística, expressaram suas emoções e histórias, além do significado por trás de cada produção, mostrando diferentes camadas subjetivas. A intenção de associar o fazer artístico ao intuito terapêutico do fazer artístico se dá, como explica Mulholland (2003, p.54), quando o sujeito é colocado em contato com seus sentimentos e pensamentos de forma mais

nítida, fomentando um repertório de criatividade para a produção artística. A criatividade consiste, portanto, em compreender a realidade e retratá-la, e foi esse o pensamento que norteou o momento de preparação das oficinas. No momento de criar, o sujeito está descrevendo sua relação com o que está sendo observado, descrevendo também a si mesmo, seus sentimentos, experiências e histórias.

PERCURSOS DE SUBJETIVIDADE: O OLHAR PARA TRÁS

“O que é estar na rua? Andando pela cidade e olhando ao redor — fazendo questão de ver — enxerga-se muita gente que faz das ruas sua morada, sua casa. Salvador desorganiza qualquer andante com suas vielas, becos, ladeiras, mas para algumas pessoas cada sinuosidade é familiar, para alguns há uma cidade que se faz lar.” (Chamusca *et al.*, 2022).

Ao compreender que as oficinas chegaram ao fim, analiso os aprendizados que a experiência me deixou e como ela se relaciona com a minha formação. Colocando em destaque o recorte de mulheres em situação de rua/vulnerabilidade social, pude observar contextos e subjetividades distintas que se encontram num único ponto: a rua. No curvilíneo retrospecto, é possível entrar em contato não apenas com o que aconteceu, mas também com o campo das ideias. Do que poderia ter sido.

No final das contas, o sentimento “do que poderia ter sido” é comum e perpassa a atuação profissional na clínica, na rua e em diversos outros ambientes onde a Psicologia se faz presente. Devemos lidar diariamente com os limites do trabalho com o outro, compreendendo que nem sempre o que representa bem-estar é igual para pessoas em contextos distintos. É necessário lidar com as subjetividades desses indivíduos e não reproduzir discursos de violência institucionalizados.

Durante a experiência de condução, percebi um limite pessoal que dialogava com todo o processo. Na compreensão profissional, percebemos que não se pode fazer muito além de permitir que o sujeito adquira e perceba sua própria autonomia. Da mesma forma, precisei entender o limite das participantes, que não quiseram prosseguir com o percurso, ou não se sentiram confortáveis para falar sobre.

A experiência me mostrou a importância da Arte como uma ferramenta de expressão, de compartilhamento, de escuta e reconhecimento sobre si. A partir das

pinturas propostas, foi possível perceber o que a literatura apresenta como “o elo entre a imaginação e a emoção na promoção do desenvolvimento humano” (Souza e Dugnani, 2018). Foi possível o contato com camadas mais profundas das participantes que nem sempre são exteriorizadas. Neste momento, levanto o questionamento sobre qual o lugar da Arte na formação em Psicologia. Como esse saber é abordado no percurso da graduação?

Segundo Faria, Dias e Camargo (2019), Vygotsky destaca que a Arte é um meio de equilibrar o sujeito com o mundo, promovendo uma consciência de si e do momento presente. A elucidação a respeito de si é capaz de dar cor, formato e significado para emoções ainda não elaboradas. Assim, segundo os autores, é possível promover esse reencontro com as emoções através de uma flutuação artística. A integralidade do ser humano é um aspecto crucial na Arteterapia, pois, ao vivenciar e captar emoções, as mulheres participantes não só reconheceram seus sentimentos como também transformaram a si mesmas e foram capazes de escutar e serem escutadas, de forma que foi estabelecido um vínculo (o espaço seguro anteriormente citado) para elas.

O vínculo terapêutico é construído através do contato, diálogo, responsabilidade e da criação de um espaço seguro, validando as produções e os sentimentos compartilhados no momento da dinâmica. Segundo Zygouris (2003):

“O que faz vínculo entre dois humanos são os alicerces de uma presença, alicerces de singularidades jamais generalizáveis. É a partir desses alicerces que um se liga ao outro e que o vínculo se estabelece ou não.” (Zygouris, 2003).

Observo que os vínculos se construíram de maneiras muito distintas, revelando e intensificando-se no dia a dia. A inserção na rua, somada aos contatos durante e após as oficinas formam uma rede de afetos que não se desvincula do fazer profissional. Construir essa conexão com os assistidos não foi fácil, e cada um deles teve um processo diferente, o que me fez construir perspectivas de contato que nunca antes imaginei, vislumbrando “outro lugar possível de se estar no mundo como sujeito de direitos” (Chamusca *et al*, 2022).

A conclusão dessas atividades, enquanto ampliação de espaços de vivência estética e criativa, ressalta o potencial da Arte como ferramenta terapêutica e de inclusão,



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

reforçando a continuidade e a expansão da possibilidade de criar. A oportunidade de vivenciar esses contextos apresentou-se como uma experiência transformadora na minha compreensão do fazer da Psicologia e das suas possibilidades de articulações, inclusive, com a Arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Entrar em contato com os pensamentos e memórias da experiência relatada foi um exercício de costura de reflexões, sentimentos e leituras (Maia; Batista, 2022). O trabalho, que se fez emergir pelas faculdades da memória e do sentir, foi uma construção de pensamentos que, quando colocados em contraste com a prática, expõem a necessidade de um repertório de adaptações às circunstâncias. E quando o contexto da rua entra em questão, é necessário compreender os acordos e dinâmicas do território e das pessoas que ali vivem e frequentam. É nesse ponto que vão surgindo os primeiros sinais de vínculo.

As oficinas fizeram surgir diversos sentimentos, desde a produção até o momento de analisar os resultados. A segurança teórica e os estudos do campo, antes das oficinas, me forneceram uma noção do que poderia acontecer, mas a aplicação fez surgir outras camadas de possibilidades sequer pensadas. Também foi possível identificar alívio ao final das atividades e frustração ao serem observadas variáveis que fugiam do meu controle. Foi necessário um grande exercício de flexibilidade mental para ceder às circunstâncias e adaptar as oficinas com o que era possível.

Da alegria à angústia, os resultados colhidos me trouxeram uma virada de perspectiva da atuação da Psicologia. Durante a graduação são apresentadas possibilidades e contextos de trabalho distintos, mas é na prática que são compreendidas as subjetividades que demandam nossa atenção. No caso das oficinas, ter a compreensão de suas dinâmicas e estar aberta ao imprevisível fez a experiência tornar-se única.

Compreender que a Psicologia se faz através das suas (re)flexões é pensar, também, a respeito da importância de se colocar em ambientes que desafiam todo um

conceito padronizado da atuação profissional. A partir das vivências, fui capaz de elaborar vínculos que me mobilizaram a entender não apenas o fenômeno como, também, imergir nele. O território me demandava saberes que iam além do papel do psicólogo tradicional.

Foi curioso inverter o lugar de estudante em formação para condutora, não conduzida. A vivência dessas duas manhãs fez com que esse deslocamento de posições ampliasse minhas perspectivas profissionais, desafiando a lógica de uma hierarquia verticalizada que estamos habituados. E para isso, precisei estar aberta para novos conceitos e vivências, abrindo mão de instrumentos tradicionais para entender as várias faces da experiência (Bondía, 2002).

A oportunidade de transitar entre esses papéis me permitiu não apenas aplicar teorias e técnicas aprendidas em sala de aula, mas também desenvolver uma sensibilidade prática e uma compreensão mais profunda das complexidades que envolvem o outro. A experiência com populações em situação de vulnerabilidade psicossocial ampliou minhas perspectivas profissionais, proporcionando um aprendizado sobre empatia, escuta e dignidade.

O estágio no contexto da rua foi fundamental para o meu percurso formativo em fechamento. A rua, ambiente pouco explorado ao longo da formação acadêmica, me convocou a deslocar a construção dos saberes estruturados que a academia oferece. A escuta, a observação das dinâmicas sociais e individuais, e as intervenções (ou não intervenções) foram potencializadas e expandidas pelas ferramentas que vão além do fazer clínico tradicional. Desta maneira, é possível observar que uma abordagem multidisciplinar não só amplia as possibilidades, mas também promove um cuidado ampliado de autoestima e dignidade.

Além do mais, o presente escrito não existiria sem a Arte. Eu não existiria sem a Arte e os inúmeros sentidos que a rodeiam. Esse trabalho foi resultado de muitas outras histórias que se atravessam mutuamente no caminho do aprendizado da Psicologia — caminhos, estes, que não se fecham no fazer estritamente psicológico. A experiência de refletir sobre as oficinas abriu perspectivas multifacetadas visto que a Psicologia, ao ser



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

praticada em um contexto como o das oficinas, se expande e se enriquece através dessas outras ferramentas.

O fazer da Arte convoca cada sujeito a se expressar e, acima de tudo, contar suas histórias e vivências, inventando e reinventando modos de viver. E assim é possível concluir que a Arteterapia se apresenta como uma abordagem de acolhimento e reforço de vínculos com a equipe do programa e com elas mesmas. E, tendo em vista essa perspectiva, a produção artística também carrega grande potencial enquanto redução de danos e expressão dessas populações marginalizadas.

Quanto às dificuldades enfrentadas ao longo do percurso, observo que a atividade acabou se limitando devido às imprevisibilidades do tempo da rua, que solicitaram constantes adaptações às circunstâncias. Com a escassez de oportunidades para realização das oficinas, não houve como estender as produções, ampliar as temáticas e analisá-las de maneira mais calma e aprofundada. É válido ressaltar que possíveis trabalhos futuros devem ter a segurança de um tempo hábil para realização das trocas e produções, assim como levar em consideração os relatos e produções das participantes.

Por fim, destaco que a Arte é, acima de tudo, possibilidade. É possível ter um olhar mais sensível mesmo quando o mundo embrutece as pessoas. É possível encontrar sentimentos nunca antes imaginados em camadas de tinta, ou músicas, ou textos. É possível, inclusive, ser possibilidade. Assim, o encontro com a Arte se torna conhecimento e reconhecimento da autonomia no processo de viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDIA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=es&nrm=iso>.

BRASIL. **Revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.** 2018. Disponível em <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/cartilha-Ano-da-Forma%C3%A7%C3%A3o-em-Psicologia.pdf>>.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

BRITO, C.; SILVA, L. N. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 151-160, jan. 2022.

CARVALHO, P. **MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: Fatores que contribuem para esta vivência**. Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas: civilização ou barbárie; São Luís, MA. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2019.

CHAMUSCA, C. M.; JUCA, V. J. S.; RODRIGUES, I. L. S. Relato de experiência — corra pro abraço: saúde mental e redução de danos nas ruas de Salvador. **Mental, Barbacena**, v. 14, n. 25, p. 1-15, jun. 2022. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272022000100003&lng=pt&nrm=iso>.

Corra Pro Abraço — Ação de redução de riscos e danos para populações vulneráveis do Estado da Bahia. Disponível em: <<https://corraproabraco.ba.gov.br/>>.

DE SOUZA, J. C. P.; SIMPLICIO, A. T. de M. A condição De Gênero Como Fator Para O Sofrimento psíquico Em Mulheres E a Psicologia Feminista. **Brazilian Journal of Health Review**, vol. 5, no. 3, May 2022, pp. 8688-12, doi:10.34119/bjhrv5n3-056.

FARIA, P. M. F.; DIAS, M. S. L.; CAMARGO, D. Arte e catarse para Vigotski em Psicologia da Arte. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 3, p. 152-165, dez. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000300012&lng=pt&nrm=iso>.

FREUD, S. (1969). **Histeria** (Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1888).

JORGE, C. F.; RICCI, É. C. Mulheres em situação de rua: uma perspectiva de cuidado singularizado, territorial e intersetorial. **Rev. Psicol. UNESP**, Assis, v. 19, n. spe, p. 78-102, dez. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442020000200005&lng=pt&nrm=iso>.

MAIA, S.; BATISTA, J. dos S. REFLEXÕES SOBRE A AUTOETNOGRAFIA. **Prelúdios — Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. 240-246, 2022. DOI: 10.9771/revpre.v10i10.37669. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/37669>.

MIRANDA, C. F. de. **A autoetnografia como prática contra-hegemônica**. Dossiê Autoetnografias: (In)visibilidades, reflexividades e interações entre "Eus" e "Outros". Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, v.17, n.3, dezembro de 2022. ISSN 2318-101X (online). ISSN 1809-5968 (impresso).



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

MULHOLLAND, R. S. **Os recursos da Arteterapia na abordagem gestáltica com crianças.** Centro Universitário de Brasília, 2003.

NARDES, S.; GIONGO, C. R. Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, p. e66011, 2021.

NUNES, A. C. N. X. Informação através da cor: a construção simbólica psicodinâmica das cores na concepção do produto. **ModaPalavra E-periódico**, ano 6, n. 9, jan-jul 2012, pp. 63-72. ISSN 1982-615x.

PINHEIRO, E. M. N. Severo, A. K. de S., Ramalho, D. C., & Sá, A. N. P. “Eu me sentia um nada”: história oral de mulheres em sofrimento psíquico na Atenção Básica sob uma perspectiva de gênero e a repercussão de práticas integrativas e complementares. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 1, p. e320108, 2022.

PINANGÉ, D. S. B. **Arteterapia “entre Mulheres”: Por Outras Possibilidades De Expressão E Elaboração De Sofrimento.** Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

RAUEN, R. M.; MOMOLI, D. B. Imagens De Si: O Autorretrato Como Prática De Construção Da Identidade. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 51–73, 2015. DOI: 10.5965/198431781112015051. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/6157>.

REIS, A. C. Arteterapia: A arte como instrumento no trabalho do Psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 1, p. 142–157, jan. 2014.

SOUZA, V. L. T.; DUGNANI, L. A. C.; REIS, E. DE C. G. DOS. **Psicologia da Arte: fundamentos e práticas para uma ação transformadora.** Estudos de Psicologia (Campinas), v. 35, n. 4, p. 375–388, out. 2018.

TSUHAKO, Y. N. **O desenho como linguagem expressiva: um estudo à luz da teoria histórico-cultural.** Marília: UNESP, 2015. Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Educação.

ZYGOURIS, R. **O vínculo inédito.** São Paulo: Editora Escuta, 2003. 80p. ISBN 8571372101.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E DROGAS: UMA ANÁLISE DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PSIQUIÁTRICAS NO BRASIL

 DOI: 10.5281/zenodo.16279326

1. Maycon Leandro da Conceição

1. Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
mayconleandro819@gmail.com

Resumo: Este capítulo propõe realizar uma análise dos avanços e desafios da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Drogas no atual cenário sociopolítico brasileiro. Propomos reflexões nos seguintes eixos: i) Analisar as estratégias de desinstitucionalização das pessoas egressas dos hospitais psiquiátricos e manicômios judiciários por meio de contribuições teóricas da produção de subjetividades e subjetivação, processo de saúde-adoecimento psicossocial e garantias de direitos e; (ii) Compreender as mudanças das instituições psiquiátricas através do arcabouço teórico do (neo)institucionalismo, especialmente do sociológico e histórico no âmbito da participação social, cultura política, engajamento cívico e cidadãos críticos. Para fazê-lo, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a temática das instituições e reforma psiquiátrica, e aplicamos entrevistas semiestruturadas com os profissionais em saúde mental no Centro de Atenção Psicossocial e Serviço Residencial Terapêutico, no período de 2019-2021. Os dados foram sistematizados por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), dando ênfase em discursos articulados com as implicações da mudança institucional, cidadania e lutas antimanicomiais, que debruçam em novos sentidos práticos nas políticas públicas de saúde mental, inseridas na sociedade civil e nos modelos de instituições mais humanizada. Conclui-se que embora ocorreram as transformações das instituições psiquiátricas por um modelo mais humanizado, permanecem os desafios da inclusão social por meio da garantia de direitos, violências e estigmatização nas mobilizações diárias pelo direito à cidade e, especialmente, mudanças das políticas públicas sob a ótica do neoliberalismo.

Palavras-Chave: Desinstitucionalização; Direitos Sociais; Política Nacional de Saúde Mental, (neo)institucionalismo, Reforma Psiquiátrica Brasileira.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

NATIONAL POLICY ON MENTAL HEALTH, ALCOHOL AND DRUGS: AN ANALYSIS OF THE DEINSTITUTIONALIZATION AND TRANSFORMATIONS OF PSYCHIATRIC INSTITUTIONS IN BRAZIL

Abstract: This chapter proposes an analysis of the advances and challenges of the National Policy on Mental Health, Alcohol, and Drugs within the current Brazilian socio-political context. The reflections are organized into two main axes: (i) To analyze deinstitutionalization strategies for individuals discharged from psychiatric hospitals and forensic mental institutions, based on theoretical contributions concerning the production of subjectivities, subjectivation processes, psychosocial health-illness dynamics, and the guarantee of rights; (ii) To understand the transformations of psychiatric institutions through the theoretical framework of (neo)institutionalism—especially its sociological and historical strands—considering aspects of social participation, political culture, civic engagement, and the development of critical citizenship. To this end, a literature review was conducted on the themes of psychiatric institutions and the psychiatric reform. This was complemented by semi-structured interviews with mental health professionals working at a Psychosocial Care Center (CAPS) and a Therapeutic Residential Service (SRT) between 2019 and 2021. The data were organized and analyzed using Content Analysis (Bardin, 2016), with an emphasis on discourses that articulate the implications of institutional change, citizenship, and anti-asylum struggles. These discourses point to new practical meanings within public mental health policies, embedded in civil society and directed toward more humanized institutional models. It is concluded that although significant transformations have occurred in replacing the asylum model with more humanized practices, challenges remain concerning social inclusion through the guarantee of rights, the confrontation of violence and stigmatization, particularly in the daily struggles for the right to the city. These difficulties are further exacerbated by recent shifts in public policies under a neoliberal framework.

Keywords: Deinstitutionalization; Social Rights; National Mental Health Policy, (neo)institutionalism, Brazilian Psychiatric Reform.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a reforma psiquiátrica inicia-se com o contexto de redemocratização do país e articulados com o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) e do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA). Tais movimentos sociais questionam o modelo manicomial responsável pela privação de liberdade, estigmatização, violações de direitos humanos, violências e exclusão da loucura na vida

social por meio do isolamento terapêutico, que gerou a institucionalização do louco e retirada da sociedade civil (Amarante. Torre, 2018). Atualmente, o protagonismo do movimento antimanicomial ainda é crucial para questionamentos do saber biomédico e produções de subjetividades, com críticas à psiquiatrização e a biomedicalização da vida contemporânea, como diagnósticos, assujeitamento e subjetivação. Dessa forma, almejamos contribuir com diálogos do campo das Ciências Sociais e articulando diálogos sobre a desinstitucionalização, lutas por reconhecimento de políticas, autocuidado e transformações das instituições psiquiátricas no Brasil.

Nas últimas décadas, diversas produções bibliográficas foram produzidas no campo das políticas públicas em interface com os estudos do neo-institucionalismo, a partir da corrente do novo institucionalismo histórico, escolha racional e sociológico, trazendo debates teóricos e conceituais relacionados às mudanças institucionais e suas consequências nas articulações das ações do Estado para o processo de “formulação, implementação e avaliação de políticas públicas” (Hochman, 2007; Faria, 2018). A emergência desses estudos, estão inseridos também na temática da reação à revolução comportamentalista, que está associada às perspectivas da cultura cívica (Almond; Verba, 1989; Norris, 1999, 2002). Assim, destacamos as ações emancipatórias da inclusão pelo trabalho, arte-cultura, militância política, tecnologias psicossociais e da ocupação urbana, configurando-se em múltiplas potências para construções de cidades democráticas e plurais nas estratégias de desinstitucionalização.

O trabalho que se segue, propõe analisar as mudanças das instituições psiquiátricas que conduziram um cuidado em liberdade inseridos em serviços de base comunitária e territorial como os serviços da Rede de Atenção Psicossocial. A reforma psiquiátrica brasileira constituiu-se por transformações da assistência psiquiátrica, vinculados à luta antiproibicionista, da proteção e da assistência à saúde mental nas últimas quatro décadas. Tais mudanças institucionais, epistemológicos, técnico-assistenciais, jurídico-políticos e socioculturais, caracterizam-se por um processo complexo, plural, envolvendo diversos marcos legislativos (Leis, Portarias, Notas Técnicas e Decretos) e dimensões micropolíticas por meio da subjetividade dos usuários, familiares, intelectuais, parlamentares, trabalhadores e gestores de saúde e dos



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

movimentos sociais (Andrade; Maluf, 2017; Lüchmann; Rodrigues, 2007; Maluf, 2011; Onocko, 2019).

Durante muitas décadas, o Brasil abordou o tratamento psiquiátrico no viés das moralidades, paradigma do proibicionismo e sob o saber- poder psiquiatrizantes, designando-se os “doentes mentais” aos regimes de segregação social, institucionalização da sua loucura e de violências praticadas nos manicômios, denominados como “instituições totais” (Goffman, 2015) e “instituições de violências” (Basaglia, 1985). Ao longo do percurso de redemocratização da sociedade e ancorados pela égide “Por uma sociedade sem manicômios” e com a mobilização do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial e do Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental, nos anos de 1980, impulsionaram os ideários do direito à saúde, da atenção integral e da universalidade bem como articulados ao Movimento Sanitário, que culminaram com a aprovação da Lei Orgânica da Saúde de 1990, onde foi operacionalizado o Sistema Único de Saúde, pautado em um “regime híbrido”, com participação de recursos públicos e privados, “apesar da definição legal de um sistema público, universal e gratuito” (Menicucci, 2007, p.305).

Nesse contexto, a redemocratização contribuíram para as políticas públicas de saúde mental, inspirados pelos novos padrões de cidadania garantidos na Constituição de 1988 e atuaram na ampliação dos serviços na comunidade aberta em detrimento do fechamento dos hospitais psiquiátricos, compreendidos a defesa dos direitos humanos, justiça social, e conseqüentemente a trajetória da desinstitucionalização dela decorrentes têm gerado mobilizações objetivas e subjetivas na vida dos atores sociais que passaram a compor o cenário da saúde mental no Brasil e sob o Estado Democrático de Direitos.

Ao longo de duas décadas da aprovação da Lei n ° 10.216 de 2001 (Brasil, 2001), avançaram iniciativas de desospitalização, expansão de novos modelos institucionais e asseguradas pela Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, práticas de atenção biopsicossocial e cuidado em liberdade, como os Centros de Atenção Psicossocial; Serviços Residenciais Terapêuticos, destinados ao processo de desinstitucionalização (dois anos ininterruptos ou mais); os programas sociais voltados para integração de pessoas com transtornos mentais nas comunidades e territórios, como



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

o programa 'De volta para casa' e construção dos Serviços Residenciais Terapêuticos (Brasil, 2003). Tais modificações, implicaram rearranjos institucionais no que constituem entre "portas fechadas" e as "base comunitária e territorial" ao cuidado desses usuários¹ em sofrimento psíquico, incorporação de outras formas de promoção de saúde e subjetividades. Para realizar, pretende-se trazer análises de uma revisão da literatura e dados das entrevistas semiestruturadas, com enfoque nas análises de discursos dos profissionais de saúde mental na cidade de Campinas-SP.

O trabalho está organizado em três seções além da apresentação já exposta. Inicialmente, na primeira seção, serão abordados os debates relacionados ao neo-institucionalismo, sobretudo o histórico e sociológico, reflexões sobre a mudança institucional gradual, influenciando os atores sociais na formação de políticas públicas voltadas para a estratégias de desinstitucionalização. Na segunda seção, abordaremos os resultados da coleta de dados nos serviços da Rede de Atenção Psicossocial por meio de debates das produções de subjetividades inseridos nos saberes práticos do processo de desinstitucionalização. Na última seção, abordaremos as conclusões finais da pesquisa.

OBJETIVO

O objetivo central do presente trabalho é compreender os avanços e desafios da desinstitucionalização previstos na Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Os objetivos específicos são:

- (I) compreender as estratégias de desinstitucionalização na rede de saúde mental em Campinas através da dimensão da produção de subjetividades na ótica dos trabalhadores de saúde mental;
- (II) analisar a reforma psiquiátrica brasileira através da perspectiva das mudanças das instituições psiquiátricas no Brasil, no âmbito da concepção do cuidado em liberdade atrelados com interlocução do arcabouço teórico do neo-institucionalismo.

¹ O vocábulo usuário de saúde mental destinados aos sujeitos com transtornos mentais graves (intensidade de sintomas) e/ou persistes (em termos de tempo de acometimento de um sofrimento psíquico), visando denominar usuário qualquer brasileiro que utilize à Atenção Básica do SUS.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em um estudo etnográfico, tendo como coleta de dados em diferentes formas: (i) etnografia multiterritorial desenvolvida nos serviços de saúde mental no município de Campinas-SP, mais especificamente em um Caps tipo III e dois Serviços Residenciais Terapêuticos, no período de 2019-2021; (ii) entrevistas semi estruturada aplicadas com os trabalhadores de saúde e (iii) revisão da literatura e análise de materiais secundários, tais como documentos oficiais e periódicos produzidas pelo campo das políticas públicas de saúde mental. A análise dos resultados do trabalho se deu pelos pressupostos da desinstitucionalização por meio da perspectiva do neo-institucionalismo e cuidados em liberdade como produções de subjetividades.

A Rede de Atenção Psicossocial na cidade de Campinas ocorre por meio da parceria da Prefeitura Municipal com uma Organização de Saúde de cunho filantrópico. O Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira” inicialmente fundou-se como um hospital psiquiátrico no município em 1924 e somente a partir da década de 1990 começou o trabalho em conjunto com a prefeitura e sob a égide da reforma psiquiátrica. Em relação aos equipamentos de serviços a rede, dispõe de: 6 Caps III; 3 Caps AD; 2 Caps Infanto-Juvenil e 15 moradias residenciais. Tais serviços são responsáveis pela assistência básica a uma população estimada em torno de 1.080.112 habitantes. Ademais, realizamos treze entrevistas semiestruturadas, incluindo os trabalhadores de saúde, gestores e usuários(as), sendo: composto por quatro homens e nove mulheres, com idades entre 25 e 60 anos. Os critérios de inclusão dos participantes durante o estudo proposto se deu: convites realizados aos profissionais; participação das reuniões dos grupos; participação nos eventos promovidos pelos Caps e somente com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Tal pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar via Plataforma Brasil, com a autorização número 28096820.3.0000.5504.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos anos de 1980, as pesquisas sobre as ações do Estado em garantir políticas públicas no campo da Ciência Política, sofreram influências teóricas dos modelos denominados neo-institucionalismo, através dos debates dos papéis das instituições, regras formais e informais para atuações dos comportamento dos agentes em tomada de decisão e automaticamente a construção da seguridade do Estado de Bem-estar Social brasileiro, no qual sinaliza também com os debates da dependência de trajetória, o de insulamento da burocracia e da mudança institucional (Hochman, 2007; Peres, 2008). Logo, os três modelos do neo-institucionalismo, constituiu-se nas correntes da escolha racional, histórica e sociológica, todos entrelaçados com discussão da revolução comportamentalista (behaviorismo) promovido nos anos 1950 e 1970 e com efeitos significativos para o campo da saúde mental brasileira.

1. ESTRATÉGIAS DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DO (NEO)INSTITUCIONALISMO PARA O CAMPO DA SAÚDE MENTAL

A revolução comportamentalista, consolida-se nos debates da construção das políticas públicas a partir dos ideários em que os sujeitos tomam decisões baseados nos seus interesses e, especialmente, nas suas experiências cognitivas e das subjetividades. Tais tomadas de decisões são consideradas como escolhas racionais para implementação de políticas públicas e sociais, embora não fossem consideradas irracionais para os intelectuais da psicologia experimental. Nesse contexto, o comportamento dos indivíduos e das políticas públicas podem ser compreendidas como interações entre sistema de política, o sistema político e de sociabilidade, no decorrer de ciclos de políticas, e, especialmente, através da “alocação autárquica de valores da sociedade” (Easton, 1953).

Já os intelectuais do campo do neo-institucionalismo foram influenciados por pensadores da perspectiva de Max Weber, Alexis de Tocqueville e Jean-Jacques Rousseau (Skocpol, 1985; Immergut, 2007), inspirados em reflexões do papel do Estados e das democracias liberais, inseridas nos questionados de como os atores se comportam? O que

fazem as instituições? Por que as instituições se mantêm? (Peres, 2008). Embora as correntes do novo institucionalismo dialoguem com os marxistas, pluralistas, culturalistas e da teoria das elites, também preocupado com o papel dos Estados, mostram-se que não são considerados um campo homogêneo. Ou seja, compõem críticas aos comportamentalistas e utilitaristas, que explicam a ação coletiva a partir do conjunto de interesses individuais e modificam as decisões dos atores sociais e das instituições.

O novo institucionalismo se baseia em dois tipos de lógica: estratégica (calculadora) e cultural cívica e garantia de direitos. Dentro dessa ideia, as escolhas feitas racionalmente e inseridos na ação estratégica como as regras do jogo, interesses individuais agrupados que promovem uma ação coletiva (Oslon, 1999) e que essa ação coletiva acarretaria os bens coletivos (Arrow, 2000). O debate dos neo-institucionalistas fornecem dois aspectos sobre as escolhas do cálculo racional e cultural (Mahoney; Rueschmeyer, 2003, 2006; Mahoney; Then, 2010).

Na visão da corrente sociológica, denominado como teoria das organizações, influenciados nas ideias de Max Werber, a partir da importância das instituições referentes aos papéis dos atores estatais e o papel dos servidores públicos como atores fundamentais para o ordenamento público. Desse modo, o Estado está ligado à forma da organização estatais e referentes à “racionalidade abstrata de fins e meios (burocracias) e as esferas influenciadas por um conjunto variados de práticas associados à cultura” (Peres, 2008, p.207). Melhor dizendo, a interação entre Estado e seus agentes influenciam as decisões das instituições e da política, sendo responsáveis por mediações dos conflitos para a eficácia das agendas, políticas e práticas culturais.

Na perspectiva do novo institucionalismo sociológico, a cultura é vista como uma rede de hábitos, símbolos, signos e cenários que fornecem modelos de comportamento para se compreender os motivos de como o jogo político se desenvolve. As relações entre as instituições e a ação individual dos atores se dá em duas dimensões: a dimensão normativa, onde os indivíduos desempenham papéis específicos, internalizando as normas que esses papéis se propõem de forma a influenciar o comportamento dos sujeitos, e manter as sociedades estratificadas, e de outro lado, as instituições influenciam

o comportamento dos atores não apenas ao normatizar os papéis, mas construção identitárias, valores individuais e coletivos.

O pensamento sociológico trouxe contribuições para o campo da saúde mental, devido ao interacionismo físico e simbólico que as normas sociais oferecem orientações sobre as ações dos atores sociais, derivados das interações sociais, os sujeitos vão construindo suas identidades e relacionados às relações de poder, violência e controle. Um autor crucial que analisou as instituições foi o sociólogo Erving Goffman (2015), ao realizar estudos sobre hospícios, campos de concentração, entidades religiosas e organizações militares, onde as instituições totais produzem práticas culturais, que marcam a rígida hierarquização, normatização dos corpos e no caso dos indivíduos em sofrimento mental, são capazes de produzir a carreira institucionalizada do “doente mental”, levando à estigmatização ou “mortificação do eu” (Goffman, 2015; Amarante, 2007, p.54).

O neo-institucionalismo histórico, denominado também como estruturalista, consiste nas relações de poder dos atores sociais e políticos inseridos na sociedade, sobretudo, pelo viés da análise histórica comparada, pautado em que não só a história, mas também o tempo importam (Pierson, 2004). Nesse raciocínio, as instituições são compostas por diversos interesses diversos, distribuição de poder, podendo gerar mudanças em um contexto político (através de vetos), pelas transformações da própria instituição (interpretações e sua aplicação) e pelos atores da mudança dominante (Peters, 1998).

Uma vez que se tenha adotado uma trajetória específica, seria necessário um grande esforço ou até mesmo um choque externo para alterar a direção e o curso das instituições em momentos futuros. Nessa perspectiva, os autores Hall e Taylor (1996), debate que os institucionalistas históricos estão associados com uma perspectiva particular de desenvolvimento histórico, defendendo um modelo de causalidade social que é dependente da trajetória, denominada como “*Path Dependence*”. Tal conceito, refere-se o quanto fatores históricos, quando inseridos em um determinado momento, determinam resultados das políticas e percursos institucionais. Isto significa

que as instituições ao iniciarem sua trajetória, se veem cada vez mais envolvida com o caminho escolhido, e mesmo que esta trajetória seja irreversível, os desafios que surgem ao longo do tempo reforçam de certa maneira sua escolha inicial, ou “rejeitam o postulado tradicional de que as mesmas forças operativas gerarão os mesmos resultados em todos os lugares em favor da visão de que o efeito de tais forças será mediado por características contextuais de uma dada situação frequentemente herdadas do passado” (Hall; Taylon, 1996, p.941).

Segundo Pierson (2004), as mudanças de trajetórias podem ser ocasionadas por mudanças políticas-institucionais entre categorias e tempos causais. Os diferentes tipos de mudanças temporais, como os desastres ambientais (tempos causal e temporal curto), meteoros (tempo causal curto e temporal longo), terremotos (tempo causal longo e temporal curto) e meio ambiente (aquecimento global- tempos causal e temporal longos). Os que melhor descrevem as dinâmicas sociais são os que oferecem um horizonte temporal mais longo, como as mudanças climáticas global. As categorias para se discutir os resultados são os: causais cumulativos (tempos causal e temporal longo), cadeia causal e efeitos limiares (tempo causal longo e temporal curto), efeitos limiares (tempo causal curto e temporal longo) e efeitos estruturais (tempos causal e temporal curtos).

De fato, a literatura da mudança institucional é fundamental para as continuidades, rupturas e reprodução das instituições. Todavia, ao analisar tais mudanças nas instituições psiquiátricas, precisamos considerar as instituições como prática cotidiana, inseridas não só por bases legais e sim feitas por atores que vivenciam as mudanças na sua vida objetivamente e subjetivamente. Os discursos são uma ferramenta capaz de ajudar a descrever a mudança institucional. Dito isso, trago um exemplo da concepção dos Serviços Residenciais Terapêuticos, destinados ao processo de desinstitucionalização das pessoas que foram institucionalizadas por longos períodos, a partir da visão de um profissional de saúde: *“as moradias nunca será uma casa como a nossa, porque é uma instituição de biopolítica e biopoder, têm regras, pessoas trabalhando. Mas podem ser uma casa a partir disso, atravessada a respeito disso, escolher acordar às 4 da manhã e fazer uma comida (...) a vida se dá nas coisas imbecis, nas coisas pequenas, nos detalhes, a vida não se dá nas grandes coisas, a gente vira o que é nos pequenos gostos e*



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

detalhes” (psicólogo, dezembro/2020). Em particular as políticas públicas de saúde mental, estão inseridas num campo onde a compressão da mudança institucional não pode ser pautada somente nos marcos legais legislativos, o grande desafio é a inclusão social e o direito de mobilizações pelas cidades.

2. ESTRATÉGIAS DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO: AS TENSÕES NA GARANTIAS DE DIREITOS HUMANOS

Nas últimas décadas temos acompanhado significativos avanços das políticas públicas desencadeadas de governos progressistas e articulados à terceira onda democratizante na América Latina (Huntington, 1994). No Brasil, houve importantes transformações nas instituições, canais de participação para a sociedade civil e direitos promulgados na Constituição de 1988, indo em direção à emergência da proteção social, inclusão, justiça social e cidadania emancipatória, engajamento cívico (Dagnino, 2000; Fraser, 2007). Porém, o agravamento das desigualdades sociais do Brasil recente é relativo à distribuição desigual de renda e de direitos, disparidade econômicas entres os estados e municípios, envolvendo diversas dinâmicas de participação e entrelaçados entre gênero, raça, classe social e geração (Arreteche, 2015, Andrade; Maluf, 2017).

A participação política é um elemento crucial e necessário nas democracias, políticas públicas e garantias de liberdade. Ao participar de atividades políticas, além das instituições representativas, mas na necessidade de novas formas de reivindicações e mobilização social de acordo com suas necessidades e desejos (Teixeira; Tatagiba, 2005), inclui as variáveis socioeconômicas e recrutamento da participação política. No contexto contemporâneo, as pessoas exercem influência sobre as decisões e vão construindo suas identidades num determinado espaço e tempo e, sobretudo, na atuação de movimentos sociais por meio da participação e reivindicação de direitos fundamentais.

Por conseguinte, a categoria geracional e escolaridade também são considerados fatores cruciais em influenciar positivamente a participação política. Isso porque, os pais mais bem escolarizados apresentam mais recursos, o engajamento e o recrutamento influenciam sobre a disposição à participação. Em relação ao campo da saúde mental, as

pessoas egressas de longas internações são em suma maioria analfabetos e devido sua condição de tutelados (por familiares ou gestores de saúde), não participam nem das eleições municipais, estaduais e da União. Embora, a Política Nacional de Saúde Mental prever à educação em quatro tipos: na rede regular de ensino através das redes públicas e privadas; por meio da educação especial; por meio da oferta de classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar ou através de oficinas terapêuticas de alfabetização inseridos nos serviços de saúde. Nesse sentido, o ambiente escolar para muitas pessoas em sofrimento mental torna-se um contexto de extrema violência, devido aos estigmas e segregações.

A vulnerabilidade social e educacional nos serviços de saúde mental está atrelada às questões de gênero, relações étnicas raciais e classe. Em vista disso, trago outra narrativa relacionado de como a vulnerabilidade social favorece o adoecimento mental: *“na clínica particular, também chegam casos graves de transtornos, porém a taxa é menor, o que vemos nos Centros de Atenção Psicossocial, está ligado com a nossa formação histórica, desigualdade de acesso à saúde, vulnerabilidade social, vulnerabilidade econômica e famílias em riscos (...) no SUS você ver a conjuntura do país”* (psiquiatra, novembro/2020). Portanto, não consideramos que a classe média não tenha sofrimento mental, porém estão sendo atendidas em consultórios particulares, e, os casos graves psicóticos sendo tratados em clínicas de reabilitação e usos excessivos de psicofármacos. Dessa forma, o próprio Movimento Nacional Antimanicomial e a reforma psiquiátrica brasileira tenta incorporar tais recursos tecnológicos na prática do cuidado e novas estratégias de cuidado na contemporaneidade, sendo consideradas também uma importante ferramenta inserção biopsicossocial, no qual trazemos outra narrativa extraída de um trabalhador: *“a luta dos movimentos não está acontecendo mais necessariamente nos pátios das prefeituras municipais das cidades, está ocorrendo também por vias das redes sociais”* (enfermeira, novembro/2020). Mas a inclusão digital não é a realidade da maioria dos dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial.

Outro elemento crucial para a desinstitucionalização é o direito à cidade, na visão de Elias (1994), as sociedades contemporâneas precisam ser concebidas em uma rede de sujeitos e grupos através de uma relação de interações sociais, como família, religião,

cidade e estratos profissionais e resultantes de conflitos e relações recíprocas (1994, p.35). A inserção das pessoas na mobilidade urbana sempre é acompanhada de tensões, pois permanecem a distribuição desigual de direitos, uma sociedade hierárquica, violenta e esses fatores podem favorecer ou agravar sofrimentos mental dos sujeitos (Zanello, 2018, p.31).

A cidadania crítica permite que os cidadãos sejam considerados protagonistas de sua própria história, permitindo alternativas dos motivos que foram diagnosticadas desta ou daquela maneira e não aceitam passivamente as instituições de privação de liberdade. Esses processos permitem a ressignificação da loucura e questionamentos socioculturais, tal como apresentado a seguir: *“a loucura de uma pessoa por mais que tenha um diagnóstico é completamente diferente da loucura da outra (pessoa), com o mesmo código, os serviços de saúde não cuidamos de doenças, mas de Marias e Josés”* (psicólogo, novembro/2020). Ao considerar as histórias, biografias e narrativas dos usuários emergem possibilidades de propostas das inter-relações entre o corpo e a coletividade, pois, nas instituições asilares promoveram os discursos de verdades no interior das instituições de poder. Tais discursos contemporâneos também podem matar a subjetividade e no caso envolvendo as pessoas com sofrimento mental, sendo um corpo moldado constantemente pelas variedades de práticas discursivas disciplinares (Foucault, 2020, p.8).

Ao fazer tais deslocamentos, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas processos (des)subjetivação e criam estratégias micropolíticas que movimentam as complexas relações de poder marcadas pela dimensão de gênero, por hierarquias e disputas de poder em todas as instâncias. Os direitos humanos no viés do “direito de vida”; “direito de morte” e “indiretas formas de morte” (Foucault, 2020), mas também de poder, violências e normatização característicos do momento que estamos vivendo na atualidade e, especialmente o “cuidado de si”, que permeia todas as relações sociais, produzindo coisas, prazeres, forma de saber e produz discursos (Foucault, 1995, p.8).



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Outro elemento em considerarmos a participação social das pessoas institucionalizadas, que passaram por experiências de cárcere, é o resgate da memória e identidades como forma de visibilidade das políticas públicas. Então, são necessários para uma reflexão do papel do reconhecimento das práticas degradantes passadas nos manicômios e garantir condições para a sua superação, possibilitando que produza uma vida política pautado na diversidade e reconhecimento da política pública de saúde mental, promovendo a emancipação e justiça social (Amarante; Torre, 2018). Além disso, Hannah Arendt enfatiza que política se baseia na pluralidade de mulheres e homens, surgindo no espaço das relações, sendo a concepção de liberdade o seu mais importante sentido. A política precisa organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais (Arendt, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou evidenciar, a partir de uma revisão da literatura a importância do neo-institucionalismo ao debate da funcionalidade das instituições, poder e recursos decisórios entre atores sociais no cerne da formulação de políticas públicas. Posteriormente, a interação do Estado na cultura política, a partir da participação social, cidadania e engajamento cívico da sociedade democrática brasileira. De fato, tais debates são necessários e urgentes, ao refletirmos da mudança institucional como um processo heterogêneo, não como instituições de (re)arranjos políticos-institucionais e como contingenciais. Entretanto, as instituições são ao mesmo tempo dinâmicas que permitem a construção de instabilidade institucionais são resultantes também de conflitos e negociações políticas, culturais e sociais.

Desde a consolidação dos primeiros manicômios, denominado o Hospício de Pedro II, inaugurado em 1841, até a aprovação da Política Nacional de Saúde Mental, em 2001, o processo de adoecimento mental manteve os sujeitos em longas e intermináveis internações em hospitais psiquiátricos. Nessa conjuntura, quando analisamos o conceito da mudança institucional compreendidos em que não só a história, mas também o tempo importam (Pierson, 2004), podemos afirmar que foram fundamentais para mudanças



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

políticos institucionais e culturais para as transformações das políticas públicas e articulados a reforma psiquiátrica brasileira, com reestruturação da assistência psiquiátrica e do direito à saúde, e, assegurados em lutas contrárias ao tratamento degradantes, desumanos e estigmatizantes.

Finalizamos, os avanços políticos-institucionais que impactaram mudanças nas políticas públicas de saúde mental são inquestionáveis. Porém, em um contexto que poderíamos ter realizado com o processo da reforma psiquiátrica após vinte anos de execução, deparamo-nos com a necessidade da luta e mobilização de defesa da democracia, do Sistema Único de Saúde, da ciência, das instituições democráticas e sobretudo de todos os movimentos libertários. Desse modo, as regulações da violência, poder e interesses heterogêneos dos atores sociais, mostram-nos a importância de resistências diárias aos valores na vida sociopolíticos, pois as “violências do Estado que exercer-se sobre todos nós, sempre que construimos o mundo social por meio de categorias inculcadas dos sistemas” (Catani, 2011, p.197).

Financiamento: Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almond, G; Verba, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

Amarante, P.; Torre, Eduardo. “De volta à cidade, sr. cidadão” — reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial, **revista RAP**, 2018.

Andrade, A; Maluf, S. Entre políticas públicas e experiências sociais: impactos da pesquisa etnográfica no campo da saúde mental e suas múltiplas devoluções. **Saúde soc.** vol.26 no.1 São Paulo, jan.mar., 2017.

Arendt, H. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2009.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Arrow, K. J. **Increasing returns:** historiographic issues and path dependence. *The European Journal of the History of Economic Thought*, v.7, n.2, p.171-180, 2000.

Arreteche, M. (org.) **Trajetórias das desigualdades:** como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

Bardin, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

Basaglia, F. **As instituições da violência.** In: Basaglia F, organizador. *A instituição negada.* Rio de Janeiro: Graal, p. 99-133, 1985.

Brasil. **Lei 10216,** de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, 2001.

Brasil. **Lei n.10.708,** “dispõem auxílio-reabilitação psicossocial para assistência, acompanhamento e integração social”, 2003.

Catani, A. M. **As possibilidades analíticas da noção de campo social.** *Educ. Soc. Campinas*, v.32, n.114, p.189-202, jan.-mar, 2011.

Easton, D. **The Political System:** *Na Inquiry into the State Of Political Science.* New York: Alfred A. Knopf, 1953.

Elias, N. **O Processo Civilizador, uma história dos costumes.** [S.l.]: [s.n.], 1994.

Dagnino, E. **"Cultura, Cidadania e Democracia:** As Transformações nos Discursos e Práticas na Esquerda Latino-americana". In *Cultura e Política nos Movimentos Sociais LatinoAmericanos: Novas Leituras.* Belo Horizonte: UFMG, 2000.

Faria, Carlos. A. P; Marques, Eduardo. **A Política Pública como campo multidisciplinar.** São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

Foucault, M. **O Sujeito e o Poder.** In: Ranivov, Paul; Dreyfus, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica — para além do estruturalismo e da hermenêutica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.229-249, 1995.

Foucault. M. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Trad. Maria Thereza Albuquerque e J. Albuquerque. 10 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2020

Fraser, N. **Mapeando a imaginação feminista:** da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 291-308, 2007.

Goffman, E. **Manicômios, prisões e conventos.** 9ed. São Paulo: Perspectivas, 2015.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Hall, P.; Taylor, R. **Political Science and the Three New Institutionalisms**. Political Studies, Nottinham, v.44, n.3, p.993-957, aug., 1996.

Hochman, G. **Políticas públicas no Brasil**. organizado por Gilberto Hochman, Marta Arretche e Eduardo Marques. -Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

Huntington, S. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

Immergut, E. **“O Núcleo Teórico do Novo Institucionalismo”**. In Saravi, E. e Ferrarezi, Elizabete (orgs.). Políticas Públicas (coletânea), 2007.

Lüchmann, L; Rodrigues, J. O movimento antimanicomial no Brasil. In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, vol.12 n.2. Rio de Janeiro: mar./abril, 2007.

Mahoney, J.; Rueschmeyer, D. **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2003

Mahoney, J.; Rueschmeyer, D. **Historical contexto and path dependence**. In. E.; TILLY, C (orgs). Oxford handbook of contextual political analysis. Oxford, UK: Oxford University Press, p.454-471, 2006.

Mahoney, J.; Thelen, K. **A Theory of Gradual Institucional Change: Explaining Institucional Change: Ambiguity Agency and Power**. Cambridge University Press, p.1-37, 2010.

Maluf, S. **Antropologia do sujeito e políticas da vida: uma reflexão sobre biopolítica, experiências sociais e modos de subjetivação no contexto das políticas de saúde mental no Brasil.**, 2011.

Menicucci, T. **A Implementação da Reforma Sanitária: a formação de uma política**. In: Hochman, G. et al (orgs). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

Norris, P. **Critical Citizens: global support for democratic government**. Cambridge: Oxford University Press, 1999.

Norris, P. **Democratic Phoenix: political activism worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Onocko, R.T. Saúde mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios. **Cad. Saúde Pública**, v. 35 (11) 31 out., 2019.

Oslon, M. **A Lógica da Ação Coletiva**, São Paulo, Edusp. 1999.



I CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

Peres, P. "Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neoinstitucionalismo da Ciência Política". In **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, vol. 32, n.º 68 (outubro), 2008.

Peters, G. **Comparative Politics: Theory and Methods**. New York: New York University Press, 1998.

Pierson, P. **Increasing returns, path dependence and the study of politics**. *American Political Science Review*, v.94, n.2, p.251-267, 2000.

Teixeira, A. C.; Tatagiba, L. "Movimentos Sociais e Sistema Político: Os Desafios da Participação". **Observatório dos Direitos do Cidadão**, n. 25, Instituto Pólis/PUC-SP, 2005.

Zanello. V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processo de subjetivação**/ Valeska Zanello. -1 edição-Curitiba: Appris, 2018.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA POR MEIO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS

 DOI: 10.5281/zenodo.16279416

1. Ana Luiza Noia dos Santos

1. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense.
analunoiasantos@gmail.com

Resumo: A obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, instituída pelas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, representa um importante avanço na luta por uma educação comprometida com a equidade racial. No entanto, sua efetivação prática ainda se mostra tímida no cotidiano das escolas públicas. Este trabalho, a partir de vivências extensionistas em escolas municipais de Niterói, apresenta relatos e observações de experiência a fim de problematizar a escassez de referências negras nos espaços escolares, tanto nos conteúdos curriculares quanto na composição do corpo docente, majoritariamente branco e feminino. As observações revelaram que muitas crianças negras expressam sinais de baixa autoestima, dificuldades de auto aceitação e uma constante necessidade de validação externa. Diante desse cenário, foram elaboradas oficinas pedagógicas com foco na valorização da identidade negra, no intuito de instigar as crianças a reconhecerem e se orgulharem de seus traços, tons de pele, cabelos e ancestralidade. Dessa forma, as oficinas constituíram espaços de escuta, acolhimento e fortalecimento subjetivo, além de atuarem como estratégias de enfrentamento ao racismo estrutural e de promoção de uma educação mais plural, afetiva e antirracista.

Palavras-chave: Educação antirracista; Identidade negra; Práticas pedagógicas.

ANTIRACIST EDUCATION THROUGH PEDAGOGICAL WORKSHOPS

Abstract: The mandatory inclusion of Afro-Brazilian and Indigenous history and culture in schools, established by Laws No. 10.639/03 and No. 11.645/08, represents a significant step forward in the pursuit of an education committed to racial equity. However, its practical implementation remains limited in the daily routines of public schools. Based on extension activities carried out in municipal schools in Niterói, this paper presents experience reports and observations to problematize the scarcity of Black references in school spaces—both in curricular content and within the teaching staff, which is predominantly white and female. Observations revealed that many Black children show signs of low self-esteem, difficulties with self-acceptance, and a constant need for external validation. In response to this context, pedagogical workshops were



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

developed to value Black identity, aiming to encourage children to recognize and take pride in their features, skin tones, hair, and ancestry. These workshops thus became spaces for listening, care, and subjective empowerment, while also functioning as strategies to confront structural racism and promote a more inclusive, affectionate, and antiracist education.

Keywords: Antiracist education; Black identity; Pedagogical practices.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a constituição das referências étnico-raciais no cotidiano escolar, com base em observações empíricas realizadas em escolas públicas da Constituição Federal de 1988, dentre suas garantias fundamentais, trata da educação escolar como um direito de todos, independentemente de cor, raça, gênero ou classe social. Contudo, a escola segue sendo, ainda no século XXI, um lócus de reprodução do racismo (Hooks, 2013; Gomes, 2019; Carine, 2023).

Nesse contexto, ao realizar uma análise sobre a intersecção entre raça e educação infantil, Gomes (2019) identificou que o racismo impacta profundamente as vivências de crianças negras, manifestando-se tanto nas interações entre alunos quanto na hesitação de professores em adotar práticas antirracistas de forma efetiva.

Com a promulgação da Lei nº 10.639, de 2003, a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana passaram a integrar, de forma obrigatória, o currículo da educação básica nas instituições de ensino oficiais, por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Posteriormente, em 2008, a Lei nº 11.645 ampliou essa obrigatoriedade ao incluir também o estudo da História e Cultura dos povos indígenas brasileiros, consolidando a importância da abordagem das relações étnico-raciais no processo educativo (Brasil, 2003; 2008).

O Parecer nº 003/2004 do Conselho Nacional de Educação, elaborado por Petronilha Gonçalves e Silva, apontou a necessidade de incorporar a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nos cursos de formação docente, e ressaltou que o



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

combate ao racismo deveria começar na Educação Infantil (Brasil, 2004). Além disso, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares enfatizou a responsabilidade das instituições em promover desde cedo o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial (Brasil, 2009).

É nesse cenário que iniciativas como o projeto de extensão PALAVRA – Programa de Alfabetização, Leitura e Autoria para a Valorização das Redes de Aprendizagem – se tornam fundamentais para corroborar e auxiliar o corpo docente na aplicação prática do que já vem sendo discutido nos documentos oficiais que norteiam a educação brasileira.

Fruto da parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Secretaria Municipal de Educação e a Prefeitura de Niterói, o projeto visa promover práticas educativas comprometidas com os direitos humanos e a equidade racial.

Este trabalho, derivado dessas vivências extensionistas, propõe-se a analisar a constituição das referências étnico-raciais no cotidiano escolar e problematizar a ausência de conteúdos e a composição do corpo docente, a fim de reafirmar a necessidade de práticas pedagógicas antirracistas que fortaleçam a diversidade e a autonomia infantil.

Portanto, propõe-se examinar criticamente não apenas a presença ou ausência de conteúdos curriculares voltados para a temática racial, mas também o perfil racial e de gênero dos profissionais atuantes no espaço escolar. A partir dessa análise, busca-se problematizar os modelos de identificação e representatividade oferecidos às crianças, os quais perpetuam características da hegemonia branca em uma sociedade marcada pela diversidade racial.

METODOLOGIA

O presente trabalho fundamenta-se em um relato de experiência desenvolvido no âmbito do projeto de extensão PALAVRA, no qual a autora atuou como extensionista e graduanda em Serviço Social, por meio do acompanhamento do cotidiano de escolas públicas municipais de Niterói.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Esta pesquisa se fundamentará em teorias interseccionais e a teoria crítica também será empregada para examinar as estruturas opressivas existentes no sistema de educação e sugerir alterações emancipatórias (Freire, 1970).

A metodologia empregada pautou-se na observação participante, um método usado na metodologia qualitativa, e na escuta qualificada de crianças negras (pretas e pardas), com vistas à identificação de manifestações de sofrimento subjetivo, como baixa autoestima, dificuldade de autoaceitação, comportamentos de isolamento, resistência e necessidade constante de validação externa.

A pesquisa não deve ser considerada somente em seu aspecto técnico (Demo, 2015, p. 22). Ela é “um elemento fundante, norteador e incentivador da prática educativa” (Soczek; Alencastro, 2012, p. 52). Não se trata de “mais uma atividade” que é dada ao aluno, tão pouco um trabalho que poupe o professor de se aprofundar em determinado tema, pois ela é um caminho que deve aparecer em todo o processo educativo do sujeito, e já na sua iniciação à pesquisa o estudante precisa ser provocado a intensificar a leitura crítica, comparativa e analítica (Demo, 2015, p. 16)

Frente às demandas observadas, foram planejadas e executadas oficinas pedagógicas com foco na valorização da identidade negra, na construção de vínculos e no fortalecimento das relações étnico-raciais positivas no ambiente escolar. Cada encontro foi precedido por práticas de alongamento, respiração e movimentos corporais, com o objetivo de promover a preparação emocional e estimular a escuta sensível.

As oficinas pedagógicas foram:

1. Autorretratos: a construção da autoimagem

Para realizar a oficina, foram adquiridas duas caixas de lápis com tons de pele escuros, com o intuito de possibilitar que as crianças se desenhasssem tal como se viam — com seus próprios tons de pele, traços e cabelos. Num primeiro momento, muitas ainda não sabiam identificar qual era o seu tom, então, diferentes lápis foram colocados ao lado de cada braço, de modo que pudessem observar, refletir e, com autonomia, decidir com

qual cor se identificavam. A estratégia mostrou-se eficaz, e foi possível ouvir falas como: “achei minha cor”, “eu sou mais claro”, “eu sou mais escuro”. Essa era exatamente a intencionalidade da oficina: provocar reflexões nas crianças sobre a beleza e o valor existentes em todos os tons de pele, nos diversos tipos de cabelo e nos distintos traços.

Além disso, a câmera do celular foi utilizada para que as crianças pudessem olhar com mais atenção, reconhecendo-se a partir de sua própria imagem. No entanto, nem tudo ocorreu de forma simples. Um determinado aluno, de pele preta retinta, não se reconhecia como preto e pediu um lápis “mais claro” para fazer seu autorretrato. Diante dessa situação, a professora regente decidiu desenhar um auto retrato do aluno, sem que ele soubesse. O resultado foi um retrato artístico e sensível, fiel à beleza e singularidade dele. Ao recebê-lo, o estudante ficou encantado e visivelmente emocionado. O gesto o motivou a refazer seu autorretrato e dessa vez utilizando sua verdadeira cor.

2. Roda de conversa mediada por literatura: representatividade racial e diversidade familiar

A segunda oficina, realizada com todas as turmas, consistiu em uma roda de conversa a partir da leitura do livro *Família de Todo Jeito*². Durante a leitura, foi abordada a diversidade de arranjos familiares, com o objetivo de contemplar as vivências de cada criança com suas respectivas famílias e romper com o ideal normativo de uma formação familiar branca, com pai e mãe, propagada em comerciais de margarina. Em seguida, foram distribuídas folhas em branco e solicitado que desenhassem suas famílias com foco em seus núcleos familiares. Para essa atividade, foram novamente disponibilizados os lápis de cor e giz de cera com diferentes tons de pele utilizados na oficina anterior, reafirmando o compromisso com a auto identificação racial em um espaço de inclusão e valorização da diversidade.

² BASTOS, Ana Claudia. *Família de todo jeito*. Ilustrações de Rita Carelli. Rio de Janeiro: Zit, 2018.

3. Dinâmica do afeto: valorização do outro e fortalecimento dos vínculos

Foi proposta uma dinâmica do afeto com as crianças do segundo ano matutino, na qual seriam escritos nomes de todos os alunos para que, em seguida, cada criança sorteasse um nome e expressasse qualidades que enxergasse naquele colega. Ao final, as crianças também teriam a oportunidade de dedicar palavras afetuosas a qualquer amigo que desejasse, mesmo que não tenham sorteado seu nome.

A proposta em suma da atividade foi incentivar a leitura, estimular a empatia, o reconhecimento das qualidades individuais e coletivas, e a superação das barreiras simbólicas impostas pelas diferenças raciais e sociais, bem como fortalecer a construção de vínculos e o respeito mútuo.

4. Escuta ativa: a escola como espaço de pertencimento e transformação

A quarta oficina, desenvolvida em todas as turmas, promoveu um espaço de escuta ativa a partir das perguntas: “O que você gosta na escola?”, “O que você não gosta?” e “O que você espera da escola?”. A atividade teve como intuito fortalecer a autonomia infantil e propiciar a expressão livre de sentimentos, expectativas e frustrações em relação ao ambiente escolar. Essa atividade teve como intencionalidade reafirmar a escola como um espaço de acolhimento, valorização da diversidade e promoção dos direitos das crianças, dando voz às que eram silenciadas.

Em resumo, as oficinas demonstram o potencial transformador de uma prática pedagógica antirracista, afetiva e crítica, que vai além da transmissão de conteúdos e se compromete com a formação integral das crianças. Trata-se de uma abordagem que reconhece a infância em sua potência e complexidade, compreendendo cada criança como sujeito de direitos, portadora de histórias, afetos, desejos e pertencimentos múltiplos. Ao colocar a identidade, a escuta, o afeto e o reconhecimento no centro do fazer pedagógico, essa proposta rompe com a lógica excludente que marca historicamente os espaços escolares e promove experiências que acolhem, valorizam e empoderam.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

A educação, nesses moldes, se torna um território vivo de resistência e cuidado, onde as diferenças não são silenciadas, mas celebradas. O olhar cuidadoso para os corpos, as famílias, os sentimentos e as vozes das crianças revela uma escola que educa com e para a diversidade, enfrentando o racismo e outras formas de opressão desde os primeiros anos de vida. Assim, reafirma-se a importância de práticas educativas que gerem pertencimento, criem vínculos e formem sujeitos críticos, autônomos e conscientes de sua dignidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste trabalho está alicerçada em autores que discutem as intersecções entre educação, identidade negra e enfrentamento do racismo estrutural no Brasil, com foco na construção de práticas pedagógicas antirracistas que ressignifiquem o cotidiano escolar.

Essa compreensão dialoga diretamente com Neusa Santos (2021), que, em *Tornar-se negro*, destaca o papel ambíguo da escola na trajetória das crianças negras: por um lado, pode ser um espaço de valorização e reconhecimento; por outro, pode reproduzir e aprofundar exclusões estruturais. A autora aponta que a ausência de representações positivas da negritude impacta profundamente a autoestima e o sentimento de pertencimento das crianças negras, o que reforça a urgência de práticas pedagógicas que afirmam identidades racializadas de forma positiva — como foi proposto nas oficinas, especialmente nas atividades de autorretrato e na mediação literária sobre diversidade familiar, que buscaram não apenas refletir, mas também agir na direção de um currículo mais inclusivo e representativo.

Em diálogo com essa perspectiva, Bárbara Carine (2023), em *Como ser um educador antirracista*, propõe uma abordagem prática e cotidiana do antirracismo na educação, defendendo que a transformação estrutural das escolas exige ações intencionais, constantes e afetivamente implicadas. Essa postura esteve presente em cada etapa das oficinas realizadas, desde a escolha consciente dos materiais (como os lápis

com diferentes tons de pele) até a criação de espaços de escuta e afeto que valorizassem as singularidades das crianças.

Como reforça Carine, o compromisso antirracista ultrapassa a mera inserção pontual de conteúdos e demanda a revisão contínua das práticas, dos imaginários e das relações construídas no ambiente escolar.

Reforçando esta linha de raciocínio, Ynaê Lopes dos Santos (2022), ao refletir sobre a construção histórica do racismo no Brasil, nos lembra que o mito da democracia racial serviu para mascarar a exclusão sistemática da população negra e silenciar suas contribuições. A partir desse entendimento, pensar a escola como espaço de ruptura com as narrativas hegemônicas se torna não apenas uma escolha política, mas uma urgência ética.

As oficinas, ao estimularem o reconhecimento da pluralidade de corpos, histórias e famílias, operam justamente nessa dimensão: de disputa simbólica e de reparação histórica. O que se desenha, portanto, é um movimento pedagógico que, ao mesmo tempo em que acolhe a criança em sua inteireza, desestabiliza as estruturas do racismo ao propor outros modos de ensinar, de olhar e de conviver.

A mediação dessas leituras em rodas de conversa, conforme desenvolvido nas oficinas, alinha-se ao que Carine defende como práticas de reencantamento do cotidiano escolar, nas quais a afetividade e a imaginação são mobilizadas como instrumentos pedagógicos de resistência.

Dessa forma, ao integrar as contribuições desses autores, compreende-se que a promoção de práticas antirracistas nas escolas públicas exige um movimento coletivo e articulado: o reconhecimento das violências históricas (Santos); a transformação crítica das práticas pedagógicas (Carine); a valorização da identidade negra e do pertencimento étnico-racial (Gomes)

Assim, as oficinas realizadas no âmbito deste projeto de extensão se fundamentam nessa perspectiva de ruptura com as práticas escolares excludentes e de



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

construção de espaços que afirmam a pluralidade, o afeto e a dignidade das crianças negras.

RESULTADOS

A observação em escolas públicas de Niterói evidenciou a ausência de referências étnico-raciais afirmativas no cotidiano escolar, tanto no currículo quanto na composição do corpo docente, majoritariamente branco e feminino. Além de revelar como tal cenário impacta negativamente a autoestima e a construção identitária de crianças negras.

Diante disso, foram realizadas oficinas pedagógicas que buscavam fortalecer a identidade racial e promover práticas antirracistas. As atividades envolveram autorretratos, rodas de leitura de obras que valorizam a diversidade racial e familiar, dinâmicas de valorização do outro e espaços de escuta sobre a vivência escolar.

As oficinas, desenvolvidas de forma lúdica e reflexiva, demonstraram a importância de práticas educativas que enfrentam o racismo estrutural e fomentem a pluralidade e o pertencimento no ambiente escolar.

Mediante a concretização das oficinas, muitas crianças negras (pretas e pardas) puderam identificar e reconhecer seus tons de pele a partir de lápis com tons para pele preta clara e escura, o que auxiliou no processo de desmistificação do que, previamente, era considerado o padrão dos seus respectivos “tons de pele”; puderam enxergar beleza na diversidade e, com estímulo e fortalecimento do seu senso crítico, puderam se olhar com mais afeto e respeito.

Assim, por meio de ações pedagógicas que deram às crianças um lugar de fala, foi possível evidenciar o papel da arte como um refúgio, no qual as obras foram utilizadas para além da leitura crítica, mas também como ferramentas de autoconhecimento e autoaceitação. Além de reconhecer que a escola pode proporcionar escuta e oficinas voltadas para temas como questão racial, gênero e classe com intencionalidade pedagógica e de forma acolhedora e sensível com o corpo discente.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre a implementação de práticas pedagógicas antirracistas no contexto escolar, com foco na valorização da identidade negra e no enfrentamento do racismo estrutural. Através da análise das oficinas, realizadas em escolas públicas de Niterói, foi possível identificar a relevância de se promover uma educação que, embora respaldada pelas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, ainda enfrenta desafios significativos em sua implementação efetiva e prática no cotidiano escolar.

As atividades propostas, que incluíram autorretratos, leituras de obras literárias sobre a representatividade negra e familiar, dinâmicas de afeto e espaços de escuta, demonstraram ser eficazes na valorização da autoestima das crianças negras e na criação de um ambiente escolar mais inclusivo e empático. Esses resultados indicam que práticas pedagógicas que reconhecem e afirmam as identidades raciais e culturais são indispensáveis para o enfrentamento do racismo estrutural nas escolas.

Em síntese, para que a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena seja efetiva, é necessário um compromisso contínuo da comunidade escolar em promover a diversidade e o respeito às múltiplas identidades presentes no Brasil.

O estudo sugere que a construção de um ambiente escolar verdadeiramente antirracista requer a escuta ativa das crianças e a criação de espaços que favoreçam a sua expressão e o fortalecimento de vínculos de solidariedade, a fim de contribuir para uma educação mais equitativa e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Ana Claudia. **Família de todo jeito**: ilustrações de Rita Carelli. Rio de Janeiro: Zit, 2018.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 maio 2025.

BRASIL. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei n. 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 3**, de 10 de março de 2004: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC/CNE, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2009.

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 17. ed. Campinas: Autores Associados, 2015. (Coleção Educação Contemporânea).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GOMES, Nilma Lino. **Raça e educação infantil: à procura de justiça**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1015-1044, jul./set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p1015-1044>. Acesso em: 09 maio 2025.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. São Paulo: Todavia, 2022.



I CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

SOCZEK, D.; ALENCASTRO, M. **Pesquisa acadêmica em instituições de ensino superior particulares:** desafios e perspectivas. Revista Intersaberes, Curitiba, v. 7, n. 13, p. 46–66, 2012. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/247>. DOI: <https://doi.org/10.22169/revint.v7i13.247>. Acesso em: 9 de maio 2025.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

ARTIVISMO: RUMO À INVENÇÃO DE NOVAS FORMAS SENSÍVEIS

 DOI: 10.5281/zenodo.16279613

1. Laryane Carvalho Lourenço da Silva

1. Graduada em musicoterapia pelo Conservatório Brasileiro de Música- Centro Universitário; mestre em Musicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Psicomotricista pelo Instituto Anthropos de Psicomotricidade- RJ; Coordenadora parceira no curso de Gerontopsicomotricidade do Instituto Anthropos de Psicomotricidade; Terapeuta clínica e pesquisadora na área da corporeidade, clínica, envelhecimento e arte.
laryanelourenco2@gmail.com

Resumo: Os sentidos que tecem nossos corpos encontram-se ameaçados de precariedade sensível nos dias atuais, seja pela retirada do corpo das relações materiais do mundo com o uso indiscriminado das telas; seja pela perversidade neoliberal que se apropria da força vital de criação, seja pela própria mudança de perceber o mundo e a si que esta civilização formou e que prenuncia uma decadência do sentir. Num diálogo com a clínica da musicoterapia, que constrói outros tipos de horizontes para o cuidado, e com os aspectos políticos que a arte suscita, trazemos um ensaio onde, para além de utilizar uma expressão artística como ferramenta clínica, propomos uma clínica artística e uma estética da vida, resgatando o termo artivismo no desejo de uma conceituação a partir da prática.

Palavras-Chave: artivismo; clínica; musicoterapia; envelhecimento.

ARTIVISM: TOWARD THE INVENTION OF NEW SENSITIVE WAYS

Abstract: The senses that weave our bodies together are threatened with precarious sensitivity these days, whether due to the withdrawal of the body from the material relations of the world with the indiscriminate use of screens, or due to the neoliberal perversity that appropriates the vital force of creation, or due to the very change in the way we perceive the world and ourselves that this civilization has formed and which foreshadows a decadence of feeling. In a dialogue with the music therapy clinic, which builds other types of horizons for care, and with the political aspects that art raises, we present an essay in which, in addition to using an artistic expression as a clinical tool, we propose an artistic clinic and an aesthetic of life, reviving the term artivism in the desire for a conceptualization based on practice.

Keywords: Artivism; Clinic; Music Therapy; Aging.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

INTRODUÇÃO

A clínica como uma arena dos possíveis, das germinações e dos devires.

O recorte deste escrito já inicia com o que pode parecer um paradoxo, que consiste: o cuidado através da música num viés criativo de vida, realizado com pessoas velhas de idade avançada. A ênfase no uso da arte focando a criação de espaços para que idosos, muitos com mais de 80 ou 90 anos, construam novas maneiras de existir e de se perceber. Aqui pontuamos duas coisas. A primeira, na aposta clínica de que novas memórias e processos de subjetivações mais criativas e saudáveis podem nos acompanhar em todo o percurso de vida e que o corpo humano é capaz de criar para si novas maneiras de sentir, pensar e agir. Neste sentido, saímos do Cronos e entramos numa outra temporalidade, do Aion³, dos tempos intensivos. Na perspectiva de uma criação de si de forma artística afirmamos uma resistência contra o niilismo⁴ que hoje se instaura em nosso cotidiano. Fazer da vida uma obra de arte requer um olhar para o porvir, não numa esperança, mas manter vivo a capacidade de sonhar outras existências. A segunda colocação é a força que um processo artístico pode mover num corpo, logo, a arte está implicada na formação subjetiva dos corpos e na produção de sentidos que manejam estratégias políticas.

Interessa-nos a força da arte em provocar um impacto tal sobre os corpos, a ponto de desorganizar as crenças demasiadas universais e cristalizadas, e que não encontre outro caminho que não seja, por um instante, criar um espaço crítico almejando uma existência estética. Criar um território de si requer uma distância crítica, e este caminho de construir-se com arte, pela arte, só é possível na expressão de um ato singular perante a vida. Singularidade não é privatização da expressão artística de si, mas o oposto.

³ “Cronos é o tempo da medida ou da profundidade desmedida, das qualidades corporais, das causas, Aion é o lugar dos acontecimentos incorporais, dos atributos dos efeitos. (...) Sensato ou tresloucado, Cronos é sempre da profundidade, localizado e localizável, assinalado e assinalável. Aion é radicalmente atópico, ou ‘transtópico’, mas também, num certo sentido, condição de qualquer assinalamento temporal.” (Pelbart, 2015, p.72)

⁴ “O niilismo, mais do que o império do nada, é o reino da negação, a negação dirigida contra a vida no seu conjunto, com todos os gemidos que a acompanham, da angústia à falta, do culto da morte à apologia da renúncia, da finitude à castração – eis o que se trata de combater, desde suas figuras especulativas até suas concreções históricas.” (Pelbart, 2013, p.117)



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Tornar-se arte com as multidões que nos povoam, mirando o compartilhamento num coletivo. A arte precisa ser polinizada, fecundante, produzir vida, construir um herbário de vidas artísticas, como diz Rolnik (2018). Ela se espalha e se planta nos corpos permitindo uma constante transformação de si, para que continue viva. Por esta razão ela é sempre movente, e válida como proposta política no tempo e espaço em que é produzida, experimentada ou atualizada, mas nunca copiada. Quando capturada, torna-se uma arte representativa. Um corpo da arte da representação é um ser morto de criatividade, porque não permite a mudança implacável de tudo que é vivo. E tudo que é vivo se inscreve no tempo, numa duração, como relata Bergson (2005) “por toda parte onde algo vive, há aberto em algum lugar, um registro no qual o tempo se inscreve.”(BERGSON, 2005, p. 18)

Na relação com pessoas de idades avançadas, temos a oportunidade de abrir a observação para as diversas formas de envelhecer e da passagem do tempo pelo corpo que nos transforma e dança conosco.

“Imagino o artista num anfiteatro
Onde o tempo é a grande estrela
Vejo o tempo obrar a sua arte
Tendo o mesmo artista como tela...”

(trecho da música Tempo e Artista de Chico Buarque)

Como na música de Chico Buarque, a vida que está no palco, no centro da roda, é ela própria movida pela mudança, que se torna arte que dança e que se faz. Fazer o corpo a mão como um artesão que molda sua peça, assim pode ser a vida quando acionada para uma existência estética.

Sendo o termo ativismo um neologismo ainda em construção, que traz as palavras arte e ativismo, já podemos atribuir algumas qualidades que nos remetem a esta

relação. Nossa provocação é esmiuçar um pouco a potência deste termo, trazendo algumas relações conceituais, mas que permaneçam abertas para compor outras.

Nesta perspectiva, dialogamos com alguns autores da filosofia, da arte e da clínica, buscando compartilhar algumas conceituações e práticas para continuar este estudo. Assim, procuramos desenvolver 3 qualidades conceituais que poderíamos chamar de uma tendência proveniente da própria palavra e da experiência que esta hibridização suscita no campo social e político. Compreendendo a clínica da musicoterapia na gerontologia também como um espaço artístico e político, vamos verticalizar este termo no intuito de contribuir com a própria prática, esta, que é nossa arena de resistência.

1º proposição: — O ativismo é um ato motor, uma atitude.

Abrimos as proposições defendendo que o ativismo só se realiza quando passamos para o ato, quando se abre para a expressão acontecer. Podemos criar imagens na cabeça, ideias maravilhosas, desejos transformadores, mas se não realizamos o ato de expressar, não se configura ativismo. Ele necessita ser colocado em ação e como diz Rolnik (2018), abrir para a expressão do que quer passar. Porém, quando a expressão acontece, precisamos suportar os limites, pois as fronteiras são condições para qualquer ação na matéria. Sair das ideias para a expressão requer certa frustração, uma limitação inerente da própria matéria, pois quando isso não ocorre, corre-se o risco de ficarmos aprisionados num ideal que impede a ação de corporificar a expressão ou de materializar-se. Este fazer, este ato motor, convoca um trabalho de força, de sutileza, de escavação, de costuras, de uma lida com a matéria que cria resistência e que nos coloca em contato com nossas próprias resistências. Para isso, é necessário sair dos ideais e das idealizações como uma queda, um movimento para baixo, de ancoramento, que necessita tônus muscular, corpo, e um comprometimento e relação profunda com o terrestre. Sem esta realidade conectada com o real, podemos nos perder facilmente nas ideias extraterrestres, no paraíso platônico, ou, como traz Arendt (2007), na abstenção cristã

das coisas terrenas, que nega o mundo como um fenômeno político, na crença de que este não durará, e que o apocalipse está sempre à espreita. Este ideal paradisíaco, seja ele religioso, científico ou as imagens perfeitas⁵ do capital neoliberal, encontra-se num *lugar fora de nós e num tempo longe do presente*, logo, inalcançável. Percebemos então que a ação do artivismo tem a ver com uma ação humana e terrestre, tornando-se, portanto, dinâmico e povoado de nascimentos e mortes. Precisa tocar a terra, pisar o chão, sentir as texturas e as diferenças, acordar os sentidos, cair dos abismos e saber voltar, torna-se à superfície, para perto dos vivos e na condição de viventes⁶. Sustentar a queda, o lugar que ainda não tem apoio ou uma forma mais definida. Esta característica da arte, de criar e desfazer formas, se realiza num corpo que pode entrar em suspensão ao invés de buscar imediatamente uma nova forma, ou numa sedução dos “mundos-imagem” construído pelo neoliberalismo, que trazem a ilusão de que “existiriam mundos onde as pessoas nunca experimentaram fragilidade e sentimentos de estranheza, ou no mínimo teriam o poder de evitá-los e de controlar a inquietação que provocam, vivendo numa espécie de existência hedonista, lisa e sem turbulências, eternamente estável.” (ROLNIK, 2018, p.62)

Beatriz⁷ de 99 anos, trabalhadora, mãe de cinco filhos, morava em sua residência com a filha mais nova. Sempre trazia suas memórias musicais nos encontros, repletas de imagens das relações e das histórias vividas desde a sua infância. Os amores não correspondidos, as brigas entre irmãos, o nascimento dos filhos, a partida dos dois maridos e toda a trajetória de sua experiência marcada no corpo velho. Numa visita rápida de sua filha mais velha e do seu genro Jair, ela é tomada pela presença afetuosa destes, que partem de sua casa para um compromisso. Assim que as visitas vão embora, Beatriz num impulso criativo inicia uma improvisação musical expressando a força deste encontro e a inevitável partida do genro “... meu Jair já foi embora, meu Jair não volta mais...”. No seu corpo é expresso o ritmo de um “ponto cantado”⁸, vivido por ela há muitos

⁵ Suely Rolnik em seu livro *Antropologia Zumbi* traz um estudo sobre os “mundos-imagens”, fabricados pela publicidade e a cultura de massa e veiculados pela mídia.

⁶ Termo utilizado por Suely Rolnik em *Esferas da Insurreição*.

⁷ Os casos apresentados neste trabalho possuem autorização dos responsáveis e seus nomes serão preservados.

⁸ Pontos cantados são cânticos que estabelecem uma comunicação e conexão com as entidades espirituais nas religiões de matriz africana.

anos na religião da Umbanda, que se lança para o desconhecido do imprevisto, num movimento que pode dar contorno e passagem para sua emoção chegar. Ao terminar a improvisação contínua nos seus contos e chama para tomar um café, num encontro de afeto, alegria e criação.

Na musicoterapia, a improvisação é uma experiência de correr riscos, de se jogar num espaço sonoro sem muitas garantias e ou resultados idealizados. No ato da improvisação, temos um primeiro momento de perder os chãos, as formas, se lançar rumo a um desconhecido. Mas aos poucos, vamos construindo outros apoios, e aprendendo outras maneiras de se sustentar no entorno sonoro. Para Beatriz, a improvisação explodiu como um ato sem volta, imprescindível para sua expressão naquele momento, e todo seu corpo se comprometeu no instante que se apresentou, fazendo-se presença no ato motor.

Portanto, o ativismo necessita corpo, ato motor, fricção com as resistências e matérias do mundo, frustração dos idealismos artísticos de si, e uma abertura no corpo para deixar a expressão acontecer.

2º Proposição: O ativismo necessita escolhas: qual o critério?

O ato de expressão envolve escolhas, retiradas de excessos, um trabalho de colher o que realmente é importante, é “uma fantástica eliminação, uma fantástica depuração.”⁹ (DELEUZE, 1981)

O artista vai em direção ao que lhe chama. Há uma intenção que não lhe deixa passivo, submetido ao que lhe acontece, alheio a sua própria vida. Ele vai em busca de um motivo, um material, ou pelo menos, torna-se atento para não deixar passar despercebido quando este material chega ou aparece. Este olhar minucioso, este corpo sutil para desenvolver um nível de atenção sensível, é fundamental. Eleger o material requer uma

⁹ Aula de 07 de abril de 1981, disponível em: <https://www.webdeleuze.com/textes/383>

atenção ao seu modo de vida para entender e sentir o que vale a pena e o que é um desperdício do tempo de vida.

E porque se torna tão importante trazer as escolhas neste estudo?

Porque acreditamos que, talvez, em nenhuma época de nossa civilização, estivemos tão bombardeados de ideias, imagens, formatos, novidades, objetos, como agora. E isto seria até muito bem vindo caso não estivéssemos mergulhados numa manipulação cruel do uso dos materiais para consumo em massa. O discernimento e a capacidade de escolher encontram-se profundamente ameaçados. Deleuze (1981), numa aula, nos diz que quando um pintor está diante de uma tela, esta não é uma tela em branco, pois já está cheia de ideias, imagens, e também do pior, dos clichês. Ele aponta uma necessidade crucial para os dias atuais: a necessidade de limpar a tela. Limpá-la desses simulacros, pois vivemos num mundo de clichês. Por esta razão, propomos o artivismo como um modo, uma prática de estar na vida, onde a escolha de cada movimento e material compõem a trajetória desta vida.

Quando Cage (2019) nos fala dos materiais que compuseram a experiência de sua criação musical, ele não separa estes materiais de sua própria vida. Como se ele pudesse amar o som, matéria de sua arte, antes mesmo de fazer música.

Eu me lembro de amar o som mesmo antes de ter aula de música. E assim fabricamos nossas vidas com o que amamos. (...) Eu me lembro quando criança de amar todos os sons, mesmo os não preparados. Eu gostava deles especialmente quando era um de cada vez. (...) Mais tarde eu fui gradualmente gostando de todos os intervalos. (...) Através da música de Grieg, eu fiquei profundamente apaixonado pela quinta. Ou talvez pudesse chamar de amor cão pois a quinta não me fez querer escrever música: me fez querer dedicar minha vida a tocar as obras de Grieg. (...) A música moderna me fascinava com todos os modernos intervalos: as sétimas, as segundas, o trítone, e a quarta (...). Havia tantos intervalos na música moderna que isso me fascinava mais do que encantava, e porque me fascinava eu decidi escrever música. (CAGE, 2019, p. 116)

Na medida em que sua fala vai avançando, Cage (2019) joga com o som e o silêncio, e as diversas experiências sonoras que foi vivendo durante a vida, até descobrir seu gosto por ruídos, material imprescindível para a composição da música moderna.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Os clichês colocam a vida e a arte a serviço de uma estética hegemônica do capital, numa submissão de subjetivação acrítica em relação aos modos de vida impostos. Num país como o nosso, que se formou sob uma relação colonial e escravocrata, é imprescindível olhar e reconhecer os fetiches colocados na dita “arte brasileira” ou no “jeito brasileiro de ser”, vendidas no mundo como um produto “genuíno do povo”, que é estigmatizado no ideal do colonizador, mas que esconde as distâncias abissais das diferenças de classe e culturais, mantendo uma estética que agrada e se encaixa neste modelo capitalista. Modelo este que mantém um racismo estrutural e estruturante que “ronda a produção da subjetividade no país, especialmente em sua relação com o outro” (ROLNIK, 2021, p. 92).

No entanto, sair dos clichês não é uma tarefa simples. Para Deleuze, a luta contra os clichês é uma luta com as sombras. Estas já estão aqui, em mim, em você, em nós. Estão em nossas cabeças, nossas emoções, na construção deste corpo social. “Não há outras lutas maiores do que a luta com a sombra (...) tenho a impressão de que as verdadeiras lutas, são as lutas, sempre, com a sombra” (DELEUZE, 1981).

Nossas sombras podem ser nossos medos mais aterradores, sejam imaginários ou reais. O medo do não pertencimento que conduz à exclusão, o medo da rejeição, o medo da fome, o medo da pobreza, o medo do desemprego, o medo da própria morte física ou social que nos assombra quando vivemos sob a hegemonia moral e necropolítica do neoliberalismo, que usa como trocar mais importante de moeda e de valor, o capital. Agarramos os clichês com unhas e dentes porque, sem eles, corremos o risco de um enfrentamento violento, ou de um apagamento agressivo e cruel desta sociedade atual. Encarar nossos abismos mais profundos, diluir nossas crenças mais enraizadas e transvalorar¹⁰ o valor do capital para outras naturezas de trocas entre os humanos, requer um trabalho colossal.

¹⁰ Nietzsche foi um dos grandes pensadores que enfrentou o pensamento moralista e cristão de sua época trazendo a transvaloração dos valores morais e culturais estabelecidos.

O medo paralisa qualquer expressão criativa de um corpo e, talvez, por isso vivemos nos dias atuais, uma exacerbação de perigos e ameaças, nos transformando numa “sociedade do medo¹¹”.

Maria Cristina Ferraz (2024) também aponta para a intensificação dos comportamentos paranóicos nos dias atuais que podem comprometer as capacidades criativas. “Quando o medo determina e abafa o jogo poético, o gosto é contaminado pelo negativo, é infectado pela insegurança e pela pressão, jamais saciada, do imperativo de proteção”. (FERRAZ, 2024, p. 40)

Porém, a arte e a vida artística não estão a serviço de uma proteção ou planejamento do futuro. Ela não serve como garantia nem amuleto que antecipa perigos, ou estaria fadada a um aprisionamento representativo e transcendental. Mas, para entrar num devir artístico, precisamos ter a coragem de trair certas verdades, as paisagens já vistas, ouvidas e sentidas, este mundo dado e posto diante de nós. E aqui Deleuze (1981) nos dá uma pista sobre o enfrentamento das sombras. Trazer a forma intencional, os clichês, e fazê-los passar por uma catástrofe, pelo caos-germe, para que este corpo contorcido entre em contato com a força dos encontros intensivos. “O grito é mais que o horror, é o corpo em relação com uma força que o faz gritar. A força invisível, a luta com as sombras.” (DELEUZE, 1981).

O corpo precisa passar pela deformação criadora para permitir tornar visível a força invisível. A forma é posta em relação com uma força, esta catástrofe, para fazer visível a força que não tem forma.

No trabalho clínico da musicoterapia, é pela escuta sutil que abrimos o campo para captar as forças sonoras. Trazendo uma citação de Silvio Ferraz (2018), certos compositores “foram atraídos por um efeito, por uma força quase sem nome, a qual tem a potência de tornar sonora a temperatura, de tornar sonoro o movimento, de tornar sonora a força da tempestade e de tornar sonora uma situação não sonora como a tristeza.” (FERRAZ, 2018, p.23)

¹¹ Vale a referência do documentário “Sociedade do Medo” (2022), realizado pela cineasta Adriana Dutra.

Tetê de 87 anos, acometida pela doença de Alzheimer há 10 anos, morava com seu esposo e era assistida pelas filhas e cuidadoras. Mulher vinda do Maranhão, mãe de 3 filhas, sempre muito ativa, controlava as finanças e a organização da casa e da família. O marido, aposentado, teve uma doença visual degenerativa, levando-o à dependência e perda de autonomia. Durante os encontros, apesar de muitas vezes não lembrar do marido e das pessoas ao redor, sempre cantava as músicas com muita alegria e era o momento onde a família se sentia realizando uma atividade com profunda troca afetiva, já que todos que estavam no local, participavam. Seu esposo, que sempre trazia os anos que eles estavam juntos, tinha o prazer de trazer as memórias da relação com a Tetê, enquanto estava, muitas vezes ficava ouvindo e perguntava quem era “aquele senhor que estava ali com a gente”. Sua memória fugidia muitas vezes lhe trazia a angústia de uma desorientação espacial e temporal, que pela música poderia propor um ritornelo, já que esta tem a capacidade de se fazer e ao mesmo tempo se desfazer, ganhando uma realidade a cada momento (FERRAZ, 2018). Segundo o autor, a música segue a dinâmica da repetição, visto como o ato de repetir a condição de trazer o diferente, de permitir novas conexões. E foram nestas intensidades do encontro, que numa das sessões, Tetê se levantou da cadeira da sala e foi ao encontro do seu companheiro cantando Carinhoso (composição de Pixiguinha e letra de Braguinha), trazendo a força daquilo que era invisível, do afeto por aquele homem que a acompanhava há 65 anos, cuja memória ultrapassava qualquer barreira cognitiva já que se inscrevia no seu próprio corpo. Uma declaração de amor em forma de canção.

Na clínica com a musicoterapia, aprendemos a escutar as direções das forças, dos afetos que transformam, das composições possíveis com o que nos acontece. Rolnik (2018) quando nos lembra das duas maneiras possíveis de se relacionar no mundo, nos coloca em conexão com os movimentos que podemos escolher para criar novas maneiras de sentir e de existir. A primeira relação se dá pela forma, pelos sinais que aprendemos socialmente, pela percepção cognitiva necessária para viabilizar nosso cotidiano e decifrar os códigos sociais que nos permitem existir socialmente. A segunda maneira de nos relacionarmos é pela “via de apreensão de um mundo que nos permite captar os sinais das forças que agitam seu corpo e provocam efeitos em nosso próprio corpo – aqui,

ambos em sua condição de viventes.” (ROLNIK, 2018, p.53). Nesta forma de relação há uma ressonância, ela é vibratória e diz respeito ao vivo que está em nós mesmos e fora de nós.

Nesta intenção de realizar as escolhas retirando os excessos, limpando nossas telas, pela luta com as nossas sombras, através da captura de apreensão e relação com o mundo pelas forças, é o que propomos no ativismo.

3º Proposição: O ativismo é político

No momento em que o ativismo exige uma ação, inevitavelmente ele tem a força de tornar-se público, ele necessariamente depende da presença de outros que testemunhem a vida humana, e por esta razão, podemos dizer que o ativismo tem uma potência política.

Retornando ao conceito da polis como cidade-estado na Grécia antiga, onde os cidadãos tomavam as decisões relativas à cidade, e a vida política como a junção da ação (práxis) e do discurso (lexis), podemos trazer num desdobramento, que no ativismo o discurso se dá através da arte e de uma práxis artística da vida. A arte de viver.

A esfera política trata do “bem comum”, das atividades humanas que constroem o público, ou seja, o próprio mundo segundo Hannah Arendt (2007), na medida em que, fazemos pela ação humana, o que é comum a todos, que nos reúne para uma convivência, mas também nos diferencia, pois é ali o local de transformação e do fazer humano. É nesta arena do público, onde podemos ser vistos e ouvidos, e que no testemunho do outro, garante a realidade do mundo e de nós mesmos (ARENDR, 2007). Para a autora, a esfera pública enquanto mundo comum, ao mesmo tempo em que nos reúne na convivência, nos diferencia, pois é na ação singular de seus indivíduos que se expressa o modo de ser na alteridade. Porém, a sociedade de massas perdeu a capacidade de manter as pessoas juntas, na relação uns com os outros, e na diferenciação de suas singularidades (ARENDR, 2007).

Quando perdemos a esfera pública e nos isolamos nos nossos mundos privativos, o que nos custa é a força que mantém unida uma comunidade, pois seus membros estão destituídos de interesse num mundo comum e já não se sentem mais na relação uns com os outros e/ou separados uns dos outros, entrando num rebanho indiscriminado, numa postura apolítica, onde todos formam uma “família” indiferenciada, hierárquica e homogênea. Negamos o próprio mundo, e assim crescem as ideias e fantasias apocalípticas com a premissa de que o mundo não durará.

“A negação do mundo como fenômeno político só é possível à base da premissa de que o mundo não durará” (ARENDR, 2007, p. 64). Por esta razão, como vimos anteriormente, quando nos comprometemos com a matéria terrestre e com o mundo partilhado, entramos no fenômeno político, onde as pessoas discutem e constroem o mundo que habitam.

A política como lugar de discussão pública que constrói e encaminha decisões e formas de fazer do bem comum, determina quem participa ou não destas decisões. Aqui nos deparamos com uma questão importante: Quais discursos ou modos de vida são reconhecidos e legitimados na esfera pública, para traçar as decisões do bem comum? Para Rancière (2009), este é um dos maiores obstáculos, visto que, poucos de fato realizam o que ele chama de partilha do sensível, ou seja, quem pode ser visto e ouvido. Essa partilha define quem aparece e toma parte do comum, das posições e movimentos dos corpos, de acordo com sua ocupação, o tempo e o espaço em que desempenham essa função, definindo assim capacidades e afazeres para o comum (RANCIÈRE, 2009). De acordo com o tempo e o espaço, do que pode e deve ser visto e ouvido, cria-se uma estética da política, definindo o que está em “jogo na arena política como configuração da experiência” (RANCIÈRE, 2009, p. 28).

Como se formula e cria esta partilha do sensível, depende da maneira como se constitui a experiência do sujeito no mundo, de como se desenvolve sua percepção, seu sensorio motor, a experiência sensível. Sendo assim, entender a estética do nosso tempo, nos convoca a estarmos atentos em como as coisas são percebidas por um grupo

específico, como estamos traduzindo e criando mundos, determinando formas sensíveis de subjetivação.

Por esta razão, segundo Rancière (2009), cada recorte do tempo e espaço, são políticos, pois quando determina o que, quem e como pode aparecer, definem configurações de subjetividade e participação política. E sob esta “legitimação” da aparição, é que observamos a exclusão de modos de existências que, por não interessarem ao capitalismo atual, são massacrados nas suas estéticas de vida como sendo de pouco valor ou mantendo-os na esfera da invisibilidade. Acrescentando que, a massificação de uma estética neoliberal, mantém, num país como o nosso, a produção de subjetividades dóceis e acordadas com um inconsciente-capitalista-colonial (ROLNIK, 2018).

A estética é um modo de experiência de si e do mundo, que compartilha existências de um mundo comum. Quando fazemos um recorte de tempo e espaço, escolhemos quem fala ou não, como se fala, coloca-se em jogo na política, uma forma de experiência.

A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. (...) É a partir desta estética primeira que se pode colocar a questão das ‘práticas estéticas’, no sentido em que entendemos, isto é, como formas de visibilidade das práticas da arte, do lugar que ocupam, do que fazem no que diz respeito ao comum. (RANCIÈRE, 2009, p.17)

Sendo assim, desafiamos fazer algumas perguntas no campo da arte. O que está visível? O que está à margem da invisibilidade?

No trabalho clínico com velhos presenciamos muitos impasses de exclusão e preconceito social, da negligência dos serviços públicos, da marginalização na área educacional, cultural e de trabalho. As diferenças econômicas e raciais tornam estas exclusões ainda mais violentas e perversas, com práticas necropolíticas das memórias, crenças, direitos e vidas destas pessoas. Aqui incluímos as práticas artísticas e seus modos de viver singulares que muitas vezes são massacrados muito antes de se tornarem sementes criativas para um porvir.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Assim, se a política determina formas de subjetivação onde se configuram as formas de participação política, e se é nessa participação que encontramos maiores obstáculos por conta do sistema de distribuição sensíveis, que determina quem pode ser ouvido e visto, defendemos o ativismo como uma batalha para colocar na cena da esfera pública, maneiras de sentir e perceber diferenciadas daquelas impostas pela cultura hegemônica dominante. Essa partilha do sensível que coloca Rancière (2009) traduz o que pode ser visto e ouvido, produzindo subjetividades estéticas na vida política. Segundo o autor, a política acontece quando alguns elementos desafiam a continuidade da ordem vigente, portanto o exercício da política é desafiar o contínuo, uma vez que instaura e determina outras formas de percepção, possibilitando outras configurações de participação social. Assim, a partilha do sensível diz respeito a estas diversas capacidades de perceber, desenhando outras distribuições do sensível que determina o que é comum a uma comunidade. Na política, é justamente o espaço onde, aqueles que não possuem o direito de serem contados como falantes, possam de alguma maneira, fazerem de si parte da conta.

O ativismo batalha para colocar na arena da esfera pública, maneiras de sentir e perceber diferenciadas daquelas impostas pela cultura hegemônica dominante. Essa partilha do sensível, que traduz o que e quem “pode” ser visto e ouvido, produzindo subjetividades estéticas na vida política e coletiva, precisa ser plural e distribuída entre os corpos daqueles que sempre foram silenciados e excluídos. Pensar que a arte, no cerne da política, pode ter uma disposição justa para que todos possuam condições de acessar os bens de produção e serviços construídos pelo homem como bem comum, levando em conta as diferenças territoriais e de existências, para que estas ganhem valor como diferença e não sucumbam diante da massificação e universalidade das imagens neoliberais construídas e/ou capturadas. Nesta perspectiva, o ativismo se coloca na resistência contra este modelo baseado na igualdade universal, que mantém o domínio sob os excluídos da política e da partilha do sensível.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

CONCLUSÃO

A partir das três proposições expostas para explorarmos um pouco este termo artivismo na clínica e na vida, para além de concluir algum pensamento, fazemos perguntas para compor nossos questionamentos cotidianos.

Como redistribuir o sensível? Como introduzir novos elementos no campo da percepção? De que forma os corpos se posicionam no espaço comum? E aqui, os corpos velhos que compõem nossa prática e estudos na clínica? Que novas práticas artísticas do corpo podem propor diferentes configurações na comunidade? Como enfrentar nossas sombras diante de um mundo tão ameaçador sob nossos corpos?

Entendemos que uma prática estética e ética, no sentido de intencional no exercício da vida, modos de ser singulares e menos massificados e formatados, pode nos dar algumas pistas sobre estes questionamentos. Um movimento mais autêntico nas maneiras de sentir, pensar e agir, atreladas ao comprometimento com o ambiente, os outros seres que compõem a atmosfera, e com a manutenção e criação do bem comum e democracia, sendo indispensável a convivência com a diferença.

A arte nesta proposta, como um ato político, estético, vivo e ético, inscreve novos sentidos na comunidade, novas construções subjetivas e outras maneiras de conhecer, abrindo espaço para diferentes paradigmas e movimentos sociais. O artivismo nos convoca a viver e a criar uma vida e uma clínica estética, democrática, singular e política, expressando com arte o próprio corpo em condições mais alegres e conectado com o ambiente e a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. A Condição Humana. 10º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BERGSON, Henri. A evolução criadora. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

CAGE, John. Silêncio. Trad. Beatriz Bastos, Ismar Tirelli Neto. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

DELEUZE, Gilles. Aula ministrada em 07 de abril de 1981, na Universidade de Paris 8 Vincennes-Saint Denis. Disponível em: <https://www.webdeleuze.com/textes/383>

FERRAZ, Maria Cristina. Espirais do medo: como surfar turbilhões. Rio de Janeiro: Via Verita, 2024.

FERRAZ, Silvio. Livro das Sonoridades: notas dispersas sobre composição. 2 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. Além do bem e do mal. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001a.

_____. Genealogia da moral. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Assim falou Zaratustra. Tradução de Mário da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

PELBART, Peter. O tempo não-reconciliado. São Paulo: Perspectiva, 2015.

PELBART, Peter. O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento. São Paulo: N-1 edições, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org; Editora 34, 2009.

ROLNIK, Suely. Esferas da Insurreição. Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROLNIK, Suely. Antropofagia Zumbi. São Paulo: n-1 edições, 2021.

SOCIEDADE DO MEDO. Direção: Adriana L. Dutra. Produção: Inffinito. Brasil: 2022.

**O DIÁRIO DE BORDO COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO: ALTERIDADE,
LONGEVIDADE E TEMPORALIDADE NÃO-LINEAR NO PROCESSO
COREOGRÁFICO DE MIÊDKA** DOI: 10.5281/zenodo.16279666**1. Tatiana Avanço Ribeiro**

1. Pesquisadora de coreomusicologia (estudos das relações entre música e dança). Mestre em Música (Unicamp), Bacharel em Regência (Unesp) – tatiana.a.ribeiro@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa o papel do diário de bordo no processo criativo da coreografia *Miêdka: uma metáfora do encontro* (2023), explorando suas funções reflexivas, colaborativas e de mediação cultural. Com abordagem fenomenológica e dialógica, o estudo investiga como a escrita acompanha a dança, registrando transformações artísticas e discutindo temáticas como longevidade, etarismo e passagem do tempo. A metodologia combina pesquisa documental (diário, fotos, vídeos) e relato de experiência, destacando subjetividade e alteridade na interpretação e na elaboração do fenômeno artístico. Os resultados revelam que o diário, além de arquivo vivo, tornou-se ferramenta dramaturgicamente influenciando a criação e facilitando a colaboração à distância entre os artistas. A coreografia, inspirada na ideia de metamorfose encontrada no livro *Escute as feras*, de Natassja Martin (2021), celebra corpos maduros, resistindo à exigência de virtuosismo técnico e valorizando a experiência acumulada. Discussões éticas e estéticas emergiram, especialmente sobre exposição, autoria e a função do diário como mediador entre artistas e entre obra e público. Conclui-se que a dança e seu diário escrito, ao celebrarem a longevidade como potência criativa, desestabilizam narrativas etaristas e reafirmam a arte como território de encontros atravessados por temporalidades não lineares.

Palavras-Chave: Diário de bordo; Dialogismo; Dança e longevidade; Espaço-tempo; Processo colaborativo.

**THE LOGBOOK AS SPACE OF DIALOGUE: ALTERITY, LONGEVITY, AND NON-LINEAR
TIME IN MIÊDKA'S CHOREOGRAPHIC PROCESS**

Abstract: This article examines the role of the logbook in the creative process of the choreography *Miêdka: a metaphor of the meeting* (2023), exploring its reflective,

collaborative, and cultural mediation functions. Adopting a phenomenological and dialogical approach, the study investigates how writing accompanies dance, documenting artistic transformations and addressing themes such as longevity, ageism, and the passage of time. The methodology combines documentary research (logbook, photos, videos) and experiential accounts, emphasizing subjectivity and alterity in the interpretation and development of the artistic phenomenon. The findings reveal that the logbook, beyond serving as a living archive, became a dramaturgical tool, influencing the creative process and facilitating remote collaboration among the artists. The choreography, inspired by the concept of metamorphosis found in *In the eye of the wild*, by Natassja Martin (2021), celebrates mature bodies, resisting technical virtuosity demands and valuing accumulated experience. Ethical and aesthetic discussions emerged, particularly regarding exposure, authorship, and the logbook's role as a mediator among artists and between the work and its audience. The study concludes that dance and its written logbook, by celebrating longevity as creative potential, challenge ageist narratives and reaffirm art as a territory of encounters shaped by nonlinear temporalities.

Keywords: Logbook; Dialogism; Dance and longevity; Space-time; Collaborative process.

INTRODUÇÃO

Nós somos eternamente ancestrais de nós mesmos.

Ana Mondini

Escrever um diário sobre um processo de criação artística pode ser uma tarefa intimista e solitária. Levar um diário ao público, por sua vez, pode ser tanto uma tarefa de recriação quanto um convite a conhecer os lados mais sutis de uma obra. Pode chamar quem lê a apreciar a arte com novos olhos e ouvidos.

Este artigo é um processo de reflexão científica sobre a criação do diário de bordo da coreografia *Miêdka: uma metáfora do encontro* (2023)¹², redigido por mim a convite da diretora da iN SAiO Cia. de Arte, Claudia Palma, desde a concepção criativa da obra até suas performances ao público naquele ano. Todo o percurso da coreografia foi poeticamente retratado em treze páginas de diário, postadas entre maio e novembro de

¹² O *teaser* da coreografia, com parte da trilha e seus principais momentos coreográficos, pode ser assistido neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=FgC4Gy8KPhI>.

2023 no site Movimento e Som¹³. Neste capítulo de livro, coreografia e diário complementam-se em um objeto de pesquisa feito de dança, música e palavra.

Miêdka é uma obra sobre as transformações desencadeadas pelos encontros ao longo da vida. É uma coreografia livremente inspirada no livro *Escute as feras*, da antropóloga Natassja Martin (2021). Nele, a autora narra o encontro que teve com um urso durante seu percurso de pesquisa nas geleiras mais remotas da Rússia: nas mordidas e corpo a corpo do ataque, ambos sobrevivem e acabam levando consigo partes um do outro, partes de um encontro que transformará tanto a mulher quanto o urso progressivamente e para sempre.

A palavra *miêdka* surge no livro de Martin para designar aqueles que foram marcados pelo encontro, e dali em diante passam a ser metade urso e metade humanos, pois transformam-se e criam uma conexão espiritual a partir da animalidade desse encontro. Na coreografia *Miêdka*, por sua vez, os bailarinos Claudia Palma e Armando Aurich buscaram retratar as metamorfoses que os encontros com Ana Mondini causaram em suas vidas, tanto no âmbito artístico quanto pessoal. Ana esteve em muita proximidade com Claudia e Armando como bailarina e diretora durante seus percursos pelas companhias de dança da cidade de São Paulo, durante as décadas de 1970 a 1990. A composição de *Miêdka* surge como forma de ritualizar e atualizar esses encontros, dando-lhes todas as nuances de três vidas inteiras de profissão na dança. No ano da estreia, Claudia e Armando completaram 60 anos de idade e Ana completou 70: trata-se de décadas de vivências acumuladas em que ambos morderam e foram mordidos, e reencontram-se para criar uma forma artística que expresse essas metamorfoses e aponte novas poéticas coreográficas para as danças da longevidade.

¹³ Todo o diário de bordo está disponível para leitura neste *link*: <https://movimentoesom.com/portfolio/in-saio-miedka-projeto-entre-platos/>.

Figura 1: Claudia Palma (esquerda), Ana Mondini (centro) e Armando Aurich (direita) em *Miêdka*: uma metáfora do encontro (2023)



Foto: Hamilton Ramos

OBJETIVO

Com um olhar fenomenológico e dialógico, busca-se refletir sobre o papel do diário de bordo para os processos criativos de dança (e de arte, como um todo). Esta análise crítica pretende apresentar as funções práticas, colaborativas e reflexivas da escrita de diários de bordo, elaborando as implicações da posição do escritor do diário dentro do processo criativo e de suas funções de mediação cultural. A leitura crítica do diário e coreografia de *Miêdka* tem como objetivo revelar de que maneiras a dança contemporânea de São Paulo tem construído discursos sobre idade, passagem do tempo e etarismo.

METODOLOGIA

Este artigo coloca-se entre o relato da experiência de escrita de diário de bordo e a pesquisa documental, considerando como documentos tanto as fotos e vídeos da coreografia *Miêdka* quanto o próprio diário de bordo. Por se tratar da minha interpretação de pesquisadora sobre um objeto artístico, parte-se de uma abordagem fenomenológica na intenção de "resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado", por meio de técnicas de natureza qualitativa e não estruturada (Gil, 2021, p. 16).

A realidade é entendida como o que emerge da intencionalidade da consciência voltada para o fenômeno. A realidade é o compreendido, o interpretado, o comunicado. Não existe, portanto, para a fenomenologia, uma única realidade, mas tantas quantas forem as suas compreensões, interpretações e comunicações. (Ibidem, p. 15)

Do ponto de vista do filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin, no entanto, toda compreensão é, por si só, um ato de criação e de diálogo, o que dá ao *outro* uma posição ativa na comunicação discursiva.

Portanto, toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê). O próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas duble o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução etc. (Bakhtin, 2011, p. 271-272)

Ou seja, o dialogismo bakhtiniano valoriza uma *subjetividade na alteridade* em processos de criação de sentidos. Esse fator favorece a compreensão do meu lugar de escritora nesse processo criativo, bem como a contribuição dos olhares dos artistas entre si no desenvolvimento da obra, no ato de deixar que o fenômeno artístico se transforme constantemente mediante o olhar do outro.

A revolução de Bakhtin caracteriza-se por haver mudado o ponto de referência da fenomenologia, que já não se coloca no horizonte do "Eu", mas no horizonte do "Outro". Uma mudança que não só põe em discussão toda a direção da filosofia ocidental, mas também a visão de mundo dominante em nossa cultura" (Ponzio, 2009, p. 11)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Machado (2002) em *O diário de bordo como ferramenta fenomenológica para o pesquisador em artes cênicas*, um diário é "uma espécie de literatura sendo criada pelo trabalho em processo" (p. 261). É um tipo de prática de registro mais comum nos campos de artes cênicas e educação, mas que oferece possibilidades reflexivas importantes para quaisquer linguagens artísticas, e especialmente para processos de pesquisa em artes.

Por ser um tipo de escrita feita a partir de um fenômeno inacabado, possui uma grande maleabilidade de forma, maleabilidade necessária para que se mantenham abertas as possibilidades criativas da obra em processo, especialmente nos seus momentos iniciais de criação. Em vez de ferramenta metodológica, o diário de bordo pode ser considerado como um tipo de texto filosófico, metalinguístico e meditativo:

Proponho tratar o Diário como um recurso filosófico e metalinguístico para o pesquisador-criador, cuja finalidade principal seria a ampliação de um espaço meditativo da experiência vivida durante a pesquisa, traduzindo o valor deste recurso de maneira não diretamente pragmática ou funcional, nem de leitura a ser necessariamente compartilhada: daí seu caráter de intimidade, de "Diário". (Machado, 2002, p. 263)

Valor não pragmático e caráter de intimidade, no entanto, são fatores que podem variar a depender de *como*, *quem* e *para quem* se escreve. Frente a isso, emergiram as questões: quais são as implicações de estar ou não incluída no processo criativo da obra ao escrever um diário? De que maneira os diferentes níveis de exposição do texto — se seria apenas um registro pessoal, se serviria apenas aos artistas criadores, se seria compartilhado publicamente — interferem na forma como se escreve e em quais conteúdos podem ou não ser expostos? Ou seja, os problemas da escrita de um diário de bordo não são apenas estéticos, mas também éticos.

Em diálogo com Claudia Palma, diretora da iN SAiO, me foi dada a autonomia criativa frente a essas questões e apenas algumas direções para trilhar o percurso. Me foram dadas duas referências bibliográficas: o já citado *Escute as feras* e o livro *Bandoneon: em que o tango pode ser bom para tudo?* (1989), do dramaturgista Raimund

Hoghe, ambos livros com perfil de diário que influenciaram o tom e a estrutura da escrita por vir, sendo um primeiro *como* para o diário.

A respeito do *quem*, entendi que eu estava inicialmente fora do processo criativo de Claudia, Armando e Ana, mas conforme os textos eram publicados e lidos por eles, minha visão colaborava com os rumos da pesquisa estética, uma vez que dialogicamente o ato de registrar já é, por si, criação. Entendeu-se, então, que o caráter intrinsecamente poético dessa escrita fazia dela, na verdade, uma ferramenta de colaboração dramatúrgica. Essa minha mudança de função no processo já era anunciada, na verdade, em um dos livros dados como referência, o *Bandoneon*: é um livro de registro textual e fotográfico de um processo criativo da coreógrafa alemã Pina Bausch, feito não por alguém alheio ao processo, mas pelo próprio dramaturgista da Cia. de Dança de Wuppertal, Raimund Hoghe.

Foi na questão do *para quem* que as questões éticas do diário se apresentaram com mais força. No entanto a abordagem contemporânea, característica da iN SAiO, favoreceu uma visão de obra aberta em *Miêdka*, aberta entre os artistas da dança e artistas colaboradores – Hernandez de Oliveira (desenho e operação de luz, ambientação cênica), Joaquim Tomé (trilha sonora original) e Rodrigo Vilalba (provocação filosófica) – bem como aberta ao público durante e após seu processo de criação. Assim, o diário teve uma importante função de ferramenta de mediação dialógica, articulando diversas vozes e permitindo que tanto o público quanto os artistas colaboradores, que não frequentavam todos os ensaios, pudessem ter acesso às concepções iniciais, às idas e vindas do processo de criação – que nunca é linear –, às certezas e incertezas, enfim, a uma espécie de arquivo vivo da criação em curso.

Toda essa transmissão escrita foi de importância fundamental para a artista à qual se referia esse grande encontro que é *Miêdka*: Ana Mondini. Por estar vivendo em Portugal e ter chegado ao Brasil três semanas antes da apresentação, Ana valeu-se de diversos meios tecnológicos para participar dos processos de criação com Claudia e Armando, sendo eles o próprio diário no site Movimento e Som, o *WhatsApp* e o software de reuniões *online Zoom*.

Dentre os meios tecnológicos que mediaram a participação de Ana à distância durante o processo criativo, pode-se citar também a música. O trio ensaiou durante três meses no silêncio, sem nenhum estímulo sonoro, e nesse período estabeleceram uma partitura corporal de improvisação baseadas em diferentes estados corporais (instabilidade, travessia, tremor, celebração, animalidade) e durações de tempo relativas, variáveis de acordo com as disposições do corpo em metamorfosear de um estado a outro. Após esse período, convidaram Joaquim Tomé para a composição da trilha de *Miêdka*. Atento às necessidades coreográficas, Joaquim compôs uma trilha que refletia essas mudanças de estado, mas que por ser um áudio pronto e gravado não tinha durações relativas e sim fixas. Embora o trio precisasse manter uma relação tensa com essa música, na resistência de ainda manter a fluidez e relatividade das mudanças de estado corporais, essa música foi um importante fator de conexão à distância com Ana, pois enquanto a qualidade de vídeo que chegava a ela por meio de gravações e transmissões de ensaio era baixa, a qualidade de áudio era alta e estabelecia um estado de espírito comum entre todos os artistas criadores, favorecendo seus encontros à distância.

Quanto às questões temáticas e estéticas abordadas na coreografia, foi possível observar, desde o início, uma postura crítica e de resistência ao etarismo na dança. Diante da tendência à alta performance nos ambientes de dança cênica ocidental (vulgo balé clássico e suas derivadas vertentes de dança moderna e contemporânea), o desgaste físico leva muitos artistas a encerrarem suas carreiras de performance precocemente, migrando para outras funções como as de professores, ensaiadores, diretores, produtores, entre outros. Pertencentes a esse meio, Cláudia, Armando e Ana assumiram cargos de docência e direção ao longo de suas carreiras, ainda na área da dança, porém optaram também por investigar poéticas de dança contemporânea que valorizem todas as suas vivências artísticas e que sejam favoráveis tecnicamente às possibilidades físicas de suas idades atuais. Refletindo essa intenção, em uma das páginas do diário, Cláudia e Ana discutem:

Como é uma criação que trata de vivências e não de performatividade técnica, Cláudia enfatiza: “Não quero que o trabalho seja mostrar ‘o melhor’ de cada um”. Ana discorda: “Nessa idade a gente só faz o melhor que pode”, no entanto “o que

eu tenho a oferecer hoje não tem mais nada a ver com técnica". (Avanço, 2023, p. 7)

O pequeno diálogo expresso na citação de diário acima demonstra uma leve discordância inicial entre Cláudia e Ana sobre o que seria "o melhor" em uma dança, em termos técnicos e expressivos. Cláudia, inicialmente, entendia que esse melhor tivesse a ver com algum tipo de virtuosismo técnico, já entendido como algo que não seria desejável nem possível de se alcançar — por isso ela não quer que *Miêdka* mostre "o melhor de cada um". Ana, por sua vez, entende que o valor da dança, nas suas presentes idades, já não reside mais na técnica e sim no saber fazer, na tranquilidade de apresentar a experiência de vida acumulada que, por si só, tem muito a expressar:

Odeio ensaios longos. A gente estudou tanto pra quê, pra ficar treinando a experiência?

A exaustão não é necessária, trata-se de uma história de vida e não de esforço para viver: é sobre nós. Não há sentido em se estropiar, é preciso dosar a energia e afinar a arte de fazer arte. (Mondini apud Avanço, 2023, p. 10)

Toda essa experiência, no caso do trio, não é algo individualista, mas sim construído coletivamente entre eles durante uma boa parte de seus percursos artísticos. Ao longo do processo criativo, eles foram tomando consciência de que foram e ainda continuam sendo transformados uns pelos olhares dos outros. Sendo assim, a ideia de metamorfose pessoal e artística é, para eles, um processo longo e contínuo em que uns tomam partes dos outros e que se concretiza no decorrer dos longos períodos da vida.

"A Ana está no meu corpo, em aula, em palco, ela não sabe o quanto eu suguei dela", diz Cláudia. Armando enfatiza o quanto *Mar dito mar* (1995), coreografado por Ana Mondini, foi um divisor de águas em sua vivência de bailarino. Ana, por sua vez, também se refaz por meio dos olhares deles dois, e diz que "já era tudo isso que foi dito e não sabia". (Avanço, 2023, p. 4)

Essa perspectiva de metamorfose, que é coletiva e de longa duração, coloca a passagem do tempo como um fator positivo e não linear. Assim, é possível celebrar a maturidade como potência criativa, colocando memórias em contato com o presente sem querer revivê-las, mas sim na intenção de habitar um espaço-tempo não linear em que, como dizia Cláudia, "tudo é e tudo está". Com a não linearidade, ressignifica-se também a ideia de morte. No livro *Escute as feras*, o fato de Martin encontrar um urso e estar à beira da morte não foi um fato trágico, mas uma abertura para a transformação, à maneira de

um portal. Na coreografia, mesmo que Ana dissesse que “a exaustão não é necessária”, era no cansaço de dançar, cansaço dos corpos maduros, que o encontro e a metamorfose se concretizavam em uma morte simbólica e ritual, repetindo, renovando e se aprofundando a cada performance, a cada novo encontro do trio.

“Dois minutos pra matança”, anunciava Claudia Palma momentos antes da estreia de *Miédka*. Era uma frase comum nos tempos em que eles dançavam na Cisne Negro cia. de Dança, na década de 1980. Era, também, um jeito de dizer que a exaustão de dançar aproximava-se de maneira inexorável, e dela não havia como escapar tal como não se escapa da morte. Era, sobretudo, a expressão que definia o cansaço de três corpos maduros que não saberiam viver de outro modo que não fosse por meio da criação: precisam, portanto, morrer (e renascer) no sacrifício ritual que é natural e necessário para que qualquer forma de arte venha ao mundo. (Avanço, 2023, p. 13)

Ao final da obra, Claudia, Armando e Ana mordiam-se, como que tomando pedaços uns dos outros ao som de *In the midst of life*, a segunda parte de *Two funeral sentences*, do compositor barroco Henry Purcell (1659-1695)¹⁴: uma música sacra para ritualizar um (re)encontro profano, animal, em que as mordidas não são de ataque, mas de comunhão. Ao final de 2023, o trio recebeu o prêmio anual de dança da Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA) na categoria Elenco, momento em que também foi premiado o espetáculo *Corpos Velhos: pra que servem?*, na categoria de Projeto/Programa/Difusão/Memória (Rochelle, 2024). Trata-se de um momento de reconhecimento das poéticas de dança da longevidade: nunca é tarde para discuti-las justamente porque nunca é tarde para se dançar.

¹⁴ https://www.youtube.com/watch?v=p4iM_fzKUkk

Figura 2: Claudia Palma (abaixo), Ana Mondini (direita) e Armando Aurich (esquerda) na cena final de *Miêdka*



Foto: Hamilton Ramos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diário de bordo de *Miêdka*, articulando as funções de registro, mediação e diálogo entre artistas e público, revelou-se um instrumento importante para a colaboração dramaturgica no processo criativo da obra. A escrita assumiu progressivamente um papel ativo no decorrer da obra, transcendendo sua inicial função documental para se tornar parte integrante da construção de sentidos: isso porque, dialogicamente, é por meio do olhar do *outro* que toda e qualquer linguagem acontece e se desenvolve – seja a linguagem escrita, dançada, sonora ou qualquer outra. Não só a linguagem, como também as subjetividades artísticas de Claudia Palma, Armando Aurich e Ana Mondini puderam ser feitas e refeitas por meio da alteridade, do olhar ao *outro* que o encontro de *Miêdka* proporcionou.

A abordagem fenomenológica e dialógica permitiu explorar como a dança contemporânea ressignifica o tempo, o corpo maduro e o etarismo, afirmando a potência



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

artística além da técnica. Entendeu-se que a abordagem temporal não linear, proposta pela coreografia, reforçou o discurso de resistência ao etarismo, borrando as fronteiras entre passado, presente e futuro em nome de uma coexistência de vivências e memórias, atualizadas justamente por meio da presença. Por fim, *Miêdka* e seu diário reforçam a ideia de que a arte é um contínuo processo de encontros — consigo, com o outro e com o tempo —, reafirmando que nunca é tarde para dançar, criar e renascer.

Financiamento: 32º Edital de Fomento à Dança da cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVANÇO, Tatiana. **IN SAiO | Miêdka: Diário de bordo de um processo criativo de dança de Claudia Palma, Armando Aurich e Ana Mondini.** 2023. Disponível em <https://movimentosom.com/portfolio/in-saio-miedka-projeto-entre-platos/>. Acesso em 10 abr 2025.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7a ed. São Paulo: Atlas, 2021.

HOGHE, Raimund; WEISS, Ulli. **Bandoneon: em que o tango pode ser bom para tudo?** São Paulo: Attar Editorial, 1989.

MACHADO, Maria Marcondes. O diário de bordo como ferramenta fenomenológica para o pesquisador em artes cênicas. **Sala Preta**, v. 2, n. 0, p. 260, 2002. Disponível em: <https://revistas.usp.br/salapreta/article/view/57101>. Acesso em 25 abr 2025.

MARTIN, Natassja. **Escute as feras.** São Paulo: Editora 34, 2021.

ROCHELLE, Henrique. **APCA Dança, 2023, Premiados.** 2024. Disponível em <https://outradanca.com.br/criticas/apca-2023/>. Acesso em 5 mai 2025.

**TRANSDISCIPLINARIDADE, ARTE CULTURA E SAÚDE MENTAL:
RELAÇÃO ENTRE ARTE CULTURA E SAÚDE MENTAL EM
DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE**

 DOI: 10.5281/zenodo.16279706

1. Marília Martins de Araújo Reis

1. Doutora e Mestra em Estado e Sociedade (UFSB). Psicóloga (UFPE). Especialista em Estudos Transdisciplinares em Cultura (UNEB), Gestão de Redes de Atenção em Saúde (ENSP/ FIOCRUZ)
mariliaamarilis@hotmail.com

Resumo: O presente artigo propõe identificar e analisar criticamente a relação Arte Cultura e Saúde Mental, considerando o aspecto transdisciplinar, em documentos emitidos pelo Ministério da Saúde (MS), através de pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem qualitativa. Tomou-se como referência a Portaria N° 3.088, de 23/12/2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), os Cadernos de Atenção Básica N° 34 – Saúde Mental e N° 39 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), o Caderno Humaniza SUS, Volume 5 – Saúde Mental e o Curso de Formação dos profissionais das *eMulti*, baseado na Portaria GM/MS N° 635, de 22/05/2023. Observou-se que tais documentos produzidos pelo Ministério da Saúde fundamentam as práticas híbridas nos pontos de atenção da RAPS, a exemplo da Atenção Básica e Centros de Convivência, considerando o território enquanto cenário e ator, no qual o uso de elementos artísticos culturais consiste em estratégia que favorece a transdisciplinaridade, amplia o cuidado em saúde mental e propicia o protagonismo e a inclusão social. Além disso, contribui para a promoção, prevenção e cuidado humanizado do sofrimento psíquico de forma a considerar sua complexidade, corroborando para a desconstrução dos paradigmas e práticas manicomial. Pode-se também considerar que a relação arte cultura encontrou-se presente nos documentos analisados, por vezes direta ou indiretamente, variando apenas em relação ao grau de relevância com que é abordada.

Palavras-Chave: Transdisciplinaridade; Arte-Cultura; Saúde Mental; Rede de Atenção Psicossocial; Pesquisa documental.

**TRANSDISCIPLINARITY, ART/CULTURE AND MENTAL HEALTH: RELATIONSHIP
BETWEEN ART/CULTURE AND MENTAL HEALTH IN DOCUMENTS PRODUCED BY
THE MINISTRY OF HEALTH**

Abstract: This article proposed to identify and critically analyze the relationship between Art/Culture and Mental Health, considering the transdisciplinary aspect, in



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

documents issued by the Ministry of Health (MH), through documentary and bibliographic research, with a qualitative approach. The references taken were Ordinance No. 3,088, of 12/23/2011, which institutes the Psychosocial Care Network (RAPS), the Basic Care Notebooks No. 34 — Mental Health and No. 39 — Family Health Support Center (NASF), the Humaniza SUS Notebook, Volume 5 — Mental Health and the Training Course for eMulti professionals, based on Ordinance GM/MS No. 635, of 05/22/2023. It was observed that such documents produced by the Ministry of Health support hybrid practices in the RAPS care points, such as Primary Care and Community Centers, considering the territory as a scenario and actor, in which art/culture consists of a strategy that favors transdisciplinarity, expands mental health care and provides protagonism and social inclusion. In addition, it contributes to the promotion, prevention and humanized care of psychological suffering in order to consider its complexity, corroborating the deconstruction of asylum paradigms and practices. It can also be considered that the art/culture relationship was present in the documents analyzed, sometimes directly or indirectly, varying only in relation to the degree of relevance with which it is addressed.

Keywords: Transdisciplinarity; Art-Culture; Mental Health; Psychosocial Care Network; Documentary research.

INTRODUÇÃO

A diversificação de estratégias para o cuidado em políticas públicas de Saúde Mental (SM) no Brasil através do uso da arte cultura, amplia ações transversais, articulações e soluções, com a possibilidade de amenizar as resistências das formas tradicionais de trabalho. A interação transdisciplinar arte cultura e saúde mental que acontece em meio ao território, pode envolver a interação dos diferentes pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (a Atenção Básica, Saúde Mental e outros), além do que está disposto na comunidade de pertença dos usuários, dentre outros – o intersetor. Isto favorece o usuário com transtornos mentais, corroborando na quebra de estigmas da cultura, rompendo com a exclusividade do modelo biomédico de tratamento e apoia a lógica antimanicomial. Impulsiona também a promoção e prevenção à saúde integral, fomentando a humanização, o resgate da cidadania e da autonomia do sujeito, possibilitando-lhe ressignificar sua identidade.

Porém, o uso de estratégias diferenciadas ainda encontra dificuldades frente ao modo de cuidado em SM prevalente, advindo da formação profissional estabelecida hegemonicamente, por um paradigma ambulatorial e/ou hospitalar, biomédico e hierarquizado. Para romper com estas resistências presentes no território, sugere-se desenvolver estudos para conhecer o que preconizam documentos do Ministério da Saúde (MS)/ SUS sobre saberes e fazeres no âmbito da política pública de saúde, no que tange a essas estratégias. A exemplo, a arte cultura, no trato da SM – a RAPS — e a Atenção Primária em Saúde (Atenção Básica- AB), pode ser conferida nestes documentos, por vezes direta ou indiretamente, fundamentando estas práticas.

A hegemonia econômica do modelo capitalista provocou um processo tanto de fragmentação, como de homogeneização cultural, dentre outros aspectos, o que, segundo Lima e Guirardi (2008), acionou o fomento de produções filosóficas e artísticas no século XX, despertando o pensamento complexo como ferramenta de grande potência para abordar as questões da contemporaneidade e superar a lógica disciplinadora. Ampliou-se assim a visão e a forma de atuar e interagir sobre as realidades diversas, abrindo-se o espaço para práticas híbridas, novas formas de cuidado, onde a estrutura de disciplinas isoladas não é suficiente para tratar de questões como o sofrimento psíquico, as misérias sociais de causas tão complexas e exigentes, conforme afirma Guerra (1998).

Esta diversidade torna-se construtiva na busca de soluções, tornando a transdisciplinaridade uma proposta adequada de atuar, produzindo resultados que vão além da soma das partes. Entende-se transdisciplinaridade no aspecto que define Nicolescu (1999, p. 22), dizendo respeito “àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina”. Em outras palavras, constitui-se em um processo de construção coletiva, sem hierarquias disciplinares, que estimula a responsabilidade compartilhada sobre questões de pertencimento coletivo, podendo envolver a comunidade e todo território de ação. Sob esta perspectiva, a cultura em seu aspecto transversal, produz e transforma comportamentos, perpassa os diversos segmentos e relações que acontecem em um mesmo território, onde a produção de um sujeito-indivíduo não pode separar-se das marcas coletivas (Rubim, 2020; Hall, 2002; Barros, 1994).



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

No Brasil, a área de Saúde Mental sofreu transformações significativas a partir do movimento e do Movimento Social da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), iniciados nos finais da década de 1970. No modelo clássico, os antigamente ditos “doentes mentais” tinham sua cidadania interdita, sendo segregados, privados de sua liberdade (Tenório, 2002). Com a RPB, saiu-se da exclusividade do modelo organicista, havendo não apenas uma reforma de serviço, mas do modelo assistencial (ENSP, 2010). Reforçou-se a humanização e valorização do trabalho em equipes transdisciplinares com serviços diferenciados – os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) – proporcionando o atendimento que abrange o usuário, a família e a comunidade, com operação em rede. Isto implica em um deslocamento do hegemônico modelo médico, para a confluência com outros saberes, promovendo o diálogo, que desloca o foco da doença para a qualidade de vida, no qual as mais diversas e criativas estratégias de intervenção no território podem ser utilizadas no resgate da autonomia.

Com o passar dos anos, novos desafios surgiram e fez-se necessária maior interação da atenção psicossocial com serviços da Atenção Básica (AB), porta de entrada da comunidade para o Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da compreensão de que este segmento é mais próximo do território e de seus recursos, os quais estão diretamente ligados à realidade de vida do usuário e possui acesso precoce a situações que podem levar a um possível adoecimento mental. Em 2008, o MS cria os *Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)*, equipes multiprofissionais de atuação transdisciplinar, para dar suporte às Equipes de Saúde da Família (ESF), ampliando o acesso, a melhoria da qualidade e da resolutividade (Melo; Pereira, 2014). Ressalta-se que os NASF foram denominados posteriormente NASF-AB e são atualmente as equipes multiprofissionais – *eMulti*, instituídas pela *Portaria GM/MS nº 635, de 22/05/2023*. A diferença apresentada pelas *eMulti* em relação aos NASF se refere basicamente a ter mais recursos, tecnologia, território, profissões e áreas de atuação.

A conduta dos profissionais de saúde necessita de mudanças, que envolveram o reconhecimento dos limites dos conhecimentos, com compromisso ético, bem como a busca de ajuda na intersectorialidade. Constitui-se em desafio a transformação do

paradigma fragmentado de homem, já que equipes e equipamentos são mobilizados por uma necessidade complexa existencial e juntos, podem produzir saúde de forma mais corresponsável (Rede Humaniza SUS, 2016). Estas formas de ação também estimulam a autonomia, reforçam a cidadania, a inclusão social e, ao mesmo tempo, oferecem a possibilidade de alívio para o sofrimento psíquico, constituindo-se aqui a prática cultural e simbólica em elemento essencial e fundamental na construção da saúde. A cultura é uma “estratégia de transformação das relações entre a sociedade e os sujeitos com transtornos psíquicos” (ENSP, 2010).

No âmbito das políticas culturais tais interações são pouco conhecidas, mas eventos como a “Oficina Loucos pela Diversidade”, realizada em 2007, visaram identificar estratégias de aproximação e promoção das expressões culturais que integram a diversidade cultural do Brasil, concluindo-se que a dimensão da saúde mental pode e deve ser incorporada aos objetivos e às demais ações do Ministério da Cultura (Amarante; Lima, 2008). Para além do transtorno mental, o sofrimento psíquico reflete uma dimensão da cultura, cada vez mais discutida na atualidade, agravado no contexto pós-pandêmico. Amarante e Lima (2008) abordaram o sofrimento produzido pelo risco social e pelo cotidiano, seja pela impossibilidade de uma vida digna ou pela iniquidade, o que demarca muitas vezes a violência. Desse modo, a promoção e prevenção em saúde mental são necessárias e não se restringem às políticas públicas de SM, mas inicia-se pelo cuidado na comunidade e nos serviços da AB (OMS, 2006, *apud* Cordeiro *et al*, 2010).

Como no Brasil, no cotidiano da AB não é dada à saúde mental a mesma relevância da saúde física, seja por negligência, dificuldade de visão integral, ou por desinformação, exceto raras exceções que se esforçam por caminhar em conformidade com a Política Nacional de SM, consolidando o modelo de atenção aberto e de base comunitária, onde a ampliação de possibilidades de intervenção também incluiu a interface Arte – Cultura – Saúde Mental (Carvalho, 2015; Martins, 2015). Apesar de restrito, o uso desta interface no âmbito da AB, já é considerado promissor nos resultados encontrados por estudos transdisciplinares, a exemplo de Araújo, Câmara e Ximenes (2012), reconhecendo-a como recurso capaz de reduzir danos e gerar melhoria da qualidade de vida (Brasil, 2007).



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

OBJETIVO

O presente artigo propõe identificar e analisar criticamente a relação Arte Cultura e Saúde Mental em documentos emitidos pelo Ministério da Saúde (MS), considerando o aspecto transdisciplinar do cuidado em Saúde Mental na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

METODOLOGIA

Utilizou-se o método da pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem qualitativa, tomando como referência a Portaria N° 3.088, de 23/12/2011 (Brasil, 2011), que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), os Cadernos de Atenção Básica N° 34 – Saúde Mental (2013) e N°39 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) – Volume 1 (Brasil, 2014), o Caderno Humaniza SUS, Volume 5 – Saúde Mental (Brasil, 2015) e o Curso de Formação dos profissionais das *eMulti* (MS; FIOCRUZ; ENSP, 2024), fundamentado na Portaria GM/MS nº 635, de 22/05/2023 (Brasil, 2023). A escolha dos documentos se deu por amostragem intencional, a critério da experiência do autor, em vista de serem considerados estes de relevância para as práticas transdisciplinares no âmbito da saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS). Também se utilizou termos de busca como “Arte cultura e saúde mental”; “Arte e saúde Mental”; “Transdisciplinaridade e Saúde Mental”; “Saúde Mental na Atenção Básica”; “Arte cultura em documentos do Ministério da Saúde”. Os dados foram coletados em Plataformas na Internet, como a de Dissertações e Teses, Scielo, Google Acadêmico, sites do MS, Gov.br, livros, e-books.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS – DA EXISTÊNCIA DA RELAÇÃO ARTE CULTURA NOS DOCUMENTOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE À TRANSDISCIPLINARIDADE

O MS instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras

drogas, através da *Portaria N° 3.088, de 23/ 12/ 2011* (Brasil, 2011), envolvendo a prevenção, cuidados e tratamento para esta demanda. No Art. 2º, item IV, VI e VIII observa-se que o funcionamento da RAPS deve garantir o acesso, a qualidade, o cuidado integral e a assistência multidisciplinar ao usuário, na lógica interdisciplinar, bem como a diversificação de estratégias de cuidado, incluindo a redução de danos. No Art. 3º um dos objetivos definidos é a garantia da articulação e integração dos pontos de atenção à saúde no território, bem como em seu Art. 4º, incluem-se a promoção dos cuidados em saúde e a prevenção do adoecimento mental e do uso das drogas.

A constituição da RAPS no Art. 5º, consta da AB, que envolve as Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde atuam as Equipes de Saúde da Família (ESF), a equipe de Consultório na Rua e os Centros de Convivência (CC), ficando as UBS, segundo o Art. 6º, § 1º com a responsabilidade de desenvolver ações de promoção da SM, prevenção e cuidado dos transtornos mentais e ações de redução de danos, no âmbito individual e coletivo, compartilhando-as com os demais integrantes da RAPS. No § 1º deste mesmo Artigo, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF, atuais *eMulti*) está vinculado através das UBS em que atua, ao suporte e manejo de situações que envolvam sofrimento psíquico, transtorno mental e o uso de drogas. Os CC, enquanto parte da RAPS cumprem o papel de espaços de sociabilidade e intervenção na cultura e na cidade, onde desenvolvem-se diversas atividades, inclusive de Reabilitação Psicossocial, como iniciativas de geração de trabalho e renda, o que indiretamente se articula como espaço para desenvolvimento de potencial artístico cultural. Em resumo, este documento preconiza a ação em rede, com a articulação dos diferentes pontos de atenção, subentendendo a atuação transdisciplinar dos seus atores, o uso do território em seus múltiplos recursos, inclusive recursos da arte cultura.

Os *Cadernos de Atenção Básica N° 34* (Brasil, 2013) referenciam as práticas de Saúde Mental (SM) na Atenção Básica (AB), observando-se que a visão de Saúde Coletiva se expressa continuamente, enfatizando o fortalecimento do vínculo, o conhecimento do território, e conseqüentemente a transdisciplinaridade, onde as ações em SM na AB devem ser executadas por todos os profissionais de Saúde e “o que unifica o objetivo dos profissionais para o cuidado em SM devem ser o entendimento do território e a relação

de vínculo da equipe de Saúde com os usuários [...]” (Brasil, 2013, p. 22). A concepção de SM não é abordada de forma oposta à saúde física ou biológica, mas como sofrimento psíquico, não sendo este algo exclusivo de quem tem diagnóstico de transtorno mental, mas comum à vida humana, em um contexto sócio-histórico-econômico-cultural, o que amplia a visão de estratégias de ação, priorizando integralidade do sujeito, com visão transdisciplinar.

Os grupos de artesanato ou de geração de renda, na perspectiva da economia solidária (Brasil, 2013), e os CC estão incluídos entre os principais dispositivos comunitários no campo da SM na AB, importando que o trabalho com grupos na AB não deve reforçar as tipologias e diagnósticos – a doença — mas o grupo como local de encontro entre pessoas em contínua construção, onde “a primeira superação necessária dos profissionais é não enclausurar o sofrimento ao diagnóstico, mas ampliar as condições de sujeito e de saúde” (Brasil, 2013, p. 122). Grupos terapêuticos com o uso da *Terapia Comunitária Integrativa (TCI)* também se constituem em ferramenta disponível à AB no cuidado da SM, organizando-se como um espaço comunitário que possibilita troca de experiências e sabedorias de vida, buscando “reafirmar as práticas culturais como fomentadoras do exercício da união na família e comunidade” (Brasil, 2013, p. 144).

As Redes de Suporte Social, onde o cuidado é compartilhado, são fundamentais para aumento da resolubilidade, sendo previsto no Caderno nº 34 o envolvimento de outras políticas públicas, como de cultura, esporte, lazer, educação, trabalho, dentre outras no território, podendo ser articulado o *Projeto Terapêutico Singular (PTS)* (plano decorrente de estudos de caso para corresponsabilizar o cuidado em rede) em uma ação territorial, transdisciplinar entre os profissionais da AB, incluindo equipes do NASF (atuais equipes multiprofissionais – as *eMulti*) e o Apoio Matricial (encontro dialógico articulador entre equipes) com CAPS existentes. Tais ações transdisciplinares e intersetoriais visam reduzir ou eliminar as diversas vulnerabilidades de pessoas. Experiências culturais positivas com a comunidade foram mencionadas como fator social de proteção para a SM de crianças e adolescentes.

Os *Cadernos de Atenção Básica N° 39* (Brasil, 2014) tratam das ferramentas para gestão e para o trabalho cotidiano do NASF, que precisava ser reconhecido pelas equipes apoiadas como um coletivo organizado de profissionais, considerando suas particularidades, que ofertava Apoio Matricial (ou matriciamento), “buscando fortalecer o protagonismo de grupos sociais em condições de vulnerabilidade na superação de sua condição” (Brasil, 2014, p. 21). Inclui estratégias de grupos terapêuticos, “tendo características que propiciam socialização, integração, apoio psíquico, trocas de experiências e de saberes e construção de projetos coletivos” (Brasil, 2014, p. 67). Como grupos possíveis previstos neste Caderno, está também o de *TCI*, já apresentado no Caderno N° 34. Os serviços de SM também são citados como um dos principais pontos de articulação do NASF, além de CC, podendo compor a equipe o profissional arte educador e realizar oficinas temáticas, visando a geração de renda, artesanato e similares, ampliando o escopo de ofertas (Brasil, 2014). Portanto, o Caderno N° 39, mesmo indiretamente, demonstra que a arte é considerada instrumento de promoção à saúde.

É importante mencionar que a Gestão Federal vigente em 2018, descredenciou através da *Portaria nº 1.724, de 14 de junho de 2018*, os então denominados Núcleos Ampliados de Saúde da Família e AB (NASF-AB, antigos NASF). Com a mudança de Governo Federal, em 2023, o MS retoma as equipes multiprofissionais, nomeadas agora de *eMulti*, através da *Portaria GM/MS Nº 635, de 22/05/2023* (Brasil, 2023), cujo profissional arte educador continua como possibilidade na composição. Harmonizando com o histórico de fundamentação dos NASF, o Ministério da Saúde (MS), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) organizaram o *Curso de Formação dos Profissionais das eMulti* (MS; FIOCRUZ; ENSP, 2024)¹⁵, observando-se que estes documentos afirmam o uso de recursos artístico culturais no cuidado psicossocial, podendo “constituir grupos de vários formatos, (...) comunitários (artesanato, música, artes...)” (MS; FIOCRUZ; ENSP, 2024, p. 40).

¹⁵ Também é afirmada a possibilidade de muitas ações adequadas à realidade do território, no campo da SM, desenvolvidas pelos profissionais das *eMulti*, que podem criar experiências inovadoras, sendo essencial que as equipes mapeiem os serviços da RAPS do território e em casos de maior gravidade, contem com o apoio dos CAPS e da rede intersetorial, articulando com a cultura, a arte, entre outros (MS; FIOCRUZ; ENSP, 2024).

Os *Cadernos Humaniza SUS N° 5 – Saúde Mental* (Brasil, 2015) tratam especialmente da humanização na RAPS, em que o MS evidencia uma atenção especial para o trato do transtorno mental, bem como do sofrimento psíquico, sendo destacado o cuidado interdisciplinar e a importância do trabalho em rede nas referências teóricas e práticas apresentadas, confrontando a cultura manicomial. Apresenta questionamentos que remetem ao pensamento de Foucault, que permitem interrogar a forma como o sofrimento mental, físico, social e econômico ganha cada dia mais o quilate de transtorno mental, aumentando o poder médico — psiquiátrico com função de proteção, da vigilância e da segurança do Estado contra os desvios da sociedade (Brasil, 2015, p. 29).

Traz também a existência de projetos de arte cultura como recurso, enquanto possibilidade de cuidado e resgate da autonomia no que se refere à saúde mental dos usuários, corresponsabilizando-os também pelo seu cuidado. A *Política Nacional de Humanização (PNH)* propõe a implementação de condições e novas atitudes por parte dos trabalhadores, da gestão, das éticas e das práticas em Saúde, o que implicará em práticas transversais e ampliadoras (Brasil, 2015). Isto propõe rupturas na forma de cuidar da saúde, desvinculada de um discurso moral e normatizante, onde a arte reabilita, cura, íntegra, em novos espaços que se abrem para novos procedimentos e novas linguagens. Experiências da RAPS com uso de grafiteagem (arte de rua), *Hip Hop*, poesia, dentre outros, como “via para o ensaio de novas formas de viver e conviver” (Brasil, 2015, p. 59), aparecem desenvolvidas em grupo, evidenciando a potência da arte para produzir aberturas existenciais e relacionais dos participantes com seu território. Na *PNH*, a poesia e a arte se tornam canais de elaboração do sofrimento, através de oficinas e projetos humanizadores, enfatizando que o cuidado longitudinal desenvolvido na AB, amplia e fortalece a clínica antimanicomial. No encontro das ESF e os sujeitos com sofrimento psíquico, resgata-se a oportunidade de um fazer clínico delicado, que fortalece a possibilidade de desconstruir paradigmas nocivos culturalmente excludentes. Brasil (2015) também relata que, ao introduzir a arte cultura no conjunto dos dispositivos de substituição do manicômio, vai-se além do útil, ou necessário, ampliando a possibilidade de expressão, dando forma a sonhos, inquietações através de produções artísticas e culturais, favorecendo o laço social e quebra do paradigma psicofóbico.

O *Dia Mundial do Orgulho Louco*, celebrado no dia 10 de outubro é relembrado neste Caderno como oportunidade de realizar eventos que promovam a Luta Antimanicomial no território, levando o “diferente” para as ruas, eventos artísticos culturais, oficinas terapêuticas, o que facilita mais a comunicação com a loucura, do que as técnicas profissionais em relação à doença. As produções artísticas e artesanais são concebidas como “terapêuticas e como possibilidade de sustentabilidade econômica” (Brasil, 2015, p. 377), com lucros divididos, confirmando que este documento evidencia a arte cultura como recurso potencializador do resgate da autonomia, ressaltando a atuação transdisciplinar como fator essencial na quebra de estigmas da cultura e no cuidado.

A TRANSDISCIPLINARIDADE E A RELAÇÃO ARTE CULTURA NOS DOCUMENTOS ANALISADOS

A *Portaria N° 3.088, de 23/ 12/ 2011* (Brasil, 2011), documento regulamentador da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e ponto de partida para esta análise, além das especificidades de cada CAPS, norteia as ações e interações da rede, em que a transdisciplinaridade se faz presente e essencial para um funcionamento que atenda às necessidades complexas do indivíduo em seu território. Em concordância com Guerra (1998) e Nicolescu (1999), entende-se que as práticas híbridas cuja interação profissional perpassa diversos saberes em uma construção coletiva, sem hierarquizações, são a forma mais adequada para atender o sofrimento psíquico em seus mais diversos níveis, devido sua complexidade e exigência. Aqui, a interação, a intersetorialidade, a transdisciplinaridade e a relação com o território tocam diretamente na atuação da AB, onde se inicia e também se compartilha a continuidade deste cuidado (Cordeiro *et al*, 2010).

O Caderno N° 34, documento que especifica a interação da Saúde Mental na AB confirma ser a AB essencial, enquanto porta de entrada do SUS, no processo de fortalecimento do vínculo, o que é fundamental para a adesão dos usuários às ações em saúde, inclusive saúde mental, considerando sua saúde integral (Brasil, 2013). Este

vínculo influenciará o prosseguimento das ações nos demais pontos de atenção da RAPS. Como parte da AB, as equipes NASF cuja atuação se descrevia através do Caderno N°39, e atualmente como *eMulti*, norteadas pela *Portaria GM/MS n° 635/ 2023* (Brasil, 2023) e pelo *Curso de Formação dos profissionais das eMulti* (MS; FIOCRUZ; ENSP, 2024), também convergem, sob a ótica transdisciplinar e intersetorial, trazendo a Clínica Ampliada e compartilhada como parte da proposta transdisciplinar para a melhoria do acesso, qualidade, e resolutividade (Melo; Pereira, 2014; Brasil, 2014). O desafio de mudança de paradigmas e na postura dos profissionais torna-se inevitável diante das propostas dos documentos aqui analisados, na corresponsabilização dita pela *Rede Humaniza SUS* (2016). Os *Cadernos Humaniza SUS, Volume 5* mostram em relatos que a humanização da RAPS passa pela prática transdisciplinar, apontando para reflexões sobre a formação acadêmica, que fragmenta saberes, sujeito, dificulta a transdisciplinaridade, contrapondo-se à necessidade de práticas complexas, dificulta a cultura antimanicomial (ENSP, 2010; Brasil, 2011).

Pode-se então dizer que a transdisciplinaridade, de fato, só se faz possível em ambientes humanizados, e as práticas artístico culturais necessitam desta visão, onde há abertura para construções coletivas e a valorização de todas as instâncias, incluindo usuário, familiares e comunidade. Brasil (2010) também estabelece a relação arte cultura de forma indireta em seu escopo, ao se referir à Reabilitação Psicossocial, com a realização de iniciativas de geração de trabalho e renda, desenvolvidas pelos diferentes pontos da RAPS, visando a redução de danos, a SM e a melhoria da qualidade de vida. Araújo, Câmara e Ximenes (2012) demonstraram em estudos transdisciplinares, ações bem sucedidas ao nível da AB, o que converge com os Cadernos. Estas estratégias de aproximação e promoção das expressões culturais integram as diversidades (Amarante; Lima; 2008), facilitam a inclusão social e a humanização no cuidar.

As propostas do *Caderno Humaniza SUS N°5* referem-se à arte cultura como ofertante de possibilidades de práticas transversais substitutivas do manicômio, produzindo também o alívio ao sofrimento produzido pelo risco social e pelo cotidiano (Amarante; Lima, 2008). Ele cita experiências que incentivam o protagonismo no contexto de expressões artístico-culturais e saúde mental, com modelo aberto, de base

comunitária que incluem a interface Arte – Cultura – Saúde Mental, como afirmam Carvalho (2015) e Martins (2015). Ilustra-se aqui a experiência de Embu das Artes – SP, na qual promulgou-se a *Lei Municipal Nº 2.466, de 31/05/2010* (Leis Municipais, 2010), que cria o *Centro de Convivência Conviver de Embu*, localizado em espaço público, cujas atividades integraram a RAPS, visando a promoção da saúde de forma coletiva, com atividades que melhorem a qualidade de vida e hábitos saudáveis dos seus usuários, como dança, arte, música e artesanato, através de ações “inter-secretarias municipais” e Gestão da Saúde. Tais experiências exemplificam o poder transformador e produtor do comportamento da cultura e seus aspectos sociais (Hall, 2002), e ampliador das práticas transversais como caminhos para novas linguagens e tratamentos (Brasil, 2015).

Pode-se então concluir que, a transdisciplinaridade é de essencial valor para o desenvolvimento de práticas híbridas transversais na promoção do protagonismo das pessoas com sofrimento ou transtorno mental, implícita nas ações interdisciplinares e multiprofissionais que preconiza o trabalho em rede, baseado na horizontalidade de saberes e fazeres inspirados nos princípios do SUS e da RPB (Reis, 2023) e é expressa como relevante para as ações da SM nos documentos analisados. Os Cadernos Nº 34 e Nº 39 adjetivam as práticas culturais no âmbito da comunidade, como fator protetivo da saúde mental, incluindo a *TCI* e os trabalhos grupais como ferramenta de reafirmação e fortalecimento de vínculos, presentes também nos documentos que fundamentam as *eMulti* e a *Portaria Nº 336, de 19/02/2002*, que trazem a possibilidade do arte educador/artesão como parte da composição da equipe mínima.

Os Cadernos Humaniza SUS Volume 5, publicados em 2015, dão culminância à arte cultura como elemento diferencial, ilustrado por diversas práticas que, além de ampliarem as possibilidades de expressão, ajudam na elaboração do sofrimento mental e conectam de forma salutar e satisfatória o usuário com o outro e com o território. Conclui-se que, o que está posto na *Portaria Nº 3.088, de 23/12/2011*, é contemplado nos Cadernos e Curso analisados, mesmo com diferenças no grau de relevância em que elementos artísticos são abordados.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação arte cultura encontra-se presente na análise documental realizada, ainda que por vezes indiretamente, sendo observada sempre no contexto da transdisciplinaridade, do trabalho em rede. O que aparece na Portaria da RAPS é contemplado nos Cadernos e demais documentos analisados, porém, de forma diferenciada entre eles, onde o fator comum e favorecedor dessa articulação está na proposta transdisciplinar do SUS e no fato de recursos artísticos e culturais serem propositores de práticas híbridas e inovadoras. Os documentos revelaram que a relevância do fator analisado é crescente ao longo dos anos, especialmente a contar do ano 2011 (com a Portaria da RAPS) ao 2024, sendo colocado, porém, como um recurso opcional, não obrigatório, aos serviços de Saúde Pública na promoção da saúde mental. A Portaria da RAPS não prevê diretamente a contratação de profissionais artistas, artesãos, mas os demais documentos abrem margens para esta possibilidade, principalmente os *Cadernos Humaniza SUS Volume 5*, onde são relatadas várias ações mediadas por profissionais da arte. É interessante relembrar que a *Portaria nº 336, de 19/ 02/ 2002* (Brasil, 2002), que regulamenta o funcionamento dos CAPS favorece a presença de profissionais da arte, ou seja, as ações em arte também foram previstas no contexto dos serviços de SM. Ressalta-se sobre a pesquisa documental, a dificuldade de encontrar documentos do MS mais recentes, que triangulam a temática Arte cultura, Saúde Mental e transdisciplinaridade, o que sugere a necessidade de continuidade nas pesquisas.

No cotidiano das interações da RAPS a relevância do território e das ações transdisciplinares, apesar de previsto, seja de modo subentendido ou enunciado, continua a ser na prática, algo novo e desafiante para as equipes profissionais e comunidade, dificultado pelos paradigmas culturais tanto sobre os transtornos mentais, o uso de álcool e outras drogas, e a medicalização no modelo hierarquizado, biomédico, biocêntrico. Tal cotidiano é agravado pela formação fragmentada dos profissionais, a qual colabora para corporativismos, questionando-se sob a ótica de Foucault, as relações de poder da psiquiatria sobre o sofrimento humano, que em geral, aumentam e centralizam o poder médico – psiquiátrico, normatizador e agente de controle do Estado sobre qualquer comportamento “desviante”. Isto “desempodera”, fragmenta o sujeito e

fortalece a concepção manicomial, seus conceitos e rótulos comportamentais. A visão integral do sujeito vem a ser favorecida pelas práticas transversais artísticas, pois tem característica libertadora para usuários e profissionais, estimulando um cuidado compartilhado e corresponsabilização na RAPS. Deste modo, a cultura manicomial que fragmenta, exclui e enclausura a loucura e os sofrimentos mentais, encontra na arte cultura uma opção para desenvolver práticas libertárias que favoreçam a resgate da autonomia dos sujeitos, considerando seu contexto sócio-cultural-histórico, territorial, do qual é indissociável, como corroboram os documentos analisados. É um desafio produzir políticas públicas culturais que coadunem a arte e a SM, de forma que o manicômio, já abolido por lei, deixe de habitar ideologicamente os próprios sujeitos, sejam eles profissionais, usuários e familiares. Pode-se então sugerir que, os documentos analisados trazem em si mais uma tentativa de quebrar estes conceitos aprisionadores, contribuindo para práticas ampliadoras, compartilhadas e estratégias criativas de recursos artísticos, que contribuam para promoção, prevenção e cuidado do sofrimento psíquico em sua complexidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Paulo e LIMA, Ricardo (Coordenadores). **Loucos pela diversidade: da diversidade da loucura à identidade da cultura. Relatório final.** Rio de Janeiro: s.n., 2008. Disponível em: <https://laps.ensp.fiocruz.br/arquivos/documentos/16> Acesso em: 16 dez. 2024.

ARAÚJO, Sicília M. M. de; CAMARA, Cândida M. F.; XIMENES, Verônica M. Arte e saúde comunitária: contribuições para a compreensão do processo de desinstitucionalização. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 4, n. 2, p. 106-115, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2012000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 fev. 2024.

BARROS, Regina D. B. Grupos e produção. *In*: LANCETTI, Antonio *et al.* **Saúde Loucura: grupos e coletivos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. v. 4. p. 145-154. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/817104191/SaudeLoucura-4-grupos-e-coletivos> Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização (PNH). Cartilha da PNH: Clínica Ampliada, Equipe de Referência e Projeto Terapêutico Singular**. 2007.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_2ed.pdf
Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria N°3.88, de 23 de dezembro de 2011**. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria N° 336, de de 19 de fevereiro de 2002**. Disponível em: http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_336.pdf
cesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica, n. 34**. 2013.176 p.: il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família/ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica, n. 39**. 2014.116p. il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde Mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde. **Caderno Humaniza SUS, v. 5**. 2015. 548 p.: il. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_mental_volume_5.pdf Acesso em: 10 Dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS N° 635, de 22 de maio de 2023**. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt0635_22_05_2023.html
Acesso em: 10 jan. 2025.

CARVALHO, Patrícia. **Prefeitura promove intercâmbio entre profissionais da saúde mental**. Cidade de Embu das Artes. Melhor a cada dia. Embu das Artes – SP, 2015. Disponível em: <http://embudasartes.sp.gov.br/noticia/ver/7585> Acesso em: 10 fev. 2023.

CORDEIRO, Quirino. *et al.* Prevenção em saúde mental. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 7, n. 7, 2010. 38-53 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273505717_Prevencao_em_Saude_Mental/references Acesso em: 10 jan. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA (ENSP). **Arte e cultura: ferramentas utilizadas para cura no campo da saúde mental**. Publicado em:



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

06/12/2010. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/23726> Acesso em: 12 jan. 2024.

GUERRA, Cristina. G. M. **Transdisciplinaridade como (re)ligação entre ciência e cultura**. Florianópolis: Uni& Verso, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LEIS MUNICIPAIS. São Paulo. Embu das Artes. **Lei nº 2466 de 31 de maio de 2010**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/e/embu-das-artes/lei-ordinaria/2010/247/2466/lei-ordinaria-n-2466-2010-dispoe-sobre-a-criacao-do-centro-de-convivencia-conviver-de-embu-e-das-providencias-correlatas> Acesso em: 10 mar. 2025.

LIMA, Elizabeth M. F. A.; GUIRARDI, Maria Isabel G. Transdisciplinaridade e práticas híbridas em saúde mental. **Revista Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 19, n. 3, p. 153-158, set./dez. 2008. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Uyc9ZHptur4J:www.revistas.usp.br/rto/article/download/14042/15860+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 15 dez. 2024.

MARTINS, Sandra. Saúde Mental de Embu das Artes é Referência Nacional. **Cidade de Embu das Artes. Melhor a cada dia**. Embu das Artes – SP, 2015. Disponível em: <http://embudasartes.sp.gov.br/noticia/ver/8214> Acesso em: 12 fev. 2024.

MELO, Eduardo Alves, PEREIRA, Luciana Alves (Orgs.). Caderno do curso: Apoio Matricial na Atenção Básica, com ênfase nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF): aperfeiçoamento. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2014. 15 p. il.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS); FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ); ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA (ENSP). **Curso de Formação dos profissionais das eMulti**. Caderno de textos. Rio de Janeiro, RJ. ENSP: 2024. 110 p. il. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/curso_profissionais_eMulti_caderno_texto.pdf Acesso em: 10 jan. 2025.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Tradução de Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: Triom 1999.

REDE HUMANIZA SUS. **Política Nacional de Humanização. Objetivos, Princípios e Métodos**. Disponível em: <http://www.redehumanizasus.net/36080-area-da-pnh> Acesso em: 02 fev. 2023.

REIS, Marília M. de A. **O processo de Matriciamento entre Saúde Mental e Atenção Básica no Extremo Sul Baiano – avanços e desafios do trabalho em rede**. Tese



I CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

(Doutorado). Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES). Campus Sosígenes Costa. Porto Seguro. 2023. 318 p.

RUBIM, Antônio A. C. Políticas culturais entre o possível e o impossível. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 5, n. 9 jan-jun. 2020. 33-47 p. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2358/2130>
Acesso em: 10 dez. 2024.

TENÓRIO, Fernando. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan-abr, 2002. p. 25-59. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/xN8J7DSt9tf7KMMP9Mj7XCQ/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 01 nov. 2024.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

OFICINAS PARA SONHAR JUNTOS: PESQUISANDO COM O CORPO E A IMAGINAÇÃO

 DOI: 10.5281/zenodo.16279754

1. Catarina Mendes Resende
2. Livia da Motta de Souza

1. Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (Niterói); pós-doutorado em Artes pelo PPGARTES/UFC; doutorado em Psicologia/Estudos da Subjetividade pelo PPGPSI/UFF; mestrado em Saúde Coletiva pelo IESC/UFRJ — *catarinaresende@id.uff.br*
2. Graduação em andamento no curso de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (Niterói) — *livia_ms@id.uff.br*

Resumo: Esta pesquisa tem como objeto de investigação a experiência sensível no processo de ensino-aprendizagem em Psicologia. Parte-se de reverberações clínica-corporeidade-transdisciplinaridade, aproximando noções como as do psicanalista Winnicott que vislumbra um modo de operar na clínica mais da presença e da ação de corpos vivos do que da interpretação, às de Franco Berardi que considera a sensibilidade como um campo de batalha política do contemporâneo. Apostando em alguns graus de ampliação e permeabilidade dos saberes especialistas “psi” ao seu fora, será proposta uma abordagem transdisciplinar entre filosofia, saberes tradicionais ameríndios e arte. A presente modulação desta pesquisa cartográfica articula o referencial teórico a procedimentos de sensibilização para investigar práticas de cuidado contra-hegemônicas e coletivas, encontrando na aproximação entre oniro política e práticas somáticas um meio para criar uma metodologia que viabilize experimentar um corpo-clínico sensível. Para tanto foram criadas oficinas de ativação do corpo e da imaginação como dispositivos de grupo para sonhar juntos e imaginar outros mundos possíveis.

Palavras-Chave: clínica; sensível; sonho; práticas somáticas; oniropolítica.

WORKSHOPS FOR DREAMING TOGETHER: RESEARCHING WITH THE BODY AND IMAGINATION

Abstract: This research has as its object of investigation the sensible experience in the teaching-learning process in Psychology. It starts from clinical-corporeity-transdisciplinarity reverberations, bringing together notions such as those of the psychoanalyst Winnicott, who envisions a way of operating in the clinic based more on the presence and action of living bodies than on interpretation, to those of Franco Berardi,



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

who considers sensitivity as a political battlefield of the contemporary. Betting on some degrees of expansion and permeability of the “psi” specialist knowledge to its outside, a transdisciplinary approach will be proposed between philosophy, traditional Amerindian knowledge and art. The present modulation of this cartographic research articulates the theoretical framework with awareness-raising procedures to investigate counter-hegemonic and collective care practices, finding in the rapprochement between oniropolitics and somatic practices a means to create a methodology that makes it possible to experience a sensible clinical-body. To this end, workshops to activate the body and imagination were created as group devices to dream together and imagine other possible worlds.

Keywords: clinic; sensible; dream; somatic practices; oniropolitics.

INTRODUÇÃO

No âmbito do Laboratório de Subjetividade e Corporeidade (CORPOREILABS/UFF), o grupo de pesquisa de iniciação científica CorpoSSutis vem se dedicando, desde 2018, às reverberações clínica-corporeidade-transdisciplinaridade, tomando o sensível como força propulsora na formação em Psicologia, como uma “aposta ético-estético-política na instauração de modos de existência dissonantes dos hegemônicos, que afirmam a criação e seu caráter libertário como motores do viver” (Rocha et al, 2019, p.130). Considerando a sensibilidade como um campo de batalha política do contemporâneo, assumimos a perspectiva de Franco Berardi (2011) quando afirma que “a intensificação do ritmo de exploração dos cérebros têm posto em colapso nossa sensibilidade, por isso a insurreição que vem será antes de tudo uma revolta dos corpos”.

Com a força insurgente das corporeidades como caixas de ressonância de seu tempo, a presente pesquisa problematiza estratégias de ensino-aprendizagem para a formação das práticas clínicas “psi”, no intuito de investigar as dinâmicas do vínculo terapêutico e a criação de dispositivos de cuidado contra-hegemônicos, colocando em disputa “um novo tipo de ação política capaz de tocar a esfera profunda da sensibilidade mesclando arte, ativismo e terapia” (Berardi, 2011). No trabalho com as subjetividades e corporeidades, engendrar a prática clínica enquanto arte das conexões sutis, provoca

uma questão que vem sendo manejada como bússola pelo grupo de pesquisa: como ampliar, elaborar e fazer uso da experiência sensível no vínculo terapêutico?

Na perspectiva aqui assumida, reconhecemos uma jornada iniciada pela abertura sensível do corpo do clínico ao encontro; como uma espécie de porosidade para aquilo que se passa consigo mesmo na presença de outros corpos (que poderiam ser chamados de animados e inanimados, humanas e mais que humanas), e o convida a habitar espaços intersticiais de uma membrana bem permeável ao fora-dentro de si. Com esta aposta, acreditamos que aquilo que se passa com a sensibilidade do clínico, no limiar do vínculo terapêutico, pode ter valor de ferramenta para a prática clínica quando disponibilizada a escutar, acolher e manejar as experimentações compartilhadas no *setting* terapêutico (Resende, 2013; 2023). Neste momento, modelamos nossa questão norteadora inicial a uma nova inflexão: *Poderia o universo onírico nos presentear como meio privilegiado de experimentações da sensibilidade?* Como seria tomar os sonhos como modelo e ponto de partida para desfazer as certezas de uma única realidade instituída, atçando a corporeidade enquanto usina produtora e receptiva das imagens sensíveis de si e do mundo?

Alçando novos voos sobre uma clínica que se faz consistir mais da *presença e da ação de corpos vivos do que da interpretação* (Winnicott, 2005), podemos liberar o trabalho com os sonhos nas práticas “psi” dos seus processos afetivos individualizantes e dos já viciados impulsos semióticos interpretativos, na sobrepujança elaborativa de um tempo passado? Reconhecendo desde Freud (1900), a produção onírica como *via régia ao inconsciente*, como restituí-la naquilo que nos dá acesso à matéria amorfa da vida, ao plano indeterminado dos tempos presente-passado-futuro, à superfície coletiva de produção de signos, criando conexões sutis das sensibilidades instituintes de uma época?

OBJETIVO

A intenção geral desta pesquisa, ainda em andamento, é compreender como é possível formar um corpo-clínico sensível¹⁶ nos processos de ensino-aprendizagem na

¹⁶ Sobre a noção de “corpo-clínico sensível”, ver Resende, 2023.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

graduação em Psicologia. Dessa forma, a pesquisa teórica e bibliográfica caminha sempre indissociada de uma prática transdisciplinar, no tocante aos conceitos oriundos da psicologia clínica que irão se articular às contribuições de saberes tradicionais, da filosofia e da arte para uma compreensão da sensibilidade e seus modos de fazer, pensar e sentir na construção do conhecimento acadêmico. Para o presente texto, trazemos relevo especialmente ao objetivo de elaborar noções e dispositivos capazes de relacionar a educação somática e a arte de sonhar com os processos de produção de ensino-aprendizagem de um corpo-clínico, visando a criação de práticas de cuidado contra-hegemônicas apoiadas na produção do comum.

METODOLOGIA

Ao trazer os questionamentos levantados em cena, nos orientamos por um modo processual e experiencial de fazer pesquisa de tal forma que a descrição do método e dos resultados se envolvem em uma dança de intercambiante, muitas vezes fazendo coincidir produção e produto. Nessa perspectiva cartográfica, portanto, nos implicamos em criar um *hodos-meta*, ou seja, um método que priorize o próprio caminho da investigação, no lugar de metas pré estabelecidas (Passos; Kastrup, 2013). Neste sentido, a diretriz de validação da nossa pesquisa não busca correspondências fidedignas e imparciais entre o objeto estudado e o conhecimento produzido, sendo este designado a “representar” a realidade. Ao contrário, buscamos criar e cultivar procedimentos de experimentações sensíveis que fazem coemergir muitas vezes num mesmo plano indistinto sujeito-conhecimento-objeto, mergulhando num modo de fazer que aposta na criação de dispositivos de ativação corporal e da imaginação em que conhecer é produzir a si mesmo e a realidade. Assim, as diretrizes para validação desta pesquisa passaram a ser guiadas pelas condições de acesso a esse plano coletivo de forças mobilizadas pelos nossos dispositivos de experimentação: as *oficinas de onirossomática*.

Nosso conjunto de oficinas, intituladas na íntegra como “Oficinas de Onirossomática: Práticas para sonhar um corpo-clínico sensível”, se configurou como uma inflexão intensiva do nosso percurso metodológico, que nos permitiria, após um ano

de trabalho com o mesmo grupo de pesquisadores, uma aproximação visceral dos questionamentos que a pesquisa vinha nos apresentando, ao mesmo tempo em que poderíamos convidar participantes externos para experimentar o que vínhamos acumulando com nossos estudos e práticas. A noção-prática de um corpo-clínico sensível, foi trazendo um tom para o planejamento das oficinas, com o interesse de investigar a dimensão do vínculo terapêutico que é urdida através da construção de uma corporeidade para a clínica, enquanto meio — locus e modo — de criação das conexões sutis, de metamorfoses nos processos de subjetivação, enquanto meio experiencial (Resende, 2023).

Assim, buscamos, através das ativações do corpo e da imaginação, construir um meio experiencial capaz de produzir uma espécie de “re-ativação” da sensibilidade que possibilitasse vislumbrar também outras formas de habitar o mundo: coletiva, sutil e sensível. Ao articular a arte de sonhar com a oniropolítica estamos considerando que o sonhar coletivo atua como uma poderosa caixa de ressonâncias das forças mais ínfimas do nosso tempo e, contemporaneamente, como um catalisador para criar novas possibilidades de imaginação e de existência para um futuro que insiste em se apresentar inóspito. Krenak (2020) nos indaga a abordar o sonho como uma instituição que admite sonhadores, onde os seres contam com diferentes recursos para dar conta de si e do seu entorno. O que nos interessa como investigação é pesquisar modos de sonhar sensibilidades outras, passíveis de exercitarem um “otimismo apocalíptico” (Ribeiro, 2022) frente à iminente queda do céu (como tem nos sussurrado firmemente o xamã Davi Kopenawa Yanomami).

Ensaçando essa aliança entre conhecimentos ancestrais, temos podido ampliar o enlace transdisciplinar entre cuidado-sensibilidade-sonho-política nos arriscando a fazer pesquisa com o rigor acadêmico e a pulsação de uma metodologia viva, que se sensibiliza e se modula conforme o mover dos corpos que a compõem e do coletivo no qual ela se enraíza. A partir dessas diretrizes metodológicas, elaboramos um conjunto de três oficinas com a participação dos novos integrantes do grupo e vagas para participantes externos, desde que fossem estudantes ou profissionais de psicologia. Importante destacar, que por se tratar de um procedimento de pesquisa com seres humanos, no

processo de inscrição dos participantes, socializamos o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), submetido à Plataforma Brasil, (CAAE:70904423.0.0000.8160) para que os participantes pudessem ler e estar cientes do termo antes mesmo de se inscrever nas oficinas.

O processo de elaboração das oficinas se ancorou no estudo da corporificação do movimento somático, através do manual do Desenvolvimento da Motricidade Humana do Body Mind Movement (Taylor, 2015). Usamos os padrões pré-vertebrais de movimento, que refletem uma ressonância entre as primeiras formas de vida no planeta e os estados embrionários intrauterinos, para embasar “Portais dos Sonhares” que constituem uma travessia do corpo para a abertura à experiência sensível e posteriormente uma travessia para o fechamento dessa experiência (Caetano et al., 2021). Dessa forma, os padrões usados seguiram um nível ascendente de complexidade motora, incorporando os padrões da vibração, pulsação e radiação umbilical, consecutivamente. A partir disso, as oficinas tomaram corpo da seguinte forma: Elaboração de portais de abertura e fechamento; Momento da prática e partilha de sonhos; Produção artística mais ou menos coletiva a partir da reverberação dos sonhos compartilhados e sonhados em grupo.

Em todas as três oficinas, tivemos momentos de discussão após as produções e antes dos portais de fechamento, em especial na terceira oficina, foi um momento oportuno para aproximar os participantes da noção de corpo sensível na clínica e apreender suas percepções sobre as possíveis contribuições das oficinas para suas formações e atuação na psicologia. Por motivos de garantia do sigilo e da confidencialidade das identidades dos participantes externos, iremos identificá-los a partir de letras (Y; M; T). Dentre os participantes externos, apenas um era formado (Y), enquanto M estava cursando seu 10º período de psicologia na PUC-Rio e T cursando o 4º período de psicologia na UFF-Niterói. Além dessas participações externas, tivemos a contribuição dos seguintes assistentes de pesquisa no planejamento, realização e análise da experiência com as oficinas: Dió, Gabriela Meirelles, Lívia Aguiar e Raissa Hartmann. Apostando na produção polifônica do grupo de pesquisa, como plano de sustentação desta escrita, as citações referentes aos assistentes serão trazidas de forma indistinta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de analisar algumas reverberações, faremos uma exposição singular de cada oficina, no intuito de viabilizar o acesso à experiência com o nosso dispositivo de pesquisa e seus efeitos. A começar pela primeira, os participantes puderam produzir desenhos e palavras diante do sonho narrado e vivido em seus corpos através da prática, no caso dessa primeira oficina, o sonho narrado foi sonhado por uma das facilitadoras e por se tratar de um sonho ambientado em um mundo de fantasias onde seres como monstros tomam vida, as palavras que atravessaram os participantes remontam reverberações singulares de cada corpo sobre como é sentida essa monstruosidade. Como exemplo destacamos passagens da participante Y, que escreve: *“Monstro; Amor; Amar o monstro; Eu sou o monstro; Eu sou amada”*. Ou até mesmo, ressaltamos passagens que elaboram os conteúdos dos portais, nesse caso se ancorando na vibração, como a participante T escreve: *“Ser arremessado para a calma. E aí vem o corpo, por fora e por dentro, ao mesmo tempo”*, as falas descritas dizem muito sobre uma sensibilidade exercitada através dos sonhos e uma ampliação da própria circulação de forças através do sonhar acordado, a proliferação de imagens e palavras oníricas permite uma certa dilatação da capacidade de comunicação e escuta sensível, o que no campo da clínica se torna fundamental.

É interessante remontar às considerações de Franco Berardi ao falar sobre a sensibilidade e os enlaces de uma prática coletiva, quando ele expõe:

Sensibilidade é a capacidade de entender sinais que não são verbais, nem verbalizáveis. É a faculdade de discernir o indiscernível, aquilo que é demasiado sutil para ser digitalizado. Tem sido sempre o fator primário da empatia: a compreensão entre os seres humanos sempre se dá, em primeiro lugar, no nível epidérmico. (BERARDI, 2011)

A partir do entendimento da sensibilidade como a faculdade de discernir o indiscernível, as produções das oficinas tomam voz como portadoras da invenção de mundos sensíveis, que se mesclam e se moldam no coletivo. Sendo assim, a produção da segunda oficina toma grande relevância ao se tratar de uma escrita poética coletiva, pela maneira como os versos — construídos anonimamente e sem que soubéssemos o que estava sendo escrito no encadeamento de um verso a outro — conversam entre si de

forma despretensiosa, e juntos formam uma construção própria que revela as potencialidades de se exercitar a sensibilidade no coletivo. Em meio às sensações do poema produzido “às cegas”, escolhemos trazê-lo aqui como forma de ampliar nosso debate sobre as membranas porosas que enlaçam os corpos através dos sonhos:

O incerto, desconfortável e sem saída
padece ao caminhar acompanhada.
Uma água viva nadando e nadando, em
espiral, embriagada
mover com o calor, um quentinho de dor, de riso, e do estranho
Até logo! E obrigada pelos peixes e macacos!
ecos dos outros mundos rastejam em mim
os rios cintilam uma confusão com gosto
Perseguição, preocupação e luto. A saída em meio ao caos são
as amizades caçadas no caminho.

As imagens poéticas criadas sobre diferentes formas de vida e fauna atribuem sentidos outros aos sonhos compartilhados em roda, um fenômeno importante a ser destacado é as semelhanças que alguns sonhos compartilham, como se o sonho de um despertasse memórias sensíveis de outros sonhos que o próprio corpo já viveu, gerando assim um plano comum de sonhos que ampliam os devires.

A própria prática da segunda oficina exigiu uma vivência coletiva intensa, fizemos uma dinâmica de movimento onde os participantes eram cobertos com um imenso pano azul que tocava todos os corpos presentes, isso deu abertura a possibilidades e brincadeiras entre o chão e o ar, criou-se uma dança improvisada, que se dava na medida em que cada corpo conversava entre si. Momentos de agitação, onde o grande pano azul oscilava ferozmente entre os participantes, seguido por momentos de calma onde o pano vira abrigo para aqueles que o proclamavam como casa, assim a dinâmica atribuiu ao coletivo uma capacidade de escuta sensível. Em nenhum momento os experimentadores conversavam entre si, ao menos não com palavras, mas sim com o

corpo; em vista disso, os diálogos travados no campo da corporeidade dilataram a experiência sensível para o coletivo.

Seguindo nas repercussões das oficinas, acredito que a terceira oficina apresentou-se como uma sustentação da pergunta que norteou esse módulo da pesquisa: *Poderia o universo onírico nos presentear como meio privilegiado de experimentações da sensibilidade?*

Através de um dispositivo de ecoar palavras dos sonhos contados em roda, uma qualidade de escuta sensível emergiu dos participantes, que puseram em prática uma atenção flutuante ao sentir o sonho contado. A participante T discorre sobre as potencialidades do ecoar na seguinte passagem:

Sinto que as oficinas abriram na minha cabeça a possibilidade de pensar em um campo comum, em uma conexão. Nos encontros houveram coisas que reverberaram, ecoaram. E esses ecos deram abertura para padrões. E naquilo que ecoa, há também um diferente. O eco não vem sempre igual, mas possui suas próprias entonações e essas entonações também tem algo a dizer. Sinto que as oficinas produziram um espaço tanto de conexão e coletividade quanto de introversão.

Quando a experimentadora diz que “o eco não vem sempre igual, mas possui suas próprias entonações e essas entonações também tem algo a dizer”, nos provoca no quesito de explorar o quanto de si há no eco, o quanto da singularidade de cada experimentador aparece naquilo que é ecoado. Dessa forma, escutar o ecoar de cada um, em alguns momentos contendo as mesmas passagens, e perceber o quão distintos eles são entre si, é escutar o que é sensível, como traz Franco Berardi, é discernir o indiscernível (Berardi, 2011).

Não obstante, voltamos a atenção para o momento que T fala que as oficinas produziram um espaço tanto de conexão e coletividade quanto de introversão. Nesse momento, trago à superfície novamente a aposta de Berardi (2011) de que a reativação da sensibilidade, minada pela aniquilação do campo sensível, é capaz de produzir outras formas de habitar o mundo, que perpassam o coletivo e o sutil. Em diálogo com isso, Coccia (2010) alerta sobre a vivência de uma intimidade consigo mesmo, através do conhecer do corpo pelas qualidades fluidas e sensoriais que são experimentadas no

interior, os próprios portais, inspirados por práticas ameríndias e constituídos a partir da teoria do Body Mind Movement brincam com a porosidade das membranas que, desde a concepção da vida, dão consistência ao sutil. Em um certo contorno do que é ser coletivo e ainda sim habitar a introversão, os autores acima dizem sobre uma face da formação de um corpo-clínico sensível, que é a abertura à recepção das imagens que vem de fora, sem desancorar a corporeidade do que permanece consistente no dentro. De certo modo, é o que aparece no relato de T quando fala sobre esses dois espaços criados pelas oficinas.

Ainda nos relatos das participantes, trago uma passagem da participante Y que nos permite discorrer sobre a influência das oficinas na prática clínica de uma psicóloga formada e adentrar na questão há muito explorada pelo grupo de pesquisa: como ampliar, elaborar e fazer uso da experiência sensível no vínculo terapêutico?

Essas oficinas fazem meu sensível nadar no mar. Me reconecta com o que vibra dentro de mim. E não poderíamos dizer que a transferência e a contratransferência não são justamente essas vibrações? (E vibrações são afetos). Saber o que vibra, promover essas vibrações nos deixa mais familiarizados com esses fluidos entre o eu e o outro. A clínica acontece nos fluidos entre o eu e o outro. A psicóloga cuida desse fluido que é o ambiente que ela proporciona pro seu paciente.

O dizer da participante sobre os fluidos que nascem em uma prática clínica remonta um cuidado que se molda mais da *presença e da ação de corpos vivos do que da interpretação*. (Winnicott, 2005), com isso, se familiarizar com as vibrações do encontro dos dois corpos que se comprometem com a psicoterapia é dar um salto em direção à clínica do sensível. Atestamos pelas reverberações das experimentações, que as oficinas apresentam um ponto norteador para responder à pergunta acima, justamente por colocar a sensibilidade do clínico em jogo.

Tratar da sensibilidade de escuta também é tratar sobre diferentes formas do que é escutado se apresentar no campo do comum. As produções feitas nas oficinas perpassam formas além da escrita, os desenhos tomam consistência do que se passa no corpo, em uma maneira de escrever com cores e formas. Os desenhos feitos na primeira oficina dizem sobre um meio experiencial comum totalmente diferente dos realizados nas outras oficinas, pois cada atmosfera criada intui que as afetações sejam singulares. Apesar de cada desenho possuir em si suas diferenças e singularidades, os fatores comuns

de afetação se mostram presentes no conjunto de cada prática, indicando que a bolha que cada oficina produz afeta comumente o coletivo de uma maneira, modulando as escritas de si para lugares diferentes.

Diante do exposto, elaboramos o seguinte questionamento: Como as oficinas contribuem para a formação de um corpo-clínico sensível? Levantando os relatos dos novos integrantes do grupo de pesquisa é possível esboçar um certo contorno de como circunscrever uma noção-prática para um *corpo-clínico sensível* em uma dimensão coletiva, através de uma lente transdisciplinar em que a produção de conhecimento e a prática de cuidado se veem indissociáveis. Com isso, podemos observar na seguinte escrita:

De modo geral, acredito que essas oficinas facilitaram ajustes nas lentes da sutileza, como uma preparação para sentir e escutar na mesma intensidade, seja através das práticas meditativas guiadas, partilhas ou produções artísticas. Aprimorar as qualidades de escutar e aceitar completamente o outro, sem atravessá-lo com ensimesmamento, me parecem de extrema importância na formação em psicologia.

Arriscamos dizer que o dispositivo encontrado pela pesquisa, de realizar uma Oficina de Onirossomática, é em si um grande ajuste nas lentes da sutileza, como traz este relato. A clínica do sensível aflora como meio experiencial, sendo compreendido como resultante de encontros que nos confrontam com deslocamentos de nós mesmos, ou como o relato intui, uma escuta que não atravessa o outro com ensimesmamento. Vemos aqui, a clínica enquanto meio de produção de modos de existência do sensível.

Essa potência desejante e conectiva da arte dos sonhos é central para alguns povos originários, e hoje, ganha espessura na voz do xamã yanomami Davi Kopenawa (2015), enquanto plano de cura e metamorfose. Os sonhos noturnos, associados a outras práticas diurnas, são um meio privilegiado para os xamãs criarem um corpo iniciático, trocaram de pele, acessarem o mundo invisível dos xapiri (guardiães da floresta), num eterno tempo presente das origens. A arte yanomami de sonhar abrange a arte de escutar o escuro da floresta e os cantos ensurdecidos dos seus guardiães, cabendo ao xamã “transcriar” essas linhas melódicas cosmológicas em rituais de coletivização para que o

céu não caia. O tempo dos sonhos é de dilatação da realidade de si e de escuta sutil do mundo.

Para Kopenawa, os brancos padecem de um empobrecimento onírico em prol de um apaixonamento doentio pela mercadoria que sequestra o desejo e obstrui o pensamento, não importa o quanto durmam, “só sonham com eles mesmos” (2015, p. 390). Sidarta Ribeiro, ao “assumir nosso lugar no universo”, dá destaque a essa consideração de Kopenawa, sublinhando que esse é um problema de toda cosmovisão aquisitiva, eurocêntrica ou não; “a doença do dinheiro não é privilégio dos brancos, pois acomete também os povos colonizados e cooptados” (2022, p. 69).

Krenak nos encoraja a dançar a vida que pulsa no contágio, sonhar saídas para mundos (im)possíveis. Sonho como instituição em sua face instituinte de transcrição de cosmovisões: “O tipo de sonho a que eu me refiro é uma instituição. Uma instituição que admite sonhadores. Onde as pessoas aprendem diferentes linguagens, se apropriam de recursos para dar conta de si e do seu entorno” (Krenak, 2020, p. 34). Na conversa “Dança Cósmica”, do Selvagem – ciclo de estudos sobre a vida, Krenak (2022) reclama seus “paraquedas coloridos” como uma espécie de dispositivos de cura que a(s)cendem: fazem iluminar e subir, numa disposição de mover a gravidade das coisas. E mesmo que estejamos há pelo menos cerca de cinco anos (tomando a pandemia do covid-19 como um marco temporal) recebendo um convite para não dançar, seria através dessa dança cósmica que poderíamos produzir vida de fora para dentro, de dentro para fora, sem perder a relação com o coração, com aquilo que pulsa no centro disso que entendemos como si, um certo eu, mesmo que um eu descentrado. Sonhar como quem cria membranas porosas que conectam os corpos numa dança cósmica desde o seu exterior; corpo não como cápsula, mas como sensor, como organismo sensível de Gaia (corpo vivo do planeta).

Através de Winnicott (1975), percebe-se o caráter poético do sonhar, que segundo o psicanalista, está na mesma dimensão da experiência do sensível, mobilizando tempos e enriquecendo o viver. Mediante a isso, outro assistente de pesquisa esboça:

Conhecer o sonho do outro é conhecer parte de seu mundo e entender como cada profundidade é vivida. Na prática da clínica, o conhecimento da profundidade do paciente se apresenta aos poucos e saber lidar com cada pedaço mostrado nos envolve mais enquanto profissionais. Um sonho é mais que um “filme da mente” é a amostra do íntimo humano. O psicólogo pode através dele mergulhar nas peculiaridades de cada paciente.

Tomando os sonhos como teias de visibilidade à influência sutil e silenciosa do sensível, vislumbramos resgatar os ensinamentos do xamã yanomami Davi Kopenawa (2015) sobre a arte yanomami de sonhar como uma arte de escutar o silêncio da floresta e os cantos de seus guardiões. Acolhendo outras linhas cosmológicas como caminho para enxergar os sonhos como dilatação de si e de escuta sutil do mundo, como levanta este relato, ao falar que conhecer o sonho do outro é conhecer parte de seu mundo.

Ainda nos enlaces das oficinas com a formação em psicologia, outro integrante relembra como as oficinas apresentam um meio de navegação entre o sensível e o sutil, sem haver uma preocupação ortopédica de investigar ou curar o que é profundo e desconfortável

Uma propriedade das práticas é trazer o íntimo para o comum. Em diversas vertentes essa busca pelo íntimo existe de diversas formas. Entretanto, não necessariamente existe uma associação com o “nadar no profundo” ou “buscar um oculto”, mas sim de permitir compartilhar através do emanar. As práticas coletivas em muito falam desse contato através do que já nos conecta, alimentar esse meio aquoso que essencialmente já compartilhamos. Seja através de objetos como mantas, do próprio contato corpo a corpo ou seja através do flutuar ao redor daqueles com quem dividimos espaço. Essa troca com aquilo que todos já dividimos, esse comum que é influenciado por aqueles com quem interage é crucial para a clínica. O praticar do terapeuta depende do afinamento do entendimento desse cântaro, da leitura desse coletivo que paira.

Trazer o íntimo para o comum é permitir que o meio experiencial se module de acordo com a sensibilização do grupo, nessa leitura do coletivo que paira. Assim, o relato segue elaborando esse cultivo de um campo permeável que remonta a ideia de sensibilidade que Berardi traz e possibilita uma aproximação dos afetos desconfortáveis do campo do sutil.

Acho válido pontuar também como a oficina em muito cria espaço para o indizível, ou ininteligível através da linguagem. Espaço primordial para ser ocupado, levando em conta que é muito difícil comportar essa demanda tão real. Às vezes ao lidar com o mundo como ele é precisamos encarar a realidade do indescritível e seu inevitável desconforto. Ser capaz de cortar dentro da

realidade um espaço onde esta coisa sem forma possa se acoplar e ser suportado é essencial para qualquer tratamento terapêutico.

O afeto segue transitando sem rumo certo, assim permitindo que ele possa existir para todos aqueles que têm a possibilidade de interceptá-lo. Com isso as práticas dessa oficina permitem que corpos tenham esse afinamento e permitem que o trânsito comum de todos esteja em jogo a todo momento.

Concomitantemente ao que percebemos nesta reflexão, outro assistente de pesquisa pontua em seu relato um momento de desdobramento tanto dos afetos quanto das posições ocupadas na experimentação, ao trazer em seu sonho algo do íntimo e do desconfortável.

No fim só sobrou eu pra contar. Esperei o último minuto para tomar a decisão se contaria esse sonho ou não. O clima estava descontraído, o que me deixou com o pé atrás de reverter isso para tocar em temas como suicídio e tiroteio. Mas esse era o único sonho que eu tinha anotado. Como eu perguntei se estaria tudo bem pesar o clima e todos parecem estar de acordo, resolvi finalmente contar meu sonho(...). Sim, eu pensei legal o clima, mas o intuito da oficina inclui também temas complicados, pois eles surgem o tempo todo na experiência clínica. Nesse momento, logo depois de terminar o relato, me senti em uma roda de terapia grupal, em que todos eram psicólogos e eu o paciente.

O diálogo entre essas duas experiências nos leva a formular novas perguntas sobre os desdobramentos de uma prática onírica grupal, pois o intuito da oficina também inclui temas que perpassam o desconforto. Como sustentá-los no plano comum e permitir que esses afetos transitem “sem rumo certo”, de modo a possibilitar que a capacidade de transmutação desses afetos se manifeste (e se dissolvam) no coletivo? A sensação desse assistente de estar em uma “terapia em grupo”, ocupando o local de paciente enquanto todos os outros eram psicólogos, abre espaço para discutirmos como o coletivo se modula frente ao sutil que permeia cada corpo, em todas as suas singularidades e diferenças intensivas.

Não obstante, se experienciar é ser forçado a pensar, sentir e criar um plano de produção de modos de vida que é por si imprevisível, não é possível saber de antemão qual será a intensidade dos afetos no plano dos encontros, de modo que assim como na clínica, nas oficinas também há abertura para o que dói, o que fisga e o que provoca angústia. Tratar da formação de um *corpo-clínico sensível* é antes de tudo admitir que esse corpo sente dor, é permitir que esse corpo doa e se afete com a dor do outro, a partir dessa afetação que abre novos devires. Entretanto, nos perguntamos: em meio a tanta



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

mortificação, desertificando a realidade ao nosso redor, brutalmente intensificada desde a pandemia do novo coronavírus, a expansão da extrema direita no Brasil e no mundo e o crescimento exponencial de catástrofes climáticas, como salvaguardar que a liberação dos fluxos da imaginação nos conecte com a crença e o desejo pela vida?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na continuidade do ritmo de intensificação da exploração dos corpos, precarização e capitalização da vida, o que vemos acontecer, segundo Berardi (2011), são efeitos devastadores sobre a sensibilidade e o nosso poder de imaginação. Diante da iminente ameaça da aniquilação do campo do sensível, a aposta de Berardi é justamente a de podermos imaginar a vida de modo a permitir traçar outros caminhos na produção de um cuidado que não o de uma “técnica que reintegre o indivíduo exausto à normalidade do consumo compulsivo e à competição econômica, mas à prática que reativa a sensibilidade” (Berardi, 2011).

Distanciando-nos de uma tendência “ortopédica” da clínica que visa reinserir o indivíduo como mais uma peça no organismo produtivista neoliberal, cultivamos as possibilidades metamórficas do corpo e de alargamento do imaginário. Entretanto, Deleuze e Guattari (1980), simultaneamente, nos alertam e apontam caminhos nas experiências de desestratificação do corpo-organismo: não há garantias! Mas podemos arriscar modos de fazer, criando *procedimentos* para as experimentações que aumentem a nossa potência... tecendo uma espessura deslizante pelos fluxos que nos permitam ganhar consistência com prudência, sem sucumbir às forças mais disruptivas e aniquiladoras que possam vir a nos atravessar em cada metamorfose.

Com uma pesquisa na área da clínica “psi”, instados pela intensa capacidade de comunicação, transmissão, compartilhamento e receptividade da vida sensível através dos sonhos, buscamos criar dispositivos que nos apoiem a sustentar um plano de consistência para os devires, tomando os sonhos na sua potência larvar, seminal e comunal a partir da ativação do corpo e da imaginação. Com as oficinas vislumbramos

ampliar horizontes criando procedimentos de produção de estados de sonho acordado, tomando a própria corporeidade como dispositivo de circulação permanente de forças, e o meio experiencial da clínica como plano coletivo de proliferação de imagens prenes de vida.

Desse modo, a formação de um corpo-clínico sensível convoca a criação de um plano de consistência para uma corporeidade potencialmente receptiva às imagens, aberta aos sonhos enquanto meio experiencial de produção de formas de vida. Até o presente momento, as Oficinas de Onirossomática têm se constituído como um método próprio de criação e cultivo de um meio experiencial comum que permite uma aproximação ao sensível. Temos considerado que através das oficinas os desdobramentos do brincar do onírico junto ao somático e a imaginação ativa têm nos apresentado com possibilidades múltiplas de experimentar a sensibilidade, e por sua vez, de ampliar, elaborar e fazer uso da experiência sensível no vínculo terapêutico.

Financiamento: Bolsa de Iniciação Científica — CNPq

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERARDI, Franco. *A sensibilidade é hoje o campo de batalha político*. Disponível em: <<https://bocadomangue.wordpress.com/2011/01/30/%E2%80%9Ca-sensibilidade-e-hoje-o-ca>

[mpo-de-batalha-politico%E2%80%9D/>](https://bocadomangue.wordpress.com/2011/01/30/%E2%80%9D/>). Acesso em: 23 jan. 2025.

CAETANO, Patrícia. L.; RESENDE, Catarina.; ROCHA, Jully. W.; CARNEIRO, Matheus. As saídas pelos sonhos. *Cadernos GIFE-CIT*, Salvador, v. 26, n. 49, p. 111-127, 2022.2

COCCIA, Emanuele. *A vida sensível*. Santa Catarina: Cultura e Barbárie, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. 28 de Novembro de 1974 – como criar para si um corpo sem órgãos (1980). In: _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto et al. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004. v. 3, p. 9-29.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1900], v. IV.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

_____. *Dança cósmica – conversa entre Ailton Krenak, Iara Rennó e José Miguel Wisnik*. Selvagem: ciclo de estudos sobre a vida, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UJvRioBMSN8> Acessado em 22/01/2025.

PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. *Fractal: Revista de psicologia*, v. 25, n. 2, p. 391–413, 2013.

RESENDE, Catarina. *Escutar com o Corpo: a experiência sensível entre dança, poesia e clínica*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2013.

_____. Entrar na substância do mundo, desejar a vida: arte de sonhar, oniropolítica e a formação de um corpo-clínico sensível em Psicologia. In: RAUTER, Cristina; SANTOS, Adriana R. C. (Orgs.) *Transdisciplinaridade e políticas de subjetivação: corpo, territórios periféricos e contracoloniaalidade*. Niterói : Eduff, 2023. p. 75-89.

RIBEIRO, Sidarta. *Sonho Manifesto: dez exercícios urgentes de otimismo apocalíptico*. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

ROCHA, Mônica; ROSA, Adriana; RESENDE, Catarina. Polissemias do sensível: resistência e *ethos* na formação em saúde. *Interritórios – Revista de Educação*. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, BRASIL. V.5 N.9, 2019. p. 124-139.

TAYLOR, Mark. *Manual para o estudo da corporificação: desenvolvimento da motricidade humana*. Tradução: Luana Villac. Revisão: Sarah Maia. Diagramação: Alexandre Moraes. Manual em português. 2015.

WINNICOTT, Donald W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

_____. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 4ª edição.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

SERES-SABERES E INSURGÊNCIAS CONTRACOLONIAIS

 DOI: 10.5281/zenodo.16279817

1. Julia Bardi

1. Mestra em educação pela UNICAMP, professora da Educação Básica na rede municipal de Belo Horizonte e pesquisadora do grupo PHALA: Educação, Linguagem e Práticas Culturais e do subgrupo ODARA-MBERI IWE UPTABE, da Faculdade de Educação da UNICAMP — julia.bardi@gmail.com

Resumo: O processo de colonização, por meio da colonialidade do poder, do saber e do ser destitui o lugar de conhecimento e re-conhecimento dos sujeitos colonizados. Isso se realiza, entre outras formas, nas noções de epistemologia e ontologia, que definem formas de saber e ser a partir de referenciais ocidentais modernos coloniais. O artigo apresenta pontos da dissertação “No corte do facão — confabulações decoloniais em educação menor”, realizada na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), uma pesquisa narrativa que buscou construir alternativas a um contexto educacional atravessado pela racionalidade neoliberal, promotor de grande desigualdade no acesso à educação, nas representações e histórias que são contadas, nos tipos de saber que são valorizados, e nas próprias pessoas que podem saber. O recorte proposto para este texto considera formas de ser e saber que transbordam as categorias moderno/coloniais de ontologia e episteme, e pensa a produção de subjetividades desde posições que tensionam a colonialidade — decoloniais, contracoloniais, descoloniais e/ou anticoloniais. Ontologia e epistemologia são noções que têm sua gênese na Filosofia da Antiguidade grega e referem-se às formas modernas coloniais de tratar modos de ser e conhecer, respectivamente. Neste texto, apresento casos que nos mostram que *ser* não é apenas existir conforme os padrões coloniais de ontologia, e *saber* não é somente conhecer e transmitir nos padrões reconhecidos pela ciência moderna, de acordo com a epistemologia colonial.

Palavras-Chave: DECOLONIALIDADE; SER; SABER; TRANSMISSÃO; NARRATIVA.

BEING-KNOWLEDGE AND COUNTERCOLONIAL INSURGENCIES

Abstract: The process of colonization, through the colonality of power, knowledge and being, deprives colonized subjects of their place of knowledge and recognition. This is achieved, among other ways, in the notions of epistemology and ontology, which define forms of knowledge and being based on modern Western colonial references. The article presents points from the dissertation “The cut of the machete — decolonial confabulations in minor education”, carried out at the Faculty of Education at Unicamp, a



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

narrative research that sought to build alternatives to an educational context permeated by neoliberal rationality, which promotes great inequality in access to education, in the representations and stories that are told, in the types of knowledge that are valued, and in the people themselves who can know. The proposed outline for this text considers forms of being and knowing that go beyond the modern/colonial categories of ontology and episteme, and considers the production of subjectivities from positions that tension coloniality — decolonial, countercolonial, decolonial and/or anticolonial. Ontology and epistemology are notions that have their genesis in the Philosophy of Greek Antiquity and refer to the modern colonial ways of dealing with modes of being and knowing, respectively. In this text, I present cases that show us that being is not just existing according to colonial standards of ontology, and knowing is not just knowing and transmitting in the standards recognized by modern science, according to colonial epistemology.

Keywords: DECOLONIALITY; BEING; KNOWLEDGE; TRANSMISSION; NARRATIVE.

INTRODUÇÃO

Quieren quitarme el río y también la playa
Quieren al barrio mio y que tus hijos se vayan
No, no suelte'la bandera ni olvide' el lelolai
Que no quiero que hagan contigo lo que pasó a Hawái

[Bad Bunny, 2025]

Como canta o rapper porto riquenho Bad Bunny, a colonialidade desterra as pessoas de seus lugares, destrói territórios, e acaba com histórias e memórias dos povos colonizados. O processo de colonização, por meio da colonialidade do poder, do saber e do ser destitui o lugar de conhecimento e re-conhecimento dos sujeitos colonizados. Isso se realiza, entre outras formas, nas noções de epistemologia e ontologia, que definem formas de saber e ser a partir de referenciais ocidentais modernos coloniais.

O artigo apresenta pontos da dissertação “No corte do facão — confabulações decoloniais em educação menor”, realizada na Faculdade de Educação da Unicamp, sob orientação da Professora Jackeline Mendes. Trata-se de uma pesquisa narrativa que reflete sobre educação e, mais especialmente, sobre o currículo, em conversas com

educadoras/es escolares e não escolares. A dissertação busca construir alternativas a um contexto educacional atravessado pela racionalidade neoliberal, que promove grande desigualdade no acesso à educação, nas representações e histórias que são contadas, nos tipos de saber que são valorizados, e nas próprias pessoas que podem saber. O recorte proposto para este texto considera formas de ser e saber que transbordam as categorias moderno/coloniais de ontologia e episteme, e pensa a produção de subjetividades desde posições que tensionam a colonialidade — decoloniais, contracoloniais, descoloniais e/ou anticoloniais.

Segundo Walter Mignolo (2017) a Modernidade, e seu duplo da Colonialidade, impuseram violentamente a forma de vida moderna ocidental para além de seu contexto de emergência, instituindo uma narrativa eurocêntrica como universal e geral: a ciência como único saber válido e um mundo desencantado como única experiência real, fazendo do entendimento linear do tempo a única forma de temporalidade, e a história como uma sucessão irreversível de fatos dissociados e estanques. Decolonialidade, descolonialidade, anticolonialidade e contracolonialidade tratam da vida produzida nas frestas, que provoca fissuras na dureza da hegemonia colonial, falam de movimentos de resistência à imposição colonial.

Ontologia e epistemologia são noções que têm sua origem na Filosofia da Antiguidade grega. *Episteme* é uma noção que tem sua gênese no pensamento de Platão e Aristóteles, ao se referirem ao conhecimento. Já a noção de *ontologia* deriva da metafísica de Aristóteles e diz respeito ao conhecimento do Ser, em oposição ao parecer ser, à essência de cada ente. Tais conceitos operam no contexto específico do pensamento moderno ocidental. Adiante neste texto, apresento casos que nos mostram que *ser* não é apenas existir conforme os padrões coloniais de ontologia, e *saber* não é somente conhecer e transmitir nos padrões reconhecidos pela ciência moderna, de acordo com a epistemologia colonial.

OBJETIVO



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Este trabalho objetiva refletir sobre formas de ser e saber que transbordam as categorias moderno/coloniais de ontologia e episteme, e pensar a produção de subjetividades desde posições que tensionam a colonialidade — decoloniais, contracoloniais, descoloniais e/ou anticoloniais. Para tanto, apresento histórias de resistência e re-existência que tratam de modos de Ser e saber que constróem (e são construídos por) subjetividades que se apresentam insurgentes contra o sistema moderno capitalista colonial.

METODOLOGIA

Como mencionado, o texto apresenta pontos da dissertação “No corte do facão — confabulações decoloniais em educação menor”, uma pesquisa narrativa que buscou se alinhar ao pensamento decolonial, inclusive metodologicamente.

A realização de uma pesquisa desde uma posição decolonial, em termos teóricos e metodológicos, requer um movimento deliberado de se aventurar por caminhos que não são dados previamente, mas construídos no próprio percurso. Uma trilha criada pelas próprias pegadas, que se revela no caminhar. A metodologia prevê uma escuta atenta e uma abertura para seguir as pistas que o trabalho produz, além de um esforço criativo para fazer os alinhavos que tecem a escrita.

Desnortear as metodologias e a episteme moderna ocidental, bem como marcos e referências, essa foi a ideia que guiou a construção da pesquisa. Como formulou o artista uruguaio Joaquín Torres-Garcia, “nosso norte é o sul”. Mas na dissertação, a partir das práticas das/os educadoras/or que participaram da investigação, a orientação prescindiu, inclusive, de bússola: o que orientou o caminho metodológico da pesquisa foi a trilha aberta com o facão. Sobre o exercício narrativo, as inspirações foram as perspectivas do narrar em tradições orais e, também, discussões sobre pesquisa narrativa (auto)biográfica.

Para a produção deste recorte, sigo com uma metodologia qualitativa, apresentando estudos de caso que, apoiados por bibliografia decolonial e contracolonial,

nos mostram modos de ser e de saber que extrapolam as prescrições coloniais da epistemologia e da ontologia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ontologia e epistemologia coloniais

Início esta seção afirmando as noções de epistemologia e ontologia como categorias coloniais particulares, não universalizáveis. Para isso, abro aqui um parêntese para contextualizar brevemente a ideia de colonialidade. Compartilho da leitura das/os teóricas/os do coletivo Modernidade/Colonialidade que entendem a colonialidade como uma lógica estruturante das relações — baseada no capitalismo/liberalismo, na noção de raça e na escravização -, surgida na Europa no século XV. De acordo com essa lógica, a Europa seria o centro do mundo, ocupando o lugar mais importante de uma hierarquia de valores (de sujeitos, pensamentos, práticas, visões de mundo etc.), e relegando ao resto do mundo posições de inferioridade, como se todos os outros povos tivessem que buscar o padrão dos europeus: as tentativas coloniais de “civilização”. Ramón Grosfóguel (2012) destaca o caráter sistêmico da colonialidade ao falar de um “sistema-mundo ocidentalizado/cristianocêntrico moderno/colonial capitalista/patriarcal”, ou seja, com o advento da colonialidade os diferentes povos do mundo foram articulados em um “sistema-mundo” que impunha os valores ocidentais/cristãos, moderno/coloniais, capitalistas/patriarcais (como combinações interdependentes e indissociáveis) a título de civilização dos “bárbaros”, “primitivos”, “selvagens” etc. A raça e o racismo são noções centrais no projeto colonial, organizadoras e basilares de todas as relações de dominação da modernidade, desde o controle dos corpos e do trabalho até o domínio do conhecimento e da religiosidade. A invenção da noção de raça estabelece separações e hierarquias entre os seres (Grosfóguel, 2012), cuja referência normativa auto-estabelecida é o homem-cis-branco-europeu.

Os processos de independência iniciados no século XVIII nas Américas não tiraram as colônias da posição de subalternização, pois como formula Nelson Maldonado-Torres

(2019) colonialidade é diferente de colonialismo: *colonialismo* refere-se ao processo histórico de formação dos territórios das colônias, enquanto que *colonialidade* descreve a forma de organização do sistema-mundo que nasce imbricada com a modernidade e desumaniza alguns povos e civilizações a fim de explorá-los. A partir dessas conceituações, depreende-se que descolonização e decolonialidade não se referem ao mesmo movimento. Apesar de conquistarem a autonomia política e econômica (formalmente, ao menos), as ex-colônias seguiram profundamente atravessadas pela racionalidade colonial. Fecho o parêntese.

Ontologia e epistemologia são noções originadas na Grécia Antiga. *Episteme* é uma noção que tem sua gênese no pensamento de Platão e Aristóteles, ao se referirem ao conhecimento. Michel Foucault (1980) contextualiza o conhecimento abarcado na ideia de episteme desde os paradigmas da modernidade ocidental

Eu definiria a episteme retrospectivamente como o aparato estratégico que permite separar, dentre todas as afirmações possíveis, aquelas que serão aceitáveis dentro de, não direi, uma teoria científica, mas um campo da cientificidade, e que é possível dizer que são verdadeiras ou falsas. A episteme é o "aparato" que torna possível a separação, não do verdadeiro do falso, mas do que pode do que não pode ser caracterizado como científico. [Foucault, 1980, p. 197]

Já a noção de *ontologia* deriva da metafísica de Aristóteles, revisitada pelo alemão Jacobus Thomasius, no século XVII, e diz respeito ao conhecimento do Ser, em oposição ao parecer ser, “dos entes ou das coisas tais como são em si mesmas, real e verdadeiramente” (Chauí, 2000, p.266).

Ontologia e epistemologia, embora sejam linhas independentes da Filosofia, são intimamente articuladas pela colonialidade, como um meio de garantir domínio e poder, conforme Maldonado-Torres (2019). O autor demonstra que o racismo atua nos três âmbitos da colonialidade: do poder, do ser e do saber, e a partir desta última, define quem é capaz ou não de formular conhecimento válido e relevante. Para ele, o paradigma descartiano — base da racionalidade moderna/colonial -, de que “penso, logo existo” não apenas separa os que pensam dos que não pensam (“incapazes” de produzir o conhecimento validado pela lógica eurocêntrica moderna), mas vai além, decretando a não-existência destes que não pensam, ou, nas palavras do autor, “a desqualificação

epistêmica se converte em instrumento privilegiado da negação ontológica” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfóguel, 2019, p.12).

Modos de Ser-saber anticoloniais

As imagens contemporâneas da Europa moderna, bem como do “descobrimento” e conquista da América (ou “encobrimento”, como defende Enrique Dussel), foram construindo mitos e apagando verdades, que conformam nossa história e nossa própria identidade. O pensamento decolonial propõe um movimento de desreferenciamento na Europa, que reconhece outras formas de viver, pensar, sentir e conhecer, tensionando as hierarquias entre essas formas, estabelecidas pela narrativa eurocêntrica. A decolonialidade promove um deslocamento das noções de centro-periferias, reposicionando o Norte e o Sul sem uma valoração diferencial no arranjo entre eles. A contribuição original dos estudos decoloniais é a nova forma de olhar para os problemas. Os trabalhos não oferecem novos problemas, mas novas posições de onde encará-los. A decolonialidade transcende o âmbito de um instrumental teórico, e se estabelece como projeto acadêmico, político, ético e estético: outras possibilidades de entender, estar e atuar no mundo. Luciana Ballestrin (2013) contextualiza o pensamento decolonial, situando-o no tempo, nos embates acadêmicos e apresentando o grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) – do qual participam, entre outros, Dussel, Grosfóguel e Maldonado-Torres -, coletivo de acadêmicos que sistematizou, a partir da década de 1990, a perspectiva decolonial apresentada como projeto interventivo na vida social, política e das questões cotidianas.

Maldonado-Torres (2019) amplia conceitualmente este entendimento da decolonialidade. Destaca processos de resistência, reinvenção e re-existência instaurados por grupos colonizados, mostrando que o *giro decolonial* (Maldonado-Torres, 2005) descrito por Ballestrin está inscrito em mais de 500 anos de lutas das populações indígenas e afro-diaspóricas nas Américas. O autor ressalta a potência do pensamento decolonial presente desde os séculos XVI e XVII, redimensionando o conceito de decolonialidade e ampliando a abrangência desse pensamento para muito além do grupo Modernidade/Colonialidade. Maldonado-Torres, Grosfóguel e Joaze Bernardino-Costa

(2019), dizem que decolonialidade, giro decolonial ou projeto decolonial são formas de nomear a resistência política e epistêmica ao projeto moderno/colonial, mas em se levando em conta a tradição da academia brasileira, é preciso cuidar para que tal movimento não se torne apenas um projeto acadêmico, diminuindo-o em sua dimensão política. Deve-se considerar os atores e lutas políticas afrodiáspóricas e negro-africanas, indígenas e terceiro-mundistas. O projeto decolonial é exercício crítico cotidiano e não deve ser encarado de outra forma, sob o risco de trair a si mesmo em seus princípios.

Um dos pensadores que desafia e se contrapõe à lógica da racionalidade colonial é Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, poeta quilombola do Saco Curtume (PI). Nêgo Bispo não é um autor decolonial, mas orgulhosamente contracolonial

Falo tagarelando, escrevo mal autografado, canto desafinando, danço descompassado, só sei pintar borrando, meus desenhos são enviesados. Esse é o meu jeito. Não me mandem fazer direito. Eu não sou colonizado. Vivas. [SANTOS, 2020]

Nêgo Bispo defende a disputa semântica como estratégia de contracolonização. É preciso disputar a criação de sentidos para as palavras, assim como a construção de nexos entre elas, estabelecendo uma

(...) *guerra das denominações*: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las.

Certa vez, fui questionado por um pesquisador de Cabo Verde: “Como podemos contracolonizar falando a língua do inimigo?”. E respondi: “Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. Por exemplo, se o inimigo adora dizer desenvolvimento, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofobia. Vamos dizer que a cosmofobia é um vírus pandêmico e botar para ferrar com a palavra desenvolvimento. Porque a palavra boa é envolvimento. [SANTOS, 2023, p.13]

É neste sentido, que devemos pensar as noções de ontologia e episteme como noções que se pretendem universais, porém compreendem tipos muito particulares de Ser e saber, que foram artificialmente universalizados pela colonialidade. Na próxima seção, apresento histórias de pessoas que mostram que *ser* não é apenas existir conforme

os padrões coloniais de ontologia, e *saber* não é somente conhecer e transmitir nos padrões reconhecidos pela ciência moderna, de acordo com a epistemologia colonial. Ensinam, ainda, que a existência não pode ser dissociada dos saberes, conforme determina a cisão colonial positivista; os seres não são independentes de seus saberes, mas existem a partir da amálgama *Seres-saberes*.

Histórias de resistência e re-existência

O processo de colonização destituiu (e ainda busca destituir) o lugar de conhecimento e re-conhecimento dos sujeitos colonizados, assim, decolonial, descolonial, contracolonial e anticolonial se afirmam projetos de recomposição ontológica desde a recuperação de saberes, conhecimentos, formas de entender e estar no mundo: re-existir e re-viver, nas palavras de Catherine Walsh (2009).

Máxima Acuña de Chaupe é uma camponesa peruana que vive com sua família em Tragadero Grande, desde 1994, onde cuida da terra, planta legumes e cria alguns animais. Desde 2011, Maxima enfrenta ataques de gigantes mineradoras, com o suporte do governo peruano, que quer tomar suas terras. Cajamarca, distrito que abriga Tragadero Grande, é também sede da segunda maior mina de ouro do mundo, Yanacocha, instalada em 1993, em parceria entre as mineradoras Newmont Mine Incorporation, estadunidense, a peruana BuenaVentura e a International Finance Corporation (IFC), instituição participante do Banco Mundial.

A mina de Yanacocha é altamente lucrativa, pois o custo de extração do ouro na mina peruana é o menor do mundo (à custa da não observância de leis trabalhistas e ambientais muitas vezes). Como é sabido, o extrativismo requer enormes quantidades de recursos naturais como terra, água, floresta, montanha etc, que são explorados e esgotados. Com Yanacocha não é diferente, em algum momento o minério cessa. Para evitar a interrupção de seus lucros, as mineradoras consorciadas decidiram expandir a área de exploração para terras próximas, no projeto bilionário da mina de Conga, que prevê a drenagem de quatro lagoas da região para extração de minério e armazenagem de rejeitos tóxicos. Esses lagos abastecem as casas, animais e plantações de Cajamarca.

A mineração é uma das atividades que mais utiliza e esgota recursos, gerando quantidades enormes de resíduos tóxicos que contaminam o solo e as águas. A mina de Yanacocha utiliza quatro vezes mais água do que todos os habitantes de Cajamarca juntos, que além de terem o acesso à água racionado em benefício das mineradoras, ainda consomem a água contaminada pelos resíduos da mina.

Tragadero Grande, a terra de Máxima e sua família, está na área prevista do projeto Conga. O consórcio de mineradoras comprou uma porção de terras e clama que Tragadero Grande está dentro dessas aquisições, porém Maxima tem a documentação que lhe garanta a terra. A mineradora entrou com uma ação judicial reclamando a posse de Tragadero Grande e, em 2011, teve início uma série de ataques contra Maxima e sua família, perpetrados pela mineradora – em algumas ocasiões com auxílio do estado peruano, por meio do sistema judiciário ou da polícia. A família Chaupe teve suas terras invadidas, a casa destruída, roupas e pertences queimados, animais roubados ou mortos em mais de uma oportunidade, Maxima foi condenada à prisão e sua família condenada a sair das terras, além de pagar uma multa às mineradoras a título de reparação. Essa decisão judicial foi revertida, em 2014, quando a Suprema Corte de Cajamarca decidiu em favor da família Chaupe, reconhecendo a propriedade de suas terras. A mineradora recorreu. A disputa segue correndo. Assim como os ataques a Maxima e sua família. Sobre essas violências, Maxima diz

Cultivo la tierra para alimentarnos como familia. Y que la policía y la empresa venga a destruir ese sembrío, sabiendo que todos los seres humanos, si no comemos, no vivimos. Eso es lo que más me duele. Este es mi futuro, este es mi desarrollo, este es mi progreso y de el vivo yo (Chaupe, 2021).

A breve fala de Maxima nos apresenta muitos pontos importantes. Começa tratando de sua condição campezina, da relação com a terra: cultivar a terra para se alimentar, cuidar da terra para poder cuidar de si e de sua família; em seguida, Maxima denuncia a desproporcionalidade da ação das mineradoras e do Estado em relação a ela e sua família; logo depois, faz um apontamento da avaliação perniciosa segundo a qual o valor financeiro suplanta o valor de vidas (das pessoas, dos animais, das águas, das montanhas...); ela, então, traz essa experiência toda para a dimensão da corporeidade ao

dizer “me duele” — certamente, a dor de Maxima não é apenas simbólica; por fim, a camponesa tensiona as noções neoliberais hegemônicas (mas, não únicas) de progresso e desenvolvimento. Ao dizer este é o *meu* desenvolvimento, este é o *meu* progresso, Maxima afirma sua força e nos apresenta, a todas e todos, alternativas de desenvolvimento e progresso. Outros entendimentos que enfraquecem os sentidos coloniais e potencializam outras possibilidades, que apontam caminhos não coloniais, confluindo à ideia de Nêgo Bispo, de uma guerra de sentidos.

Também nessa direção, em artigo que narra o processo de Retomada do povo Tupinambá na aldeia da Serra do Padeiro, na Bahia, o Cacique Babau conta de um movimento semelhante, no qual a noção de desenvolvimento é bastante diversa do que prevê a cartilha neoliberal. Na aldeia da Serra do Padeiro (BA), os processos se desenrolam de maneira harmônica e respeitosa com os seres (humanos e não-humanos, vivos e não-vivos) que habitam e compartilham do mesmo espaço: “Precisamos chegar a um meio-termo para todo mundo sobreviver sem um precisar destruir o outro. E nós encontramos. Ninguém é ofendido pela natureza lá. Só os brancos continuam achando que a natureza é o problema” (Cacique Babau, 2023, p.37).

Para os Tupinambá a terra é a mãe de todos os seres que, muito fértil e generosa, cuida bem de seus filhos. Foi essa relação que motivou o início da Retomada na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro. Com o aumento da mortalidade entre os Tupinambá, no início dos anos 2000, os encantados foram consultados e responderam que o antídoto para a morte e a escassez era a defesa da terra, que sempre os defende. A comunidade resolveu, então, reaver o local que já havia abrigado a aldeia e, assim, em 2004, teve início o processo de retomada na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, no sul da Bahia. Já em 2005, não havia mais fome e nem mortalidade infantil na aldeia e, mais tarde, em 2018, tudo prosperou, inclusive a natureza restaurada, a mata recomposta, os riachos vivos novamente, os animais saudáveis. Essa proximidade com a terra é bastante semelhante ao que descreve Maxima, que também tem essa relação de filiação e afeto: “Yo considero la tierra y yo amo a la tierra como si fuera mi madre, que nos va a alimentar, nos va a fortalecer la tierra. Igual manera el agua, nuestra agua es nuestra vida” (MAXIMA, 2021). Ser filha da Terra é ser gerada por mais do que o corpo-humano de sua mãe, mas também

pelo corpo-extra-humano que materna a todos os seres vivos e não vivos, colocando em condição de irmandade todos os seres na terra.

A força de Maxima — que emana da sua conexão com a terra — virou símbolo das lutas indígenas na América e de resistência à destruição neoliberal. Em 2016, ela foi ganhadora do Prêmio Goldman, considerado o Nobel do Meio Ambiente, além de inspirar produções a seu respeito e muitas pessoas ao redor do mundo. Na exposição “Histórias Indígenas”, em cartaz no Museu de Arte de São Paulo (MASP) entre o final de 2023 e o início de 2024, havia um trabalho que retratava Maxima em frente à Laguna Azul, em Tragadero Grande. A imagem, impressa em tamanho real e posicionada no alto da parede, simbolizava a grandeza de Maxima e sua luta.



Maxima Chaupe em Tragadero Grande

O avanço neoliberal compromete a vida em muitos lugares. O caso de Maxima, no Peru, se aproxima, em alguns pontos, da experiência de Raimunda Gomes da Silva,

ribeirinha do rio Xingu, atingida pela Usina de Belo Monte, em Altamira (PA). Raimunda resistiu o quanto pôde às investidas da Norte Energia, empresa geradora e operadora da usina, mas, finalmente, teve que vender sua casa e suas terras. A empresa deu um prazo para que Raimunda tirasse suas coisas da casa, porém antes do fim do período combinado, queimou a casa com todos os bens dentro. Raimunda chegou a tempo de ver as brasas. Sebastião, marido de Raimunda, durante as negociações com a Norte Energia, sofreu um surto psicótico que o deixou catatônico por um período. Ainda hoje, Sebastião tem muitas sequelas desse processo ao qual o casal foi submetido.

Maxima, em fala registrada no documentário que leva seu nome (2021), alerta para o fato de que a ameaça de morte trazida pela mineração não é somente por meio de assassinato, mas também pela contaminação das águas, do ar e dos solos (que mata pessoas, animais e plantações). As histórias de Belo Monte mostram também, muito nitidamente, ameaças de morte pela extinção de modos de vida (que David Kopenawa e Ailton Krenak denunciam também). Mas Raimunda, apesar de todas as contrariedades, sobreviveu ao fim de um mundo: “Diz que a vida é dura para quem é mole, mas ela se enganou comigo, eu sou dura também.”

A ribeirinha conhece muitas plantas medicinais e ervas da floresta, sabe curar muitas doenças e problemas, aprendeu com sua mãe e sua avó. Tudo isso foi registrado em uma “Cartilha de Mezinagem” que ela escreveu. A mezinha é, segundo ela, o encontro desse saber ancestral com a imaginação, como ativação de cura e bem-estar. A essência da mezinha, para Raimunda, é o relacionamento, as conexões entre os seres vivos e não vivos, falantes e não falantes: “a boa mezinha é resultado de um bom relacionamento”. E o relacionamento tem a ver com reconhecimento. Quando encontra uma cobra na floresta, Raimunda se comunica com ela de outras formas que não a da língua falada: “eu não sei falar a língua dela e nem ela sabe falar a minha, mas a gente se olha no olho e se entende”. Raimunda comunica a palavra incorporada, sua enunciação extrapola a fala, acontece por todo o corpo. Também a escuta não ocorre somente nos ouvidos. Como a cobra, Raimunda ouve com a pele, uma escuta sensória e sensível, epidérmica.

A cura promovida pela mezinha resulta de um bom relacionamento, tem a ver com reconhecer determinada planta ou erva e entender qual a maneira mais adequada de

ativar seu princípio de cura (diferentemente da medicina ocidental tradicional, colonial, que pretende curar através da extração do princípio ativo das plantas). As plantas guardam em si princípios de cura que são ativados por meio de feitiços e encantarias. É preciso muita sabedoria para reconhecer a planta certa para cada tipo de problema e, ainda, muito relacionamento para saber a maneira correta de ativar os princípios de cada planta em cada situação.

No evento de lançamento da cartilha de Raimunda, do qual Nêgo Bispo também participava, aconteceu um diálogo que pode nos apontar um caminho interessante para pensar a potência do relacionamento. Raimunda explicou: “Eu sei conviver na floresta e na cidade porque eu sou duas: ribeirinha e cidadina. Eu tenho é que ter respeito nos dois lugares, com os viventes e não-viventes, falantes e não-falantes”, ao que Nêgo Bispo respondeu: “nossos corpos são muitas coisas ao mesmo tempo, a simultaneidade é nosso jogo. Para isso, é preciso que o corpo aprenda com o cheiro e com o toque, não só com a cabeça.”

Em seu último livro, *A terra dá a terra quer* (2023), Nêgo Bispo refaz sua trajetória e localiza em seus aprendizados da infância essa capacidade de estar atento aos saberes circundantes, reconhecendo que o saber não é exclusividade dos seres humanos, e que o entendimento de que os saberes são múltiplos e igualmente válidos

Nos primeiros passos da minha vida, os mais velhos me orientaram a ouvir o canto dos pássaros e os chiados da mata. Compreendo o ambiente onde dei os meus primeiros passos como uma das bases de lançamento da minha trajetória. Uma memória maravilhosa desse tempo, que ainda pulsa, é acordar ouvindo o canto da passarada informando quais as condições meteorológicas do dia. (Santos, 2023, p.10)

É essa abertura que torna possível *aprender com o cheiro e com o toque, não apenas com a cabeça*, como ensinam Nêgo Bispo, Raimunda, Máxima e os Tupinambá, na experiência narrada pelo Cacique Babau.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Este trabalho buscou apresentar formas de ser e saber que transbordam as categorias moderno/coloniais de ontologia e episteme, e pensar a produção de subjetividades desde posições que tensionam a colonialidade — decoloniais, contracoloniais, descoloniais e/ou anticoloniais.

Posicionar-se de forma a resistir, enfrentar ou esgarçar a colonialidade é um movimento que atravessa as construções de subjetividades. E os seres que se produzem em resistência e re-existência em relação à colonialidade se orientam a partir de outras categorias. Como afirma Nego Bispo, a vida não se dá na cultura, mas nos modos de ver, de sentir e fazer as coisas. Cultura é uma categoria colonial, diferente de modos de viver. Desenvolvimento é uma categoria colonial, diferente de envolvimento. As histórias de Máxima, Raimunda e dos Tupinambá explicitam a diferença entre subjetividades produzidas desde o desenvolvimento ou desde o envolvimento.

Enquanto a lógica colonial reconhece apenas uma forma correta de ser e saber, existências que se insurgem contra a colonialidade *jogam na simultaneidade*, reconhecendo modos de saber e existir diversos, humanos e não-humanos, vivos e não-vivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no11. Brasília, maio-agosto de 2013, p.89-117.

BARDI, Julia. **No corte do facão — confabulações decoloniais em educação menor**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2024.

BERNARDES, Antonio Henrique. **Ontologia e Epistemologia, o que é isso? Discussões geográficas**. *Estudos Geográficos*, v.20, n.3, 2022. p.427-444.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. IN: BERNARDINO-COSTA, Joaze;



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p.9-26.

DE LA CADEÑA, Marisol. **Natureza Incomum: histórias do antrope-cego**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n.69, p.95-117, abr.2018.

DUSSEL, Enrique. **1492 — O Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GROSGUÉL, Ramón. **Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna decolonial**. *Contemporânea*, v.2, n.2, p.337-362, jul.-dez. 2012.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. IN: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p.27-53.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade — o lado mais escuro da modernidade**. *RBCS*, v.32, n.94, 2017. p.1-18.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significação**. Brasília: INCTI/UnB. 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. 2023. **A terra dá a terra quer**. São Paulo: Ubu/Piseagrama, 2023.

TUPINAMBÁ, Babau. **Retomada**. IN: Terra - Antologia afro-indígena. São Paulo: Ubu/Piseagrama, 2023. p.31-44.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver**. In: CANDAU, Vera Maria. Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2009. p.12- 41.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

A REFORMA PSIQUIÁTRICA NOS IMPRESSOS DO PIAUÍ ENTRE 2001 E 2012 E O LUGAR DO JORNALISMO NA PAUTA DA LOUCURA

 DOI: 10.5281/zenodo.16279823

1. Sônia Maria dos Santos Carvalho

1. Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora efetiva do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Mestra em História do Brasil (UFPI) e membro do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde – SANA Piauí (UESPI), de Teresina, Piauí.
soniamaria@cceca.uespi.br/sonia.mariac@ufpe.

Resumo: A pergunta norteadora desta pesquisa é como compreender as representações que os jornais piauienses *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* construíram sobre a Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216/2001)? Os três veículos foram selecionados por critério de vinculação ininterrupta em relação ao recorte temporal adotado (de 2001 a 2012). Foram estudadas trinta e duas matérias publicadas no decorrer do período acima, aplicando a metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 2014). Em específico buscou-se entender quais os lugares sociais do doente e da doença mental no Piauí à época, bem como impactos sociais do marco legal perceptíveis nos textos. Conceitos de *representações sociais* de Moscovici (2007), *loucura visível* de Engel (2001) e *saber/poder* de Foucault (1979) formaram o suporte teórico principal. Entre as categorias de análise construídas chegou-se: aos conflitos sociais na percepção da loucura e o desacordo entre população e autoridades de saúde acerca da terapêutica a ser adotada. Os principais achados ao fim do estudo constataram que a lei foi representada sem permitir ver o doente mental como cidadão de direitos. Ficou perceptível que tanto a imprensa quanto a sociedade por ela representada, duvidaram da resolutividade da nova rede substitutiva de atendimento ao doente mental (CAPS). O hospital psiquiátrico ainda foi tido como a solução mais adequada quando os jornais pautaram a loucura.

Palavras-Chave: Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica; Doença Mental; Representações jornalísticas.

Psychiatric Reform in Piauí's Press from 2001 to 2012: The Place of Journalism in the Discourse of Madness

Abstract: This study is guided by the following question: how did the Piauí-based newspapers *O Dia*, *Meio Norte*, and *Diário do Povo* represent the Psychiatric Reform (Law 10.216/2001)? The outlets were selected based on their continuous publication between



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

2001 and 2012. Thirty-two news articles published during this period were analyzed using Content Analysis (Bardin, 2014). The research aimed to explore the social representations of mental illness and the mentally ill during the early years of the reform, as well as to identify the perceived social impacts of the new legal framework. The theoretical framework drew on Moscovici's theory of social representations (2007), Engel's concept of visible madness (2001), and Foucault's notions of knowledge and power (1979). Findings revealed persistent social conflicts regarding the perception of madness and tensions between public opinion and health authorities over appropriate therapeutic approaches. The law was frequently represented without affirming the mentally ill as rights-bearing citizens, and both the press and the public appeared to question the effectiveness of the new community-based care model (CAPS). Psychiatric hospitals continued to be portrayed as the most viable solution in journalistic coverage.

Keywords: Mental health; Psychiatric Reform; Mental Illness; Journalistic Representations.

INTRODUÇÃO

Em 25 de junho de 1941, o psiquiatra piauiense Clidenor de Freitas Santos, com 28 anos de idade e diplomado pela Universidade Federal de Pernambuco cinco anos antes, pediu a palavra na reunião dos membros da Associação Piauiense de Medicina (APM).

Na reunião acima estava a classe médica de Teresina, capital do Piauí, reunida para debater questões internas da (APM). A entidade, criada em 1938, atraiu naquela oportunidade os interlocutores que mais interessavam a Freitas Santos: colegas de profissão, presidente e técnicos da Diretoria de Saúde Pública.

O que se seguiu foi um ato político com a leitura de um relatório de prestação de contas da gestão de Freitas à frente do único hospital psiquiátrico e público em atividade no Piauí — o Asylo de Alienados Areolino de Abreu. O documento detalhou a situação da assistência psiquiátrica no Piauí ao longo das primeiras quatro décadas do século XX.

Freitas Santos finalizou a leitura do relatório listando ações que poderiam imprimir melhorias ao asylo, entre elas, a atuação dos órgãos de imprensa existentes no Piauí. Naquele ano, esta instituição assistia a 300 internos (Guimarães, 1994), em sua maioria, mulheres.

Passados oitenta anos da divulgação do relatório, ocorreram alterações importantes, desde a substituição do nome da instituição para Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu, em 03 de abril de 1965 (Guimarães, 1994).

Mudanças nas conjunturas sociais de prestação de atendimento ao doente mental aconteceram. No entanto, os apelos listados no relatório de 1941 nos abriram possibilidades para estudos sobre a história que a imprensa no Piauí tem com esta faceta da vida humana adoecida.

É a partir deste documento, recorrendo às representações jornalísticas e tendo a doença mental como pauta, que demos início às nossas reflexões.

O capítulo agora apresentado faz parte do percurso de construção de tese em desenvolvimento junto à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Em si, o estudo voltou-se à compreensão das representações que os jornais piauienses *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* produziram sobre a Reforma Psiquiátrica, expressas no leito dos textos publicados entre 2001-2012.

Os recortes temporal, espacial e editorial escolhidos seguiram o critério de coexistência da produção jornalística quando da sanção e desdobramentos da Lei 10.216 (de 06 de abril de 2001), conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, assinada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Outro parâmetro foi a veiculação ininterrupta dos três jornais, sediados em Teresina, mas comercializados em todo o Piauí e também nas capitais do Nordeste e Região Sudeste do Brasil (Said, 2001).



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

A pergunta que atravessa toda a pesquisa é: quais as representações jornalísticas foram publicizadas por ocasião da lei federal que propôs uma política de reconhecimento de direitos e proteção aos portadores de transtornos mentais ampla?

Toma-se de partida a consideração de que os meios de comunicação selecionados são agentes sociais de expressão de tensões, acordos e contradições de uma sociedade no tempo. Não são vozes únicas de uma sociedade (Pereira Junior, 2005) e nem espelhos da realidade.

Entende-se, ainda, que nas sociedades complexas do século XX em diante, há uma miríade de atores em franca expressão coletiva, atuando no jogo pelo respaldo de suas crenças, ideologias e bandeiras de luta.

Dito de outro modo, os jornais foram percebidos como instituições às quais a sociedade confere maior ou menor credibilidade, e seus produtos são parte da construção social da realidade.

Os impressos não são a única voz da sociedade, mas exercem papel de expressão que dá a ver como as sociedades elegem o que merece ser focalizado e transformado em temas de debate.

No estudo aqui apresentado, foram fonte de interesse a loucura, o tratamento dispensado a pacientes adoecidos mentalmente, os posicionamentos dos profissionais e dos familiares envolvidos no lidar com a desrazão.

Adiante explicamos as relações e conjunturas que ligam o relatório de 1941 à Reforma Psiquiátrica noticiadas nos impressos em estudo.

OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa foi entender como os jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* representaram a Reforma Psiquiátrica entre 2011 e 2012.

De partida, considerou-se o papel legitimado socialmente aos impressos num duplo aspecto: são ao mesmo tempo instituições privadas, mas compromissadas com o bem público valendo-se, para o seu exercício, da aproximação com todas as fontes de poder (Traquina, 2005).

Os objetivos foram compreender quais aspectos da referida legislação chegaram a ser publicizados ou não e posicionamentos jornalísticos adotados a partir de sanção da lei em 06 de abril de 2001.

Também de modo específico buscou-se identificar quais vozes podem ter sido silenciadas ou validadas para representar socialmente a Reforma Psiquiátrica. Assim, percebeu-se o lugar do doente mental e da loucura à época.

METODOLOGIA

Quanto ao objeto, construiu-se uma pesquisa empírica, voltada ao estudo de um fenômeno real e percebido a partir de documentos e fontes primárias: os jornais.

O trabalho classificou-se como pesquisa qualitativa, contando com pesquisa bibliográfica. Em sua metodologia também se baseou na pesquisa documental para contemplar textos médicos da época e a própria Lei 10.216/2001 (Minayo, 2019).

A união de procedimentos metodológicos acima possibilitou perceber os aspectos da Política Nacional de Saúde Mental no Brasil que impactaram o Piauí.

Aplicou-se a metodologia da análise de conteúdo (Bardin, 2014) para o estudo dos jornais. Mapeou-se 32 matérias, notas, chamadas de capa e artigos sobre a Reforma Psiquiátrica no Piauí.

A coleta do material jornalístico aconteceu junto ao Acervo do Arquivo Público do Piauí, no mês de julho de 2024. Posteriormente, aconteceu o arquivamento em nuvem eletrônica, para posterior separação temática e condução da crítica.

Os passos seguidos para a análise de conteúdo foram: a) a constatação do número de mensagens, b) a primeira leitura do material, c) descrição do material, d) a identificação das unidades de análise e) definição de categorias de análise.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abrir este texto trazendo aspectos do relatório de inspeção apresentado em 1941 pelo psiquiatra Freitas Santos, deu-se por um conjunto de razões. Inicialmente pelo chamamento direto do psiquiatra e gestor aos meios de comunicação e propaganda.

Em um segundo momento, o médico declarou no texto do relatório de inspeção, que os jornais eram responsáveis pela organização de uma campanha divulgadora dos novos métodos de tratamento que deveriam ser utilizados no asilo.

O item “p” do relatório citado acima apresentou uma ideia peculiar e inédita para a época. Em tom de conclamação à categoria jornalística, o médico citou que era urgente:

[...] permitir, ou melhor dar apoio ao atual Chefe de Clínica para, depois de realizadas estas sugestões, desenvolver uma campanha de propaganda dos novos métodos de tratamento das doenças mentais, e demonstrar em nosso meio que o Asylo de Alienados não é mais o medieval calabouço, e de lá muitos têm saído curados e muito mais ainda sairão. Essa campanha poderá ser efetuada não somente pela imprensa, como pela organização de visitas das mais variadas pessoas ou classes, sobretudo dos estudantes dos nossos educandários, provando que um psicopata é um doente como outro qualquer [...] Há serviços que uma vez criados têm forçosamente que ser continuados e desenvolvidos, e desse gênero são os que entendem com a assistência pública. Ao Asylo de Teresina falta tudo: casa, as enfermeiras, o tratamento. Não é um hospício, é uma casa de doidos que só se visita uma vez, para conservar dessa visita a mais penosa impressão. (SANTOS, 1941, p.2).

Dito de outro modo, mesmo a internação era assunto da imprensa, e esta devia exercer a responsabilidade que lhe cabia no manejo social da loucura.

A internação ocorria no Piauí desde janeiro de 1907, quando da fundação do Asylo. Antes disso, doentes mentais eram abrigados em suas casas, ou viviam como moradores de rua, circulantes do espaço público dividindo a cidade com cidadãos ditos sãos.

Com a instituição inaugurada, Teresina tornou-se a capital nordestina que, em menos de 55 anos de fundação, já contava com um manicômio, mesmo com estrutura incompleta.

A demanda social justificava a fundação hospitalar, afinal, não apenas doentes mentais, mas alcólatras, delinquentes ou mulheres em desonra perante a sociedade lotavam os pavilhões. A necessidade de educar os habitantes da capital Teresina a viver conforme bons costumes, e em meio aos sadios, estava contemplada na opção de internação asilar.

O cenário do Asylo era o de centenas de pessoas vivendo em calabouços, com esgoto aberto no centro das celas, pacientes acorrentados nos pátios em troncos de cajueiro, dormindo ao relento; outros acumulados de três a quatro pessoas numa só prisão, sem roupas ou maltrapilhos, bebendo de um tanque sem higiene e com alimentação a base de farinha seca.

No objeto do saber psiquiátrico estariam, então, os que expressam no corpo a loucura visível, presente nas palavras, nos trajés ou no comportamento tido inadequado dos sem razão (Engel, 2001).

Os desprovidos de saúde mental também eram reconhecidos pelos ditos sadios na sua linguagem diferenciada ou incompreensível, que se provava na ruína da comunicação com o outro; na inaptidão ao trabalho ordinário ou na aversão ao cumprimento dos papéis sociais destinados a homens e mulheres.

Os que não se encaixavam nas expectativas de comportamento, prescritas nos campos coletivo e doméstico, eram passíveis do julgamento e medicalização pelo agir social considerado desviante, imoral ou viciado.

Segundo ideia corrente da primeira metade do século XX no Piauí, ao doente mental não cabia agência sobre si, pois a desrazão era o seu igual, sua tradução redutora ou anuladora de capacidade.

A percepção das doenças mentais as classificava como causa e consequência de um tratamento médico unidirecional: do psiquiatra, repleto de poder oriundo do seu conhecimento, para o paciente despojado de saber qualquer, até mesmo do saber de si (Foucault, 1979).

O louco, no período estudado nesta pesquisa, é realidade tangível e concreta no cotidiano da vida. Tal fenômeno foi historicizado nos jornais, demonstrando como desde a mais remota humanidade há registros que atestam transtornos mentais, ou pessoas em sofrimento psíquico em todas as sociedades (Jodelet, 2015).

Fazendo parte do mundo, e não pairando acima dele como entidades etéreas, loucos dividiram sua condição com ações dos dizeres sobre eles. Constituíram-se socialmente também pelas operações jornalísticas de representação do outro, especialmente em sociedades complexas do século XX (Pereira Junior, 2005).

Partindo de um em olhar amplificado, tudo pode ser considerado passível de virar notícia, porém, na aproximação com o campo comunicacional, percebemos que a atuação dos veículos no ofício de comunicar é mais complexa.

A comunicação não se reduz à transmissão das mensagens ou ao transporte de informações sem alterações dentro de uma cadeia de trabalho. Isto nos impele ao reconhecimento de que jornais impressos, por exemplo, interpretam, combinam, diferenciam e publicizam os objetos sociais ou as representações de outros grupos (Moscovici, 2007). E isto se dá desde a quarta década do século XX no Brasil.

Dos jornais partem a identificação de bandeiras de luta, o dizer sobre o outro frente às demandas da vida: as representações sociais. É por meio destas (Moscovici, 2007), portanto, que se constituem formas de pensamento ligadas às ações, às condutas validadas individual e coletivizadas.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Como as representações sociais foram e são ligadas às arquiteturas do pensar e agir, passaram a funcionar acolhendo ou rejeitando outros membros de sua coletividade. (Medeiros, 2006),

O jornalismo faz parte deste jogo de relações. O que representaram os jornais, no entanto, não é o fato em si. Ou seja, a Reforma Psiquiátrica na sua historicidade, não consiste em idêntico algum. Consiste no que se diz sobre ela.

A representação social é sempre sobre alguém e de alguma coisa com a qual mantém relação. Os meios de comunicação, portanto, podem estar associados a diferentes representações, contribuindo nos processos de identificação e objetivação dos sujeitos.

A oficina de noticiar, afinal, é em si complexa e não entrega ao público amplo ao qual se dirige verdades puras e acabadas. Nos textos jornalísticos há um dizer sobre algo, que toma uma forma dentre tantas outras que poderia tomar. Este raciocínio nos levou a pensar nas intertextualidades, nos lugares sociais e linhas editoriais seguidas (Luca, 2006).

A luta pela Reforma Psiquiátrica no Brasil ganhou novos contornos com a pressão dos movimentos sociais, de familiares e pacientes.

No esteio das reivindicações, o projeto de Lei 3.657/1989, foi apresentado na Câmara de Deputados pelo parlamentar Paulo Delgado (PT-MG), com a intenção de pensar o doente mental como um portador de direitos.

Ante o desinteresse dos deputados e as diversas manobras para a retirada do projeto de pauta nas casas legislativas, sob a alegação de pedidos de vistas ou necessidades de ouvir a classe médica envolvida, o projeto passou 12 anos tramitando entre Câmara e Senado Federal.

Somente em 06 de abril de 2001 o projeto foi sancionado na forma da Lei nº 10.2016/2001, ficando conhecido como Lei da Reforma Psiquiátrica, Lei Antimanicomial ou Lei Paulo Delgado (Brasil, 2001).

A Reforma Psiquiátrica passou a ter no marco legal um símbolo de conquista pela disposição sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. Redirecionou o modelo assistencial em saúde mental.

Pelo seu teor, abraçou a todos sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos, gravidade da enfermidade ou tempo de evolução do paciente com transtorno.

Entre os direitos assegurados, citou: acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde consentâneo às suas necessidades; o trato humanizado e respeitoso, visando alcançar a recuperação e o retorno à família, com reinserção no trabalho e na comunidade.

Os direitos ao livre acesso aos meios de comunicação e às informações de sua doença, bem como ao tratamento preferencial em serviços comunitários, ou seja, em cenas sociais abertas, chamaram a atenção como signos de contemplação dos anseios sociais. (Brasil, 2001).

Mais do que nunca no Brasil, a doença mental, chamada de loucura ou outra terminologia médica, encorpou-se pela lei como pauta jornalística.

Ficou vedada a internação em ambientes asilares nos moldes anteriores, podendo esta ocorrer de modo *voluntário* a pedido do doente, ou *involuntário* a pedido de terceiro e a *compulsória*, determinada pela Justiça (Brasil, 2001). Embora no primeiro caso haja necessidade de assinatura de consentimento, as demais formas só podem ocorrer com a autorização do saber médico ou do judiciário.

Passadas duas décadas de vigência da Lei, a Política Nacional e Saúde Mental continua sofrendo críticas por parte dos engajados em sua luta. Para a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) seria necessário que governos e sociedade assumissem uma crítica epistemológica ao modelo teórico-conceitual da psiquiatria, uma vez que, passados os anos, ainda é dominado predominantemente pela perspectiva biologista, fundada em supostos desequilíbrios químicos no cérebro. (ABRASME, 2015).

Sendo as representações sociais modos de pensamento ligado às ações humanas, às suas condutas em círculos coletivos ou âmbitos individuais em permanente ação, contato, choques e acordos, prosseguiu-se à última parte desta investigação com a análise de conteúdo dos 32 textos jornalísticos Bardin (1994) e Martino (2018).

Como primeira etapa e forma de organização, procedeu-se ao mapeamento das notícias, reportagens, notas, fotografias, chamadas de capa e matérias ligadas à pauta da saúde e adoecimento mental e Reforma Psiquiátrica, nos três jornais publicados entre 2001 e 2012. Recorreu à busca a partir de palavras como “doentes mentais”, “loucura”, “doidos” e “colônia”.

A data inicial de análise foi 01 de abril de 2001, mês em que foi sancionada a Lei da reforma psiquiátrica, seguindo-se até 31 de dezembro de 2012.

A alternância de anos seguiu o critério de marcos históricos ligados à luta antimanicomial no Brasil. Encerrou-se o recolhimento em 2012, pelo exame perceber que o material colhido seria suficiente para o alcance dos objetivos propostos (Bauer, Gaskell, e Allum, 2002).

Entendendo que cada jornal se constituiu em agrupamento de sujeitos sociais diferentes, a distribuição das publicações ganhou o seguinte espelho:

Quadro 1. Número de mensagens por periódicos estudados

Ano	Jornal <i>O Dia</i>	Jornal <i>Meio Norte</i>	Jornal <i>Diário do Povo</i>
2001	03 mensagens	06 mensagens	05 mensagens
2002	-	05 mensagens	-
2010	04 mensagens	01 mensagem	03 mensagens

2011	-	-	02 mensagens
2012	-	01 mensagem	02 mensagens
Total	07 mensagens	13 mensagens	12 mensagens

Fonte: análise quantitativa da proponente da pesquisa

A primeira leitura do material permitiu perceber silenciamentos, apagamento de vozes e, principalmente, a necessidade de recorrer às edições veiculadas em anos posteriores.

A conclusão inicial advinda do movimento de primeiro contato com os jornais foi que, paradoxalmente, a pauta da Reforma Psiquiátrica, ainda não pertencia ao universo de pautas das redações locais em 2001, mas foram consideradas na pesquisa por ter a doença mental como centro de alguns textos.

Na etapa seguinte da análise de conteúdo, voltada à descrição do material, elencamos o que foi analisado, descrevendo elementos como: datas de publicação, título do texto jornalístico, presença ou não de fotos e autoria declarada ou atribuída ao corpo de jornalistas.

Com o avançar dos anos, em que pese o vigor da normativa legal de remodelamento do tratamento ao portador de transtornos mentais, a expressão *Reforma Psiquiátrica* não chegou a figurar em manchete em nenhum dos textos jornalísticos estudados.

Artigos, crônicas, notas, matérias e reportagens no primeiro ano estudado tocaram no assunto de modo transversal, pela provocação de organismos externos, como a OMS, ou em matérias oriundas de agências nacionais de notícias.

Isto significa que as redações dos três jornais piauienses não exploraram a reforma em nível local; o que não quer dizer que abandonaram a pauta da loucura. Jornalisticamente, a pauta esteve presente. Seja na fala autoridades públicas ou outros sujeitos sociais, a desrazão estava nos jornais quanto pautou o manejo comum do doente mental na clássica internação no hospital psiquiátrico de referência.

Após a primeira década da lei, a discussão pública sobre o destino dessas pessoas frente à realidade de fechamento de leitos psiquiátricos e à abertura de Centros de Atendimento Psicossocial tomou maior vulto.

Identificadas as unidades de análise nos textos jornalísticos que pautaram o doente mental e a Lei 10.216/2001, o passo seguinte da investigação definiu as seguintes categorias de análise: a) Entendimento social da loucura e do tratamento ao doente mental, b) Reforma psiquiátrica, conflitos e tensões sociais e c) Ações do poder público frente à normativa legal.

A crítica admitida sob estas categorias de análise foram subsidiadas no propósito de escrutinar as notícias em si. Este movimento focou nas ocasiões em que a mesma pauta foi publicada nos três jornais, e quando foi ignorada por um veículo ou dois dentre os periódicos analisados. Segue-se a análise detalhada de cada categoria:

a) Entendimento social da loucura e do tratamento ao doente mental

Em 22 de abril de 2022, o Jornal Meio Norte, publicou a matéria sem autor identificado *Doença — Família luta para a internação de mulher com problemas mentais*¹⁷, veiculada em forma de apelo feito pela aposentada Francisca Sampaio Silva. Seu desejo era que as autoridades de saúde internassem, sem previsão de alta, a irmã Maria da Silva Carvalho, por conta de crises violentas, agressão e tentativas de suicídio.

Interna reincidente do Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu, a paciente sempre piorava quando voltava para casa. Alegando desconhecer outra forma de conviver com o transtorno mental na família, a dona de casa mantinha Maria da Silva permanentemente

¹⁷ MEIO NORTE, Jornal. Edição do dia 23/04/2002. Ano VII, Nº 2656. Cidades, Pág. 8.

presa em um quarto com grades. Na matéria, a paciente estava deitada diretamente no chão de um cômodo, nua, coberta por um lençol para posar para a fotografia e envolta às suas próprias fezes.

A crítica chega à compreensão de que este tipo de distúrbio foi percebido por familiares e autoridades de saúde pública locais como uma patologia estigmatizada, capaz de assumir tons mais agudos e descontrolados ou menos perturbadores. O hospital e a internação significavam soluções eficazes, mesmo ante as transformações que o país vivia pela construção de uma nova Política Nacional de Saúde Mental.

Lidar com o doente mental seria conviver com o imprevisível perigo e às famílias ainda não tocadas pelas alterações da lei, restava o manejo do aprisionamento ou internação integral.

Aos jornalistas, pelo exposto no leito dos textos, percebe-se o desconhecimento ou ignorância tanto do teor da lei, e, por conseguinte, o silenciamento, quanto à necessidade de provocar os poderes públicos e a classe psiquiátrica em busca de alternativas de tratamento em cena aberta, longe do aprisionamento asilar.

b) Reforma psiquiátrica, conflitos e tensões sociais

O remodelamento nas formas de tratar a doença mental previsto em lei é citado superficialmente nos jornais impressos piauienses a partir do dia 05 de abril de 2001. De modo tímido e transversal, por iniciativa da Fundação Municipal de Saúde, o tema foi tratado nos jornais como forma de abordar o dia 07 de abril, considerado o Dia Mundial da Saúde.

Sem fotos e apenas ocupando uma coluna na parte direita da página 5 do jornal Diário do Povo, a matéria *PMT festeja Dia da Saúde com eventos*¹⁸ ocupou-se em centralizar atenções na ação da Prefeitura Municipal obediente à orientação da

¹⁸ DIÁRIO DO POVO, Jornal. Edição do dia 05/04/2001. Ano L. Geral. Ano XIII. N°520. Pág. 05.

Organização Mundial de Saúde e Organização Panamericana de Saúde, que àquele ano recomendou debates sobre temática da Saúde Mental.

Sem atrelar o momento ou evento à Lei Antimanicomial, a matéria acrescentou que Teresina contava à época com 11 unidades de saúde prestando serviços ambulatoriais e distribuindo medicação gratuita a pacientes. Não são buscadas vozes que participam desta assistência. É citada a estrutura da rede, somente.

As representações colhidas nesta matéria e nas demais incluídas nesta categoria demonstram o desconhecimento continuado dos detalhes da Lei Antimanicomial e de seus desdobramentos, tanto por parte dos agentes públicos quanto da imprensa local em nível ainda mais preocupante.

O lapso temporal acerca da data de sanção da lei foi um deslize menor. O que ficou como representações sociais da Reforma Psiquiátrica neste item é que as mudanças necessárias no serviço público de saúde; a conscientização dos trabalhadores e trabalhadoras em saúde mental, o chamamento das famílias e dos próprios pacientes como sujeitos de uma ruptura de pensamento e atitudes mais humanizadoras não ganharam amadurecimento.

c) Ações e inércias do poder público frente à normativa legal

Avançando uma década à frente, nos anos 2010, 2011 e 2012, as pautas trabalhadas passaram por transformações mais profundas.

Acredita-se que o contexto estabelecido por vozes insurgentes contra todas as formas de afronta aos direitos humanos, além da pressão social pelo posicionamento mais cidadão da imprensa frente às alterações de seu tempo, foram responsáveis por uma abertura à pauta sobre “saúde mental” e não mais “loucura”.

Junta-se a isso o cenário de consolidação dos cursos de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Piauí, que já há mais de uma década eram realidades em duas universidades públicas — a Universidade Federal do Piauí e a Universidade Estadual do Piauí.

Os jornalistas formados ingressam ainda como estagiários nas redações dos jornais impressos, constituídas em empresas estruturadas, com hierarquização profissional definida e começavam a trazer percepções diferentes de mundo.

Neste cenário, a classe psiquiátrica também tensiona os discursos através da imprensa escrita, no que pode ser compreendido como tentativas de ressignificar sua atuação social, levando adiante a busca por reconhecimento amplo de um saber/poder específico acerca do doente e do que o cercava.

Como fala local, o psiquiatra piauiense Alexandre Barbosa Nogueira, já em 2012, publicou no Diário do Povo críticas aos rumos que a adesão à desinstitucionalização vinha tomando dentro e fora do cenário médico.

Em *Assistência Psiquiátrica em Hospitais gerais? Por que não? Porque sim*¹⁹, a ácida avaliação do médico citado acima explanava que nos hospícios os pacientes eram tratados como animais ferozes, e nos CAPS, como animais de estimação.

As perguntas válidas para o médico seriam: Por que não seriam tratados apenas como pacientes os doentes mentais? Por que não compreender que as promessas medicamentosas dos anos 1980 se cumpriram, liberando a psiquiatria dos muros do hospício?

A partir de 2010, ocorreu com a pauta da saúde mental um duplo fenômeno que pode ser constatado nos três jornais: por um lado o poder público agenciou os meios de comunicação para publicizar as ações de inserção dos pacientes de longa internação junto à sociedade, especialmente através de suas alocações nas chamadas residências terapêuticas.

Por outro lado, a década se iniciou com o Hospital Areolino de Abreu mantendo, em média, 200 leitos, com 24 internos morando naquela casa por períodos que variaram de 3 até 29 anos.

¹⁹ NOGUEIRA, Alexandre Barbosa. **Assistência Psiquiátrica em Hospitais gerais? Por que não? Por que sim.** Jornal Diário do Povo. Edição do dia 22/03/2012. Ano XXV, Nº 9266. Opinião. Pág. 02.

A justificativa de tamanha permanência seria a impossibilidade de restabelecimento de vínculos familiares ou falta de condições do paciente de sair do hospital. Ele se tornou parte do hospital.

Quando em paralelo a ampliação de atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial era anunciada no Piauí, incluindo acolhimento 24 horas por dia (tornando-se CAPS III), em Teresina surgiram debates que puseram em dúvida a resolutividade tanto dos CAPS.

A incapacidade de atendimento dos centros de apoio foi justificada pelo fechamento do Sanatório Meduna em 2010, hospital psiquiátrico fundado por Clidenor de Freitas Santos em abril de 1954, mas que entrou em decadência e desaprovação de funcionamento após inspeções realizadas pelas comissões do Ministério da Saúde, na década de 2000 (Oliveira, 2016).

Sem os 200 leitos do Meduna, os pacientes teriam de ser redistribuídos entre três CAPS, que, segundo as autoridades gestoras, contavam com capacidade de atendimento de mais de 200 pacientes por mês. Ainda assim, a resistência à rede substitutiva não cedeu.

Para onde vão os doentes psiquiátricos? Esta chamada de capa publicada pelo jornal Diário do Povo foi o chamariz para a matéria de página completa com a manchete *Reforma psiquiátrica deve ser complementar e não substitutiva* e subtítulos *Assistência aos pacientes teve grande melhoria* e *CAPS é uma porta de entrada para trata²⁰r*, assinada pela jornalista Juliana Nogueira.

Nesse texto a postura de tratamento da pauta chama a atenção quando o próprio veículo desacredita da luta antimanicomial e coloca as alternativas de tratamento em exclusão como algo suplementar e não substitutivo.

²⁰ NOGUEIRA, Juliana. **Reforma psiquiátrica deve ser complementar e não substitutiva.** Jornal Diário do Povo. Edição do dia 11/07/2010. Ano XXIII, N° 866, Capa e Geral. Pág. 11.

Mais uma vez foram ouvidas autoridades da gestão em saúde e não usuários ou sistema ou seus parentes. Melhorias foram apontadas, como a redução do tempo de internação — de seis meses para 265 dias — e a percepção do CAPS como uma porta de entrada, fazendo atendimentos de 200 a 600 pessoas por mês. Nenhum remodelamento, porém, seria substitutivo para o hospital psiquiátrico em si.

Ou seja, a representação foi a de que a Luta Antimanicomial e a atenção permanente à garantia de direitos das pessoas com transtorno mental no Piauí foram assuntos restritos apenas às autoridades políticas e médicas e uma solução parcial.

Para o povo o espaço de manifestação foi mínimo, por decisões internas ou pressões políticas nos jornais e falta de interesse dos poderes públicos em engajar a população no debate mais amplo, desde 2001.

Não se pode descartar esses fatores, uma vez que a montagem e funcionamento da rede de assistência à saúde mental era um dever do estado, porém, compactuado com os governos estaduais e municipais.

Divulgar mudanças de impacto social, com rupturas e permanências no tratamento da saúde mental da população, foi e ainda é dever jornalístico minimamente conhecido na oficina dos meios de comunicação.

A luta pelo fim da exclusão asilar do doente mental, no entanto, pelas ações e inércias dos poderes públicos e autoridades de saúde, produziram uma representação social da Reforma Psiquiátrica como uma rival da população mais carente. E os jornais, como não apenas traduzem, mas constroem e dão sentido ao que se vive no tempo, contribuíram para isto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

As representações que os três jornais estudados construíram a partir da Reforma Psiquiátrica, negaram a sua força transformadora, pois a abordaram de modo enviesado e em descompasso com a sanção da referida lei, em 2001.

Apenas após um lapso temporal que variou de 4 a 9 anos, a depender do jornal impresso em mãos, é que a expressão “Reforma Psiquiátrica” foi citada pelos impressos estudados.

O problema da loucura foi pautado, mas não associado inicialmente a direitos já previstos em lei. Percebido este fator, encontramos a citada reforma representada como marginal, ou no máximo complementar, em relação ao modelo de hospitalização praticado no Piauí desde 1907, portanto, muito antes da fala de Clidenor de Freitas Santos em 1941.

Por maior que fosse a rede substitutiva, com tratamento e cuidado em liberdade, o Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu continuou referenciado nas pautas e matérias jornalísticas.

A representação maior foi negativa, especialmente para a população mais pobre e dependente do Sistema Único de Saúde, uma vez que a política de redução ou deslocamento de leitos para hospitais gerais periféricos representaram uma nova forma de exclusão.

Com leitos dispostos em hospitais distantes do centro, o acesso ao tratamento para a população pobre ficava ainda difícil. Mesmo em liberdade, o portador de transtorno mental foi, então, marginalizado para locais distantes. São assim as formas renovadas de exclusão. (Jodelet, 2015).

A lei 10.216/2001 foi representada, à guisa de conclusão, sem o impacto positivo que poderia agregar ao portador de transtorno mental, como cidadão com direito a viver livre. A fiscalização dos serviços de saúde mental, com a explicação de quais seriam os responsáveis pela fluidez do atendimento foi mais um silêncio encontrado nas representações.

Um aspecto crucial: a reinserção ao convívio familiar e ao mercado de trabalho foram aspectos da lei quase emudecidos, e quando abordados, referiram-se ao apoio financeiro do governo em forma de bolsa-auxílio, como condição única e suficiente para o retorno ao ambiente familiar.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Frente a um contexto de mudanças, expressões como “doidos”, “colônia”, “doentes” continuam sendo formas válidas de representação, que, dez anos depois, deixaram os textos jornalísticos.

Mudar a forma de conceituar o outro foi, ainda, lenta similar a uma ruptura social que luta contra a sua oposta permanência.

Por fim, como resposta à pergunta norteadora, a operação jornalística de selecionar ou não uma notícia para integrar a edição do dia, nos fez entender que para os três veículos impressos a Lei 10.2016/2001 não iria impactar o povo do Piauí.

Em que pese todas estas circunstâncias possam ser levantadas, a compreensão do compromisso primário de construir a realidade para o bem coletivo não se esvai no jornalismo desde que este se tornou campo e profissão, no início do século XX.

Quando marcos legais viram leis federais de proteção a públicos vulneráveis, como o ocorrido a partir de 2001 com a Lei Antimanicomial, cabe ao exercício jornalístico não considerar apenas a norma, mas questionar o poder que ela representa e a quem este poder é dirigido.

Não há anacronismo nesta busca por representações. Ao contrário, a crítica às representações jornalísticas feitas hoje consideram os contextos representados e vividos por jornalistas em suas épocas, dentro das contingências e possibilidades de um tempo.

Dito de outro modo, no peso das representações percebidas nesta pesquisa, permanece a certeza de que há de se repensar permanentemente os jornais em sua historicidade, bem como a responsabilidade que cada um e cada uma de nós tem nas atitudes que tomamos frente à saúde e especialmente à doença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

ABRASME. Associação Brasileira de Saúde Mental. **Contribuições à Política Nacional de Saúde Mental. Teses da ABRASME.** (2015). Disponível em: https://globaluserfiles.com/media/8589_39432f97d989a441be581f993866f5024fa071f0.pdf/o/teses%20da%20abrasme.pdf. Acessado em 02/08/2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo: edição revista e atualizada.** Lisboa: Edições 70, 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.** Brasília, 2001.

BAUER, Martin W., GASKELL, George, ALLUM, Nicolas C. Qualidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. *In:* BAUER, Martin W., GASKELL, George, ALLUM. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático.** Tradução Pedrinho Guareschi – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 24ª Edição. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUIMARÃES, Humberto. **Para uma psiquiatria piauiense.** Teresina: COMEPI, 1994.

JODELET, Denise. **Loucura e representações sociais.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas – História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* Pinsky, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas.** 2ª. Ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos e Pesquisas em Comunicação: projetos, ideias, práticas.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MEDEIROS, Andréa dos Santos Silva. **Criminosas, loucas e perigosas: um estudo de representações sociais sobre as internas nos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social.** Tradução Pedrinho A. Guareschi. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINAYO, M.C.S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 38ª ed. - Petrópolis: Vozes, 2019.



I CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

OLIVEIRA, Edmar. **A incrível história de von Meduna e a Filha do Sol do Equador.** Teresina: Ed. do Autor, 2016.

PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. **Jornalismo e representações sociais: perspectivas teóricas e metodológicas.** Intertexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 12, p. 1-12, janeiro/junho 2005.

SAID, Gustavo Fortes. **Comunicações no Piauí.** Academia Piauiense de Letras/Convênio Banco do Nordeste. Teresina: 2001.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.

NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS EM 'PÁTRIA HOSTIL': REFLETINDO SOBRE DEMOCRACIA E CONSCIÊNCIA POLÍTICA

 DOI: 10.5281/zenodo.16279832

1. Matheus Giannini Caldas Dantas

1. Doutorando em Artes Cênicas – UFBA, professor de escola pública do RN —
matheusdaheja@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo compartilhar uma prática artístico-pedagógica desenvolvida no contexto escolar por meio da encenação de um espetáculo teatral intitulado Pátria Hostil. Utilizando como metodologia os princípios da autoetnografia, permite-se uma articulação entre o fazer artístico e o percurso pessoal do pesquisador, ao considerar a subjetividade como elemento central. Isso possibilita que o professor-artista-pesquisador investigue suas próprias experiências vividas, memórias e reflexões. Discutindo as relações entre teatro e política a partir de teóricos como Paranhos, Brecht e Boal, o estudo investiga como o teatro pode refletir e debater questões sociais, políticas e culturais. Por fim, esta pesquisa reafirma que metodologias baseadas em experiências pessoais, como as Narrativas (Auto)Biográficas na cena, constituem formas de resistência cultural e histórica, contribuindo para a preservação da memória coletiva e para a construção de uma escola mais democrática, plural e comprometida com os direitos humanos.

Palavras-Chave: Narrativas (Auto)Biográficas; consciência política; empoderamento cultural; democracia.

(AUTO)BIOGRAPHICAL NARRATIVES IN 'HOSTIL HOMELAND': REFLECTING ON DEMOCRACY AND POLITICAL CONSCIOUSNESS

Abstract: The aim of this article is to share an artistic-pedagogical practice developed in a school context through the staging of a theatrical performance entitled Hostile Homeland. Using the principles of autoethnography as a methodology, it allows an articulation between artistic practice and the researcher's personal journey, by considering subjectivity as a central element. This allows the teacher-artist-researcher to investigate their own lived experiences, memories and reflections. By discussing the relationship between theater and politics based on theorists such as Paranhos, Brecht and Boal, the study investigates how theater can reflect on and debate social, political and cultural issues. Finally, this research reaffirms that methodologies based on personal

experiences, such as (Auto)Biographical Narratives on stage, constitute forms of cultural and historical resistance, contributing to the preservation of collective memory and to the construction of a more democratic, plural school committed to human rights.

Keywords: (Auto)Biographical Narratives, political awareness, cultural empowerment, democracy.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa problematizar a montagem do espetáculo “Pátria Hostil”²¹, em um processo artístico com alunos de uma escola pública do RN, utilizando Narrativas (Auto)biográficas em cena, no intuito de estimular a consciência política desses estudantes a expressarem suas experiências pessoais e coletivas através do teatro, abordando questões sociais, políticas e culturais que foram relevantes para suas vidas em comunidade, enfatizando a sua autonomia de reivindicar seus direitos a partir da realidade política que vivenciava²².

No ano de 2018 a escola que é localizada no bairro nobre conhecido como Nova Bethânia estava passando por vários problemas, dentre eles: As péssimas condições de infraestruturas onde não funcionava nenhum ventilador, os salários dos professores que estavam sem os devidos aumentos, os ônibus escolares quebravam constantemente e dificultava a frequência escolar. Deste modo, os alunos e professores resolveram criar uma manifestação para reivindicar publicamente seus direitos e denunciar alguns preconceitos que sofreram.

Durante o ato democrático da manifestação, duas senhoras que saíam de uma clínica, observaram o protesto e começaram a expressar críticas como: "Por isso que o Brasil não vai pra frente", "os professores não querem trabalhar", "os alunos são todos

²¹ Espetáculo desenvolvido no grupo Xique-Xique Mossoró — RN da Escola Estadual professor Abel Freire Coelho.

²² O golpe da prisão de Lula na Operação Lava Jato que era o favorito para as eleições de 2018. Sua prisão provocou intensos protestos e debates sobre sua condenação e direitos políticos. As eleições subsequentes foram marcadas pelo uso generalizado de *fake news* e desinformação, utilizados pelos apoiadores de Jair Bolsonaro, para manipular o debate público e influenciar os eleitores.

vagabundos que aproveitam essa oportunidade para ficar sem fazer nada e a gente que tem que pagar tudo isso", e "fica no meio da rua só fazendo zoadas ao invés de propor uma educação de qualidade".

Figura 1- Colagem da notícia sobre a manifestação com a cena a partir das narrativas das duas senhoras-
Acervo Pessoal (2018)



Fonte- Acervo Pessoal (2018)

Então, a partir desse momento o grupo começou a investigar situações em busca de discutir políticas públicas na perspectiva de uma transformação, tendo como objetivo usar as Narrativas (Auto)Biográficas como uma proposta de defender a democracia e difundir a política dentro da escola pública, onde os alunos/artistas começaram a criar cenas a partir das suas participações em manifestações e dos próprios casos e situações de preconceitos que vivenciaram.

Levando em consideração que o teatro tem a capacidade de abordar temas complexos que fragilizam a democracia, oferecendo um espaço para explorar e debater questões sociais, políticas e éticas de forma reflexiva. Quando levamos para encenação conflitos, dilemas morais e injustiças sobre a realidade do próprio aluno, o teatro revela as fissuras dentro de um sistema democrático, incentivando o público a refletir sobre suas



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

próprias responsabilidades cívicas e sociais. Inclusive o direito de exercer e reivindicar sua democracia.

Para trabalhar a montagem do teatro levamos em consideração a importância da história para discutir política. Que Paranhos (2012) fala sobre a *História, teatro e política* e contextualiza a importância de preservar os fatos históricos que estão acontecendo na nossa sociedade e que o teatro pode ser uma possibilidade de comunicar e proporcionar uma transformação dentro dessa realidade, na perspectiva de fazer com que o público tenha uma tomada de consciência política.

Assim como durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), as artes se tornaram instrumentos de resistência e expressão democrática contra um regime repressivo que impunha censura e perseguição política, à artistas de diversas linguagens, como teatro, música, cinema, literatura e artes plásticas, encontraram maneiras criativas de desafiar as normas estabelecidas. O teatro, por exemplo, foi palco de peças que confrontavam diretamente a repressão e incentivavam reflexões sobre a democracia e os direitos humanos, fortalecendo as lutas democráticas e contribuindo para a construção de uma identidade nacional plural e engajada.

Diante da ocasião e contexto que estávamos vivenciando de censura, e associando às falas de opressão, preconceito, machismo, sexismo, xenofobia e elitismo que se tornaram virais em 2018, propomos uma ruptura através do teatro, reivindicando nosso direito à liberdade de expressão. Partindo da diversidade do nosso grupo, composto por jovens das periferias e incluindo diversas comunidades, como povos originários, a população negra e LGBTQIAPN+.

Ao analisarmos o diálogo entre as duas senhoras que observavam a manifestação, surgem diversas problematizações a partir das questões sociais e políticas contemporâneas. A polarização ideológica manifestada nas críticas das senhoras aos manifestantes, ao rotular "professores que não querem trabalhar" e "alunos vagabundos", suscita uma reflexão sobre as condições reais de trabalho dos educadores e os estereótipos prejudiciais que podem influenciar políticas públicas e percepções sociais. Essas críticas evidenciam uma percepção equivocada que não reconhece o

potencial dos protestos em gerar mudanças substanciais na qualidade da educação e na sociedade em geral. A partir disso, criamos um diálogo sobre educação, desigualdades sociais e formas de engajamento cívico, aspectos essenciais para a construção de políticas públicas inclusivas e eficazes que atendam às necessidades da comunidade escolar e da sociedade como um todo.

Ou seja, a construção do espetáculo conseguia abordar o contexto histórico que o nosso país estava vivendo de uma pré-campanha recheadas de *fake-news* no qual um dos candidatos se apropriava delas para ser eleito, realizava constantemente discursos de ódio, discriminação e preconceito com os grupos sociais no qual os alunos faziam parte. E o teatro foi a maneira que utilizamos para problematizar essas discussões relacionadas às políticas públicas e o empoderamento dos alunos. (MARQUES; PESSOA; MARTINO, 2022), no Artigo '*Relatos, histórias, testemunhos: modalidades da produção de narrativas autobiográficas a partir de seu contexto político e situacional*', abordam reflexões sobre as narrativas em forma de autobiografia e sua expansão em diversas modalidades que são entrelaçadas no contexto político.

Relatar a si mesmo tem uma dimensão político-afetiva marcada por duas propriedades principais: i) a construção, aprimoramento e domínio de uma linguagem e um vocabulário próprio para moldar seu próprio mundo e as possibilidades que vêm com ele; ii) a oportunidade de exercer a auto-expressão e a escuta, situando a importância do outro na constituição do relato de si. Essa segunda dimensão, comunicacional e relacional, traz diante de nós o tema de como nos deixamos tocar pelos outros, pela alteridade, permitindo-nos uma abertura ao acolhimento e reconhecimento do outro e de nosso próprio eu. (Idem, p.39)

Dessa forma, o teatro proporciona domínio em relação aos conhecimentos desta linguagem artística no ato da expressão, oferecendo um espaço que favorece a reflexão sobre a construção narrativa na interação com o outro. Constitui-se como uma ferramenta viável a ser explorada nas complexidades das Narrativas (Auto)Biográficas, possibilitando a expressão artística e a análise crítica do eu em relação ao contexto político.

OBJETIVO

Este artigo tem como objetivo principal compartilhar uma prática artístico-pedagógica desenvolvida no contexto escolar, por meio da encenação de um espetáculo teatral intitulado *Pátria Hostil*, cuja estrutura dramatúrgica foi construída a partir das vivências dos próprios alunos e professores. A proposta metodológica fundamenta-se no uso das Narrativas (Auto)Biográficas como estratégia para o ensino de Teatro, promovendo a escuta ativa, a valorização das memórias individuais e coletivas, e a transformação dessas experiências em material cênico. Busca-se, assim, refletir sobre como o teatro pode contribuir para o fortalecimento da consciência política e da cidadania crítica no ambiente educacional, ao incorporar histórias reais como ponto de partida para a criação artística e para a discussão de temas urgentes como preconceito, exclusão e resistência cultural.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizo os princípios da autoetnografia como abordagem metodológica, por compreender que esta permite uma articulação entre o fazer artístico e o percurso pessoal do pesquisador. A autoetnografia considera a subjetividade como elemento central, permitindo que o professor-artista-pesquisador investigue as suas próprias experiências vividas, memórias e reflexões, com o intuito de destacar questões culturais, sociais e políticas que atravessam o processo criativo no campo das Artes Cênicas.

A partir dessa perspectiva, a construção do espetáculo *Pátria Hostil* é analisada como um processo que emerge da escuta e da valorização das Narrativas (Auto)biográficas dos alunos, articuladas com as vivências do próprio pesquisador em sala de aula. Tal prática metodológica está alinhada ao que propõem Jones *et al* (2013, p. 53), ao afirmarem que:

O método da autoetnografia propõe a pesquisa social numa prática ainda menos alienadora, em que o pesquisador não precisa suprimir sua subjetividade, pois pode “refletir nas consequências do [seu] trabalho, não só para os outros, mas



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

para [si] mesmo também, e onde todas as partes – emocional, espiritual, intelectual, corporal, e moral – podem ter voz e serem integradas”.

Ao aplicar essas abordagens na pesquisa acadêmica em Artes Cênicas, promove-se uma prática consciente e comprometida, na qual cada dimensão do ser – emocional, intelectual e política – contribui para uma leitura mais sensível da realidade. Assim, amplia-se a compreensão das complexidades identitárias e culturais envolvidas na criação cênica e na formação de sujeitos críticos dentro da escola.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao iniciar as discussões deste artigo, é importante destacar que o ensino de Arte, especialmente no contexto escolar, demanda metodologias que promovam o envolvimento crítico, estético e cultural dos estudantes. Nesse sentido, a prática pedagógica aqui apresentada foi orientada por uma proposta significativa de ensino, respaldada na abordagem triangular proposta por Barbosa (1997). Que pode ser desenvolvida por meio de três eixos interligados: em primeiro lugar, o aluno é levado a contextualizar e compreender a história e os fundamentos do fazer artístico; em segundo, passa a refletir criticamente por meio da apreciação estética das obras; e, por fim, exerce sua própria criatividade por meio da produção artística.

Para implementar essa abordagem no contexto da criação do espetáculo *Pátria Hostil*, foi necessário que os alunos tomassem consciência da realidade política e histórica em que estavam inseridos, relacionando essas vivências à linguagem teatral inspirada no teatro épico de Brecht (2005). Essa concepção brechtiana propõe um distanciamento entre atores e espectadores, criando um espaço para a reflexão crítica, tanto sobre o conteúdo social apresentado quanto sobre os elementos estéticos da cena.

A relação entre estética e política no teatro é fundamentalmente interligada, onde a estética teatral vai além da apresentação visual, englobando todas as escolhas artísticas que moldam a experiência estética do espectador. No contexto político, o teatro utiliza sua estética para subverter narrativas dominantes, desafiando representações

estereotipadas e ampliando vozes marginalizadas. Além disso, a estética teatral questiona estruturas de poder ao revelar contradições sociais e emocionais através de cenários, figurinos e linguagens cênicas que intensificam o impacto das mensagens políticas. Como ferramenta de resistência, o teatro emprega inovações estéticas para contornar censuras e transmitir mensagens subversivas, promovendo conscientização e mobilização social.

Nesta perspectiva, utilizamos a estética do Teatro Pobre de Grotowski (1987), aproximando-o dos imaginários sociais, com ênfase nas ações físicas dos atores. Durante o encontro teatral, ao colocar corpos vivos e experiências pessoais no centro da narrativa, resistimos à desumanização e buscamos inspirar autenticidade na performance. Isso estabelece uma conexão significativa com o público e fomenta o engajamento crítico ao assistir ao espetáculo "Pátria Hostil" e dialogar sobre os temas abordados.

Vale destacar que essa experiência que vivenciei como professor de Artes e diretor do grupo de teatro da escola, só foi viável, pois tínhamos uma sala de laboratório disponibilizada para os ensaios, e a gestão escolar oferecia alimentação para todos os alunos do grupo permanecerem na escola durante o horário do almoço, reconhecendo a importância do teatro na escola e seu potencial transformador. Essas condições de trabalho dignas facilitaram o desenvolvimento do projeto, diferente de muitas outras escolas que trabalhei.

Dentro do processo de criação, o grupo teve que compreender que o que chamamos de teatro político não é fazer política na cena de modo a "ser panfletário", mas compreender que podemos nos posicionar e elaborar uma experiência social a partir dela. Sendo assim todo espetáculo foi construído através do processo cênico vivenciado dentro do laboratório e sua construção dramaturgica que se deu a partir das Narrativas (Auto)Biográficas dos alunos com os contextos culturais nos quais estavam inseridos.

Tudo isto vem facilitar ao teatro uma aproximação, tanto quanto possível estreita, com os estabelecimentos de ensino e de difusão. Pois, embora o teatro não deva ser importunado com toda a sorte de temas de ordem cultural que não lhe confirmam um caráter recreativo, tem plena liberdade de se recrear com o ensino ou com a investigação. Faz com que as reproduções da sociedade sejam válidas e capazes de a influenciar, como autêntica diversão (Brecht, 2005, p.136-137).

Era nítido a diversão dos alunos durante a apreciação estética do espetáculo e nos diálogos entre alunos/Artistas e alunos/espectadores que abordavam as formas pelas quais o espetáculo os tocou, sobre as aproximações das histórias que estavam em cena com as histórias da sua vida. Boa parte dos alunos destacavam apenas pontos positivos sobre o espetáculo, talvez por medo de ter uma nota baixa atribuída, porém quando recebemos os pontos que foram negativos, tivemos a oportunidade de refletir e tentar solucionar, entretanto todos os alunos reconheciam a importância de discutir aqueles temas encenados.

Boal (2008) no teatro, aborda sobre a construção da realidade como ato político e comum aos seres humanos que são construídos coletivamente através do diálogo e das discussões para uma possível emancipação e transformação social. Ele afirma que todo artista tem que tomar posição e usar o teatro como uma arma.

O teatro é uma arma. Uma arma muito eficiente. Por isso, é necessário lutar por ele. Por isso, as classes dominantes permanentemente tentam apropriar-se do teatro e utilizá-lo como instrumento de dominação. Ao fazê-lo, modificam o próprio conceito do que seja o “teatro”. Mas o teatro pode igualmente ser uma arma de libertação. Para isso, é necessário criar as formas teatrais correspondentes. É necessário transformar (Idem, 2008, p. 13).

O teatro pode ser a arte que revela nossa identidade e uma arma que a preserva. E para isto acontecer é necessário lutar em busca de uma nova realidade que possibilite uma unificação humana através da força do teatro. O sentido que associamos o espetáculo “Pátria Hostil” como arma foi para mostrar que naquelas cenas os alunos/artistas se armaram de conhecimentos antirracista, antipreconceitos, antigordofóbico para propor uma reflexão coletiva que era aprofundada no debate com os alunos/espectadores.

Uma vez que o papel político das artes, especialmente do teatro, é promover uma democracia que garanta a vida e os direitos de todas as pessoas, proporcionando um diálogo crítico na construção de novas narrativas, desconstruindo as injustiças e ampliando a conscientização pública para fortalecer o compromisso com um estado de direito que proteja a dignidade e os direitos humanos. Portanto, ao permitir que os alunos compartilhem suas histórias e perspectivas, o teatro capacita os espectadores, que fazem

parte da sociedade, a exigir mudanças positivas e a construir um futuro mais justo e equitativo para todos.

Com relação aos alunos/espectadores, eles são equipados com conhecimento e reflexão ao assistir ao espetáculo, onde questões como racismo, preconceito e gordofobia são problematizadas. Após o espetáculo, proporciona-se um espaço de diálogo no qual os alunos/espectadores têm a oportunidade de compartilhar suas contribuições e relacionar suas próprias experiências pessoais com as cenas apresentadas. Esse processo fortalece a consciência crítica dos participantes e os capacita a aplicar esses *insights* em suas vidas, promovendo assim uma reflexão mais transformadora sobre as questões sociais abordadas.

Em um dos laboratórios para criação do espetáculo, uma das atrizes que disse que seu sonho desde criança era poder desfilir na escola como *Miss*, mas a turma a ridicularizava, faziam chacota (motivada por gordofobia) e nunca deram a oportunidade dela desfilir pelo simples fato dela ser gorda e a turma sempre escolhiam as meninas que tinham o corpo padrão magro de modelo para desfilir. Emocionada, disse que apenas durante o São João os alunos insinuavam para ela desfilir como rainha da pamonha porque era gorda.

A partir desta experiência em laboratório tivemos a ideia de realizar seu sonho de poder desfilir como uma miss no palco. A cena “sociedade gordofóbica” abordava a quebra dos padrões corporais estabelecidos em concursos de belezas e a atriz em questão criou o texto a partir das suas Narrativas (Auto)Biográficas sobre os preconceitos que sofreu na sua vida e reproduzimos literalmente para que as pessoas ouvissem e vissem o que ela sofria sozinha.

A cena era composta por três personagens: a apresentadora do concurso que chamamos de Sociedade, a concorrente nº1 a “padrão” e a concorrente nº2 a “gorda”. A Sociedade apresentava o desfile com as frases preconceituosas que a atriz gorda ouvia.

Figura 2- Cena da sociedade gordofobia



Fonte-Acervo pessoal (2018)

A teatralidade e dramaturgia presente nesta cena mostrava a raiva dentro dessas falas enquanto a Sociedade sorria ao realizar falas gordofóbicas, o público também acompanhavam, até chegar um momento que o riso passou a ser desagradável e a Sociedade revela o quão preconceituosos somos e que fazemos aquilo não só com pessoas gordas, mas também com pessoas que fujam do padrão heteronormativos e deixa subentendido ao realizar o preconceito em cena a urgência de não reproduzir.

Nesse mundo de rancor e ódio, trancos e barrancos, a Bondade é uma invenção humana — não nasce espontânea como flor silvestre. Tem que ser ensinada e aprendida..., mas o ser humano é mau professor e pior aluno. Esta é a nossa vasta, imensa tarefa: temos que nos afastar da nossa natureza selvagem e criar uma cultura em que a bondade seja possível e a solidariedade gozosa. (Boal, p 85. 2009)

Sendo assim, torna-se necessário criar uma cultura de bondade que respeite o outro independentemente de qualquer circunstância. Ao ler isso, pode-se pensar que "isso todo mundo sabe!", mas na realidade é bastante comum alunos do ensino médio

fazerem esse tipo de comentário. No entanto, o trabalho com as narrativas autobiográficas dos próprios alunos facilitou uma reflexão e sinalizou um novo posicionamento, considerando o respeito. Destaco ainda a necessidade de discutir políticas na escola, onde a arte pode ser uma ferramenta importante na busca pela transformação da realidade e na formação de seres humanos para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

A experiência com a criação do espetáculo Pátria Hostil evidenciou o potencial do teatro como ferramenta de escuta, denúncia e transformação social no contexto escolar. Ao utilizar as Narrativas (Auto)Biográficas como eixo metodológico, os alunos foram incentivados a revisitar e expressar suas vivências, transformando suas histórias pessoais em material estético e político. Essa abordagem valorizou a subjetividade dos estudantes e fortalece sua consciência crítica voltada à justiça social.

A prática pedagógica foi ancorada em referenciais como Brecht, Boal e Grotowski, que permitiram compreender o teatro como um espaço formativo e de embate simbólico. A relação entre estética e política se mostrou fundamental para a construção de cenas que problematizam preconceitos, desigualdades e outras contradições da sociedade contemporânea.

O apoio institucional – com infraestrutura adequada e sensibilidade da gestão – demonstrou como políticas públicas voltadas à valorização das artes podem contribuir diretamente para a formação de sujeitos críticos e conscientes. Ao dar voz às comunidades marginalizadas por meio da cena, o teatro exerceu seu papel de denúncia, conscientização e resistência.

O grupo de teatro Xique-xique Mossoró atuou como agente de transformação social, despertando emoções e provocando debates sobre temas urgentes. Em tempos de apagamentos e retrocessos democráticos, fazer teatro na escola, com e para os alunos, revela-se um ato político de escuta, coragem e esperança.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Por fim, esta pesquisa reafirma que metodologias baseadas em experiências pessoais, como as Narrativas (Auto)Biográficas, constituem formas de resistência cultural e histórica, contribuindo para a preservação da memória coletiva e a construção de uma escola mais democrática, plural e comprometida com os direitos humanos.

Financiamento: Sem Financiamento

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, A. M. (Org.). **Arte-Educação: leitura no subsolo**. São Paulo: Cortez, 1997.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas** (8ª Ed.). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Teatro como Arte Marcial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRECHT, B. **Escritos sobre Teatro**. Buenos Aires: Lauro Ediciones. 2005.

GROTOWSKI, Jerzy. **Em busca de um teatro pobre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

JONES, S. H.; ADAMS, T. E.; ELLIS, C.; OLIVEIRA, M. A. O.; JARAMILLO, N. J. **Handbook of autoethnography**. Coleção Queer. Walnut Creek: Left Coast Press, 2013. 736 p.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; PESSOA, Sônia Caldas; MARTINO, Luis Mauro Sá. **Relatos, histórias, testemunhos: modalidades da produção de narrativas autobiográficas a partir de seu contexto político e situacional**. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 14, n. 32, p. 22-40, maio/ago. 2022.

PARANHOS, Kátia. (org). **História, teatro e política**. São Paulo/Belo Horizonte: Boitempo/FAPEMIG, 2012, 248p.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

RETRATAR, REINICIAR E RETERRITORIALIZAR: DESCOLONIZANDO PELO AFETO A EXPERIÊNCIA DIGITAL ALGORITMICAMENTE CONFIGURADA

 DOI: 10.5281/zenodo.16279840

1. Lia Beatriz Teixeira Torraca
2. Edna Lúcia Tinoco Ponciano

1. Pós-doutoranda em Psicologia e Doutora em Direito – *metaffectus@gmail.com*
2. Pós-Doutora e Doutora em Psicologia – *ednaponciano@uol.com.br*

Resumo: A crise de COVID-19 evidenciou desafios de uma vida desterritorializada, conforme Pierre Lévy entende os processos de virtualização dos corpos, sejam eles de sujeitos ou objetos. Embora a virtualização permita a criação e manifestação de novas formas de afetos, os desafios emergem de um roteiro configurado algoritmicamente pelas plataformas de mídia social, responsáveis por um novo modelo de poder estabelecido a partir da modulagem perceptiva e calibragem afetiva do sujeito/usuário. O padrão comportamental do sujeito/usuário é o principal dado capturado artificialmente para alimentar os sistemas de configuração algorítmica das plataformas de mídias sociais. A regência dos algoritmos por meio do extrativismo digital revela a atualização da estética colonialista, denominada por Nick Couldry e Ulises Mejias como *data colonialism*. Com base em uma pesquisa qualitativa, buscamos compreender a experiência de jovens usuários na plataforma *Instagram*, com o objetivo de construir e oferecer estratégias descolonizadoras a partir da investigação sobre a atuação dos afetos nas relações gerenciadas por algoritmos. Por meio de grupos de discussão com jovens, participantes e atendidos pelo laboratório DERA-UERJ, pretende-se reconhecer e construir estratégias articuladas à experiência fotográfica e às novas formas de produção de imagens. Será apresentada proposta de educação, financiada pela FAPERJ, voltada para o visual digital, e ancorada na Teoria dos Afetos de Silvan Tomkins, como suporte teórico-metodológico, em associação ao método fenomenológico de Maurice Merleau-Ponty.

Palavras-Chave: Afeto; Fotografia; Colonialismo de Dados; *Instagram*.

PORTRAY, RESTART, AND RETERRITORIALIZE: DECOLONIZING THE ALGORITHMICALLY CONFIGURED DIGITAL EXPERIENCE THROUGH AFFECT

Abstract: The COVID-19 crisis has highlighted the challenges of a deterritorialized life, as Pierre Lévy understands the virtualization processes of bodies, whether subjects or



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

objects. Although virtualization allows the creation and expression of new forms of affect, it also brings challenges that emerge from a script configured algorithmically by social media platforms, responsible for a new model of power based on the perceptual modulation and affective calibration of the subject/user. The behavioural pattern of the subject/user is the primary data artificially captured to feed the algorithmic configuration systems of social media platforms. The regency of algorithm through digital extractivism reveals a colonialist aesthetic update, called by Nick Couldry and Ulises Mejias as data colonialism. Based on qualitative research, we seek to understand the experience of young users on *Instagram*'s platform, to construct and offer decolonizing strategies based on investigating the role of affects in relationships managed by algorithms. Through focus groups with these young users, members and the public served by DERA-UERJ's Lab, the aim is to identify and build strategies, articulated with photographic experiences and new forms of image production. It will present an educational proposal, supported by FAPERJ, focused on digital visuals and anchored in Silvan Tomkins's Theory of Affect, in association with Maurice Merleau-Ponty's phenomenological method.

Palavras-Chave: Affect; Photograph; Data Colonialism; *Instagram*.

INTRODUÇÃO

Se a primeira crise pandêmica do século XXI nos surpreendeu com uma infinidade de dúvidas, ela evidenciou uma certeza: passamos a viver virtualmente nossas crises. Nossa atualidade é regida por um novo regime estético imposto por outra relação espaço-temporal, responsável por tornar ainda mais complexa a maneira como nos relacionamos, como lidamos com as imagens e com aquilo que imaginamos. São novas formas de produzir imagens e construir realidade a partir da desterritorialização do sujeito, conforme Pierre Lévy (2017) entende o processo de virtualização de sujeitos e objetos. Um processo que se reflete na criação de múltiplas afetividades e na abertura de novos quadros de vulnerabilidade gerados algoritmicamente.

As experiências virtuais gerenciadas pelas plataformas de mídias sociais são experiências consideradas estéticas por configurarem perceptiva e afetivamente seus usuários. Uma configuração estética mediada por algoritmos. Esta mediação algorítmica

expressa uma nova forma de controle social, caracterizada pela atualização da estética colonialista. As projeções dos padrões afetivos dos usuários das plataformas de mídias sociais retroalimentam uma cadeia de programações, revelando-se verdadeira rede de afetos. Apesar de ser uma conexão em massa, esta é arregimentada individualmente, a partir da desorganização afetiva dos usuários dessas plataformas. Essa conexão é gerenciada por interesses, privados e/ou públicos, e modelada pelo extrativismo digital. Um fenômeno nomeado por Nick Couldry e Ulises Mejias de *data colonialism* (2019), responsável por capturar regimes democráticos e imprimir um novo alinhamento político em nível global.

Considerando que os algoritmos só constroem padrões sem serem capazes de rompê-los, e suas programações são em grande medida projeções do comportamento dos seus usuários, programá-los poderia gerar novos padrões comunicativos entre usuários das plataformas de mídias sociais. Espaços que continuam regidos por protocolos obscuros, responsáveis por configurar esteticamente em níveis profundos seus usuários. Esta pesquisa propõe a reprogramação de padrões comunicativos na plataforma *Instagram* como alternativa descolonizadora para a experiência de jovens usuários nesses espaços, fundamentada em estudos sobre percepção, afeto e imagem. Uma pesquisa que recorre à experiência estética, em especial a experiência fotográfica, utilizando o formato de grupo focal, em razão do seu caráter transdisciplinar. Um modelo metodológico que permite a observação do comportamento dos jovens usuários na plataforma *Instagram* e dos afetos que emergem nas relações comunicativas deste público nesses espaços.

Uma proposta desenvolvida junto aos integrantes e ao público atendido pelo Laboratório DERA-UERJ, sob a supervisão da Professora Edna Ponciano, a partir da experiência fotográfica e das novas formas de produzir imagens. Um projeto financiado pela FAPERJ, ancorado na Teoria do Afeto desenvolvida por Silvan Tomkins, tanto como suporte teórico quanto referencial metodológico, associado ao método fenomenológico Merleau-Pontyano.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

OBJETIVO

Este projeto de pesquisa tem como objetivo compreender a experiência de jovens na plataforma *Instagram*, buscando construir e oferecer estratégias para a descolonização das experiências desses jovens usuários. Uma pesquisa qualitativa estruturada a partir da investigação da atuação dos afetos nas relações algoritmicamente gerenciadas por esse modelo de negócio. Uma proposta articulada a partir da experiência fotográfica e das novas formas de produzir imagem que fazem parte do espectro da Pós-Fotografia, de acordo com o entendimento de Joanna Zylińska (2023; 2020), e outros autores que investigam a Fotografia mediada por inovadoras tecnologias.

Para atingir tal objetivo, pretende-se observar e analisar esta hipótese junto ao DERA, criado e coordenado pela segunda autora, Professora Associada do Instituto de Psicologia da UERJ, Edna Ponciano, supervisora deste projeto de pesquisa. O projeto, recém iniciado, encontra-se na primeira etapa, composta por levantamento bibliográfico, busca por clusters em computação afetiva e *AI Art*, acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo DERA-UERJ, com ênfase na observação da relação dos seus integrantes e do público atendido pelo laboratório, na condição de usuários da plataforma *Instagram*. Vale ressaltar que o foco nesta etapa é a observação e análise sobre a percepção a respeito do tema “colonialismo de dados”, como também a observação e análise dos afetos emergentes nas dinâmicas desenvolvidas e centralizadas na experiência fotográfica e propostas em grupos focais. Uma proposta que, secundariamente, pode contribuir para a regulação emocional desses jovens, principal objetivo das pesquisas desenvolvidas pelo DERA-UERJ.

METODOLOGIA

Com base em uma pesquisa qualitativa, pretendemos associar dois métodos de pesquisa: o método fenomenológico Merleau-Pontyano e a metodologia proposta por Silvan Tomkins, relacionada às manifestações dos afetos. O processo fenomenológico de pesquisa pretende uma descrição direta da experiência do sujeito perceptivo, aquela

experiência vivida e diária, daquilo que afeta o sujeito, suas sensações, suas imagens mentais e suas lembranças.

Neste sentido, insta salientar que se trata de uma investigação empírica, teórica, descritiva e propositiva, com o objetivo de restabelecer as relações de poder entre os usuários e as plataformas de mídia social que vêm impondo um modelo colonialista por intermédio do extrativismo digital. Entende-se por pesquisa empírica a intenção de codificar a face mensurável da realidade social, como também interpretar a objetividade da realidade cultural, não perdendo de vista a proposta de realizar “ações transformadoras durante o percurso da investigação ou avaliações que se realizem para a constituição de novos rumos para a realidade social” (GUSTIN, 2010, p. 40). Afinal, consoante José de Souza Martins, “a interferência interpretativa do pesquisador se dá no desvendamento das conexões entre o visível e o invisível, entre o que chega à consciência e o que se oculta na alienação da própria vida social” (2017, p. 14). Diante desta perspectiva, o papel do pesquisador vai além da produção de conhecimento, defende Martins: “ao entrar na realidade investigada interage e, ao interagir, altera necessariamente o conhecimento do senso comum referencial das populações estudadas” (Ibid., p. 14); sem desprezar o fato da informação obtida restar contaminada pela presença do pesquisador, enfatiza o autor.

A Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty localiza a experiência no centro da investigação, na qual os afetos e a emoção se configurariam como importantes substratos de observação, pois, segundo o filósofo, elas poderiam “nos ensinar a relação viva daquele que percebe com seu corpo e com seu mundo” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 281). O método de Merleau-Ponty carrega a potência da ampliação de perspectiva do sujeito, oferecendo caminhos para sua transformação estética, ou seja, a possibilidade de alterar sua percepção e organização afetiva, o que se reflete nas relações comunicativas. Por intermédio de uma fenomenologia da percepção, é possível observar como se constrói a realidade, descrever a experiência perceptiva do sujeito e os reflexos nos padrões comunicativos, tanto em nível individual quanto em nível coletivo.

O método Merleau-Pontyano é um convite àquilo que é essencial na percepção: abrir-se a um outro e sair de si (Ibid., p. 571), dispondo o corpo no centro desta relação com o mundo. Um método capaz de promover autorrevoluções a partir da síntese perceptiva, permitindo ao sujeito ampliar sua capacidade estética: sua capacidade perceptiva e afetiva. Um processo que se dá por intermédio de outra subjetividade, o que implica a reconfiguração estética do sujeito por meio da percepção do *outro*. Essa reconfiguração se reflete na maneira do sujeito – perceptivo — em perceber o mundo, sentir e atuar neste *outro* mundo. É a partir dessa experiência que se estabelece aquilo que o filósofo definiu como “comunicação verdadeira” (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 39). Uma comunicação fundada nos elementos da descrição do mundo percebido, da síntese de um mundo fotografado.

A Teoria dos Afetos de Silvan Tomkins (1962; 1963) se aproxima da concepção fenomenológica de Merleau-Ponty, à medida que permite a observação e a análise da experiência estética artificialmente configurada, levando em consideração a complexidade dos afetos gerados e mediados algoritmicamente. A metodologia desenvolvida por Tomkins foca na observação das experiências afeto-perceptivas, possibilitando abranger essa observação às experiências estéticas virtualizadas. Sua teoria oferece um método para descrever o processo de construção de realidade a partir da imagem, que na concepção do autor é um roteiro, um *script* ainda não escrito por aquele que percebe – o sujeito perceptivo. Este roteiro é o mundo percebido pelo sujeito que, segundo Tomkins, é uma imagem (1962, p.13). Um mundo cada vez mais experimentado virtualmente, uma imagem cada vez mais produzida artificialmente. Esta concepção metodológica torna possível observar e analisar a experiência estética artificialmente configurada, considerando a complexidade dos afetos gerados nesses espaços.

A partir desta associação metodológica, acreditamos que seja possível encontrar novas formas de descolonizar a experiência do sujeito/usuário e as relações estabelecidas no *Instagram*, e outras mídias sociais com regime estético semelhante, considerando que essa plataforma é um espaço radicalmente imagético, originalmente pensado como *medium* para compartilhamento de experiências fotográficas. Uma

proposta transdisciplinar, como devem ser encaradas as estratégias para a garantia dos Direitos Humanos, compreendida em toda sua complexidade, tal como sugere Edgar Morin (2015), e outros autores que propõem alterações nos padrões comunicativos e, assim, tornar possível interferências e mudanças no sistema social a partir de diferentes perspectivas e experiências. Trata-se, portanto, de abordagem fundamentada nos estudos sobre percepção, afeto e imagem.

Nesta primeira etapa do projeto, a observação dos jovens integrantes e aqueles atendidos pelo Laboratório DERA-UERJ, será por meio de grupo focal, como forma de subsidiar a pesquisa de pós-doutoramento, supervisionada pela segunda autora. Pretende-se com a integração desta técnica metodológica para pesquisas qualitativas, um entendimento apurado sobre a percepção dos participantes em relação à geração dos afetos por meio de novas tecnologias, como também aspectos conexos deste novo regime estético – colonialista – imposto aos usuários pelas plataformas digitais, seja de mídia, no caso em tela é o *Instagram*, ou de produção de imagens, levando em consideração a utilização de plataformas de geração de imagem por inteligência artificial generativa. Por intermédio desta técnica, acreditamos seja possível apurar em que medida as experiências fotográficas mediadas por inteligência artificial generativa são capazes de promover a reconfiguração estética do sujeito, atuando como *medium* de resistência ao obscuro gerenciamento dos algoritmos da plataforma *Instagram*. Esperamos que os resultados obtidos com a técnica de grupo focal possam auxiliar na construção de estratégias descolonizadoras e, assim, introduzir o projeto de educação para o visual digital artificialmente configurado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA / RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de pesquisa é fundamentado nos conceitos de virtual de Pierre Lévy (2007), afeto neutro de Silvan Tomkins (1962; 1963; 2020), e *data colonialism* de Nick Couldry e Ulises Mejias (2019). Uma proposta pensada a partir da experiência fotográfica e as novas formas de produzir imagens.

O conceito de virtual formulado por Pierre Lévy nos provoca a pensar sobre uma nova sensibilidade estética que surge com a desterritorialização dos corpos, tanto do sujeito quanto do objeto, submetidos a outra dimensão espaço-temporal. Segundo Lévy, a virtualização implicaria a desterritorialização do corpo, seja do sujeito ou do objeto, abrindo a possibilidade de erigir quadros coletivos da sensibilidade, intrinsecamente vinculados à percepção (2007, p. 107). No trânsito de virtualização, o sujeito acaba por transformar-se naquilo que entende como “mundo” (Ibid.), um “mundo banhado de sentido e emoção” (Ibid.). O sujeito desterritorializado, na concepção de Lévy, é um sujeito afetivo (Ibid.), cuja percepção pode ser alterada pela virtualização, o que se refletiria em sua configuração estética. Os afetos, segundo Lévy, seriam responsáveis por atualizar o virtual. Esta atualização provocaria a eclosão de novos tipos de afetos, o que poderia ser considerada uma inventividade afetiva (Ibid., p. 108). Essa inventividade afetiva não só faz parte do imenso jogo afetivo que produz a vida social, conforme salienta Lévy (Ibid.), mas é capaz de promover a *reterritorialização* dos corpos e das relações a partir de uma nova sensibilidade estética, na qual o afeto neutro, definido adiante, ganha protagonismo.

A eclosão de novos tipos de afetos nos permite observar a manifestação de outras formas de afeto neutro relacionadas à atuação dos algoritmos, a partir da concepção de Silvan Tomkins. Apesar de ser pouco estudada no Brasil, a teoria desenvolvida por Silvan Tomkins é essencial para observarmos este fenômeno. Vale ressaltar que Tomkins foi um psicólogo visionário e antecipou algumas questões que têm emergido com o desenvolvimento – assustadoramente rápido – da inteligência artificial (TOMKINS, 1963). Não por acaso, Rosalind Picard (1995; 1997), precursora da computação afetiva, teve Tomkins como um dos seus referenciais quando introduziu este conceito à comunidade acadêmica.

A Teoria dos Afetos construída por Tomkins ratifica a importância dos afetos, localizados no centro da vida humana. Sua teoria oferece uma perspectiva contemporânea sobre o conceito de afeto, sem desconsiderar as construções teóricas tradicionais de Aristóteles e Spinoza sobre estética e afeto. Seus estudos se concentraram em temas como consciência, sentimento, ideias e imagens, relacionadas ao sistema

afetivo (FRANK, 2020). O autor preconizou igualmente a consciência no regime receptivo e responsivo do indivíduo, o que é decisivo para a questão dos estudos em imagem. Um caminho que ele acreditava ser possível para a evolução do sistema afetivo. Tomkins buscou entender a relação entre consciência e emoções, a regência dos afetos nos comportamentos e na formulação dos padrões comunicativos (1962,1963). Sua teoria considera o sistema motivacional primário como o sistema afetivo (Ibid.). É a partir desta perspectiva que se estabelece a observação sobre a unidade biológica como fonte de impacto motivacional, o que só ocorre quando amplificada pelo sistema afetivo (Ibid.).

O mundo percebido na concepção de Tomkins é aquele apreendido a partir de um roteiro não escrito pelo sujeito que percebe. O afeto é a essência do ato perceptivo. O comportamento do sujeito é uma projeção de sua organização afetiva em todas as dimensões espaço-temporais. A percepção, portanto, é responsável pelas imagens que o sujeito constrói, sobre aquelas que ele imagina. Sem desprezar que na produção das imagens, reside a possibilidade de se promover estigmatizações e mi(s)tificações; possibilidade que resta potencializada pela interferência dos algoritmos.

Tomkins dividiu os afetos entre positivos, negativos e neutros. Surpresa é o único afeto neutro, atuando como um *reset button*, capaz de reiniciar as experiências afetivas do sujeito para criar outras experiências e formular novas imagens, produzir outra realidade. O afeto surpresa agiria como o afeto reiniciador, que nesta proposta de pesquisa é o elemento observado e analisado nas relações configuradas algoritmicamente, capaz de alterar padrões e reprogramá-los, além de recalibrar a organização afetiva do usuário. O afeto neutro seria o *medium* capaz de reiniciar nossa experiência estética virtual e interferir no regime colonizador imposto pelas mídias sociais. O *resetting affect*, conforme Tomkins denominou o afeto neutro, oferece a possibilidade da quebra de estereótipos e da formulação de outras imagens e produção de outros sentidos, ou seja, a reterritorialização das relações sociais.

Todo o querer e não querer do sujeito, seja positivo ou negativo, seu relatório de propósitos, ou seja, sua *Imagem*, de acordo com Tomkins, são principalmente experiências estéticas, repercutindo no seu comportamento e no ambiente. Essas

experiências comprovariam o poder da imagem como resistência por meio da imersão mente-corpo na imagem, quando a imagem fluida perde o referencial e acaba substituindo a própria realidade sobreposta, conforme defende Català Domènech (2005; 2011).

A experiência estética permite ao sujeito reimaginar o mundo. A experiência fotográfica é uma experiência estética que carrega a capacidade de transformar o mundo a partir da potência imaginativa – e criativa – do sujeito. O virtual potencializa a capacidade de (re)imaginar do sujeito, amplificando a experiência estética desterritorializada. A percepção está localizada no centro da experiência estética e porta a faculdade de conceber relacionada ao corpo. O canal perceptivo é responsável pelos afetos projetados no corpo, essencial na experiência estética. É através do canal perceptivo que temos acesso ao sensível, permitindo ao sujeito afetar e ser afetado. A experiência estética oferece a possibilidade de ampliação do canal perceptivo através de outras lentes e outros corpos, criando a oportunidade de produzir novas imagens e romper com outras imagens. Considerando que o virtual se constitui em uma rede de afetos, que a organização afetiva do sujeito é projetada no espaço digital por meio do seu comportamento, não é difícil concluir como estamos, coletivamente, gerando complexidade ininterruptamente e, assim, abrindo o tempo e espaço para infinitas possibilidades de ampliação do canal perceptivo e ativação do sensível.

A experiência estética é responsável por provocar a imaginação do sujeito, permitindo estabelecer novos padrões comunicativos. O afeto encontra-se inserto no próprio ato de perceber. É o afeto responsável por atuar radicalmente e transformar o olhar em ação. É no trânsito do olhar para o agir que o sujeito tem a oportunidade de se comprometer com aquilo que ele vê, com o percebido. Este comprometimento gera outros padrões de comunicação despertados pelos afetos e capaz de múltiplos contágios afetivos, o que é amplificado no universo virtual.

Um universo controlado pelas grandes empresas de tecnologia, as *Big Techs*. Ainda que a dinâmica da virtualização torne possível a geração de múltiplas afetividades, ela permite a abertura de novas vulnerabilidades quando é gerenciada algoritmicamente

pelas plataformas de mídias sociais. Este gerenciamento se estabelece a partir de um modelo de negócio opaco e que insiste em manter obscuros alguns protocolos impostos aos seus usuários, imprimindo uma nova forma de controle social por intermédio dos algoritmos. Um novo modelo de poder fundamentado no extrativismo digital, responsável por atualizar a estética colonialista. Este fenômeno foi nomeado por Nick Couldry e Ulises Mejias como *data colonialism* (2019), responsável por nos realinhar ideologicamente.

Os algoritmos são capazes de identificar padrões sobre os dados projetados pelos próprios usuários nas plataformas de mídias sociais. O principal dado capturado é o comportamento do usuário nesses espaços, imprescindível para abastecer e treinar os algoritmos dos sistemas das plataformas de mídia social. É a partir da identificação dos padrões comportamentais do usuário que os algoritmos passam a programar sua experiência estética nas plataformas. São as projeções dos padrões afetivos dos usuários que retroalimentam a cadeia de programações gerenciadas pelas plataformas de mídias sociais; isto significa modular a percepção deste usuário e calibrar sua organização afetiva em níveis profundos, constituindo programações estéticas que buscam atender aos interesses, públicos e/ou privados das plataformas de mídia social.

Descolonizar as experiências dos usuários dessas plataformas passa pela reprogramação dos padrões comunicativos nesses espaços. Uma possibilidade criada por intermédio do acoplamento dos afetos neutros articulados algoritmicamente, ou seja, o acoplamento dos afetos complexos (TORRACA, 2024). Os afetos complexos são os afetos neutros virtualizados, termo inspirado pelo Pensamento Complexo de Edgar Morin (2015). Ao sofrerem a interferência de algoritmos, sejam algoritmos mediadores ou generativos, os afetos complexos assumem duas modalidades: afetos virtuais e afetos artificiais (TORRACA, 2024). O afeto complexo seria o agente capaz de interferir nas experiências digitais colonizadas pelas empresas de tecnologia, responsáveis por lotear o espaço público desterritorializado. O acoplamento dos afetos complexos permitiria ao usuário reiniciar sua experiência estética nessas plataformas. Este reinício possibilitaria a alteração dos afetos sobre a imagem projetada e a interferência nas relações algoritmicamente programadas. Uma alternativa para além das mídias sociais.

Considerando que os algoritmos mediadores utilizados pela plataforma *Instagram* só identificam e constroem padrões, sem serem capazes de rompê-los, e que as programações algorítmicas são em grande medida projeções do comportamento dos jovens nesses espaços, acredita-se seja possível ao próprio usuário reprogramar sua experiência neste espaço virtual. Ainda que a mediação algorítmica da plataforma *Instagram* permita a interferência nos processos de visibilização, identificando seletivamente a estética visual que “merece” ser vista, revelando o viés no treinamento dos dados, o que é identificado como injustiça algorítmica; esta mesma mediação algorítmica permite ao usuário criar alternativas para driblar o controle imposto pelas mídias sociais.

Apesar do regime *datacolonial*, é o próprio sentido da arte, aquele gerado em razão da criatividade, que nos permite pensar novas formas de imaginar por intermédio dos algoritmos. É nossa capacidade de criar que nos permite descolonizar! A criatividade está intrinsecamente relacionada aos processos afetivos (ELGAMMAL, 2019). A capacidade criativa do sujeito se expressa por intermédio do afeto neutro. A surpresa é um afeto que se manifesta por meio das experiências estéticas, responsáveis por expressar nossa criatividade e revelar nossa potência criativa.

A plataforma *Instagram* foi projetada para gerar surpresa e, por consequência, fazer emergir o afeto neutro no sujeito *instagramável*: o afeto virtual (TORRACA, 2024). Já os algoritmos generativos de imagens oferecem uma nova forma de afeto complexo, o afeto artificial (Ibid.), estabelecido a partir de uma relação comunicativa entre usuário e algoritmos, conforme Elena Esposito (2022) observa o fenômeno. Em conformidade com a conceituação de Esposito, os algoritmos generativos assumem o papel de “parceiros comunicativos” em uma comunicação artificial. A autora defende que, atualmente, não há uma forma artificial de inteligência, mas uma forma artificial de comunicação, na qual os algoritmos atuam como parceiros nesta relação comunicacional com os humanos, tornando ainda mais complexas as interações entre máquinas e humanos, e entre os próprios humanos. Sob uma perspectiva Luhmanniana, Esposito defende que os algoritmos assumiriam o protagonismo nesta nova relação comunicacional, cuja relevância estaria relacionada à independência desses novos atores na compreensão e

gerenciamento de dados quando comparada à capacidade humana, como também as habilidades dos algoritmos na parceria estabelecida com os humanos, em especial nas práticas comunicativas de produção e circulação de informação, independentes do que na atualidade seja considerado como inteligência, considerando ainda que este novo interlocutor não é capaz de entender o conteúdo, significado e nem interpretar, como é comum aos humanos (Ibid.).

É possível afirmar que nossa relação com esses novos parceiros comunicativos é configurada pelo afeto surpresa, tal como pensado por Tomkins. Não por acaso, o algoritmo generativo da Open AI, o Dall-E 2, inicia esta relação comunicativa com “*surprise me*”. Os algoritmos generativos assumiram o papel outrora desempenhado pela câmera fotográfica, ou como um atualizado *apparatus* Flusseriano, agindo como outro corpo capaz de produzir diversas formas de ver, transformar o ver em olhar, o olhar em agir, ou seja, a própria essência da palavra afeto. A mesma capacidade da câmera fotográfica para interferir em nossa percepção sobre a realidade, sobre aquilo que entendemos do mundo, possibilitando construir outras realidades, imaginar outros mundos, é transferida aos algoritmos generativos. Por conseguinte, podemos afirmar que a inteligência artificial generativa (GenAI) é a atualização do *apparatus* Flusseriano.

Além dos algoritmos generativos se comportarem como ferramenta de geração de imagens, eles se apresentam como um novo *medium* de produção de memória, tal como observado por Lévy (2007, p. 97) em relação à câmera fotográfica acoplada ao virtual, em sua dimensão indireta. Os algoritmos generativos se comportam como uma máquina de perceber que funciona no nível direto e estende o alcance do campo visual para transformar a natureza das percepções do usuário, conforme Joanna Zylińska (2023) entende a interação entre a inteligência artificial e o atual momento da fotografia, nos ajudando a pensar sobre o futuro desse modo de perceber o mundo, de construir realidade. A interação com a GenAI é responsável por modificar a relação do sujeito perceptivo com o mundo, com o tempo e o espaço em um nível que é difícil afirmar se são os algoritmos que estão transformando o mundo humano ou sua maneira de percebê-lo e imaginá-lo, tal como Lévy observará a atuação da câmera fotográfica digital (2007, p. 97).

Enquanto os algoritmos generativos de imagens permitem uma comunicação direta, os algoritmos que atuam na plataforma *Instagram* evidenciam os problemas do usuário em ser mediado algorítmicamente, ou seja, quando a comunicação se estabelece indiretamente. Alguns dos algoritmos utilizados pelo *Instagram* foram – e continuam a ser – treinados para identificar padrões dos usuários na plataforma e capacitados para configurar suas experiências, customizando-as conforme objetivos e interesses que geralmente não são os mesmos deste usuário “programado”. São algoritmos responsáveis por determinar aquilo que vemos, mostrar aquilo que consideram relevante para os nossos interesses, moderar conteúdos postados, reconhecer nossas imagens, tomando em consideração fatores tais como relevância, oportunidade, engajamento, temporalidade e histórico comportamental; além daqueles algoritmos que permanecem desconhecidos pela maioria dos usuários ante à falta de transparência das *Big Tech* que dominam o mercado digital.

Contudo, quando o usuário acopla as imagens geradas por GenAI à estética *instagramável*, se estabelece uma interferência no regime de visualidade da plataforma de mídia social, justamente pela manifestação dos afetos complexos observáveis neste acoplamento. Este acoplamento reflete uma nova forma de *punctum* na experiência fotográfica. O *punctum* é o afeto, como observaram Walter Benjamin (2013; 2017) e Roland Barthes (2015). É o *punctum* que desperta a emoção e pode interferir na nossa configuração afetiva e perceptiva; neste caso, um *punctum* gerado artificialmente, que carrega potência descolonizadora por intermédio dos afetos neutros denominados como *complexos*, característicos da era dos afetos. Uma era configurada algorítmicamente.

Acreditamos que a Fotografia permita aos jovens usuários do *Instagram* reescreverem seus roteiros, que na perspectiva de Tomkins são imagens. A experiência fotográfica faz possível modificar a percepção sobre uma imagem comunicada como realidade e produzir outra realidade mediada pelo afeto. A experiência fotográfica permite a ampliação do campo de visão do sujeito – *instagramável*, não só a partir daquilo que o sujeito vê, mas sob a perspectiva do outro. É por este motivo que Vilém Flusser defendia que os fotógrafos agem por intermédio da experiência fotográfica (FLUSSER, 2011, p. 35). Para Flusser, o resultado da atividade do fotógrafo “não serve para ser



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

consumido, mas para informar” (Ibid.). Informar implica a ampliação da perspectiva do sujeito, permitindo estabelecer novos padrões comunicativos e, assim, pavimentar uma educação para o visual digital algoritmicamente configurado. Uma educação que pode promover a regulação emocional de jovens, como preconiza Ponciano (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto “Retratar, Reiniciar e Reterritorializar: descolonizando pelo afeto a experiência digital algoritmicamente configurada”, submetido pela primeira autora e supervisionado pela segunda autora, foi selecionado pela comissão organizadora do Edital nº 17/2024 – Pós-Doutorado nota 10 – FAPERJ, iniciado em fevereiro de 2025. Com este projeto, buscamos oferecer alternativas para a descolonização da experiência do jovem sujeito/usuário da plataforma *Instagram* e, portanto, a emancipação deste público, considerando sua condição de vulnerabilidade diante da incompletude de seu desenvolvimento psíquico. Uma proposta desenvolvida junto aos integrantes e público atendido pelo DERA-UERJ. Uma alternativa que pretende promover a educação para o visual digital, cada vez mais configurado algoritmicamente pelas plataformas de mídia social, caracterizando-se naquilo que Couldry e Mejias denominaram como *data colonialism*.

A estratégia de descolonização proposta neste projeto foi estruturada a partir do conceito de afeto neutro de Silvan Tomkins e deposita essa possibilidade no acoplamento dos afetos complexos (TORRACA, 2024), ou seja, experiências estéticas que acoplem o afeto virtual, aquele afeto manifestado na mediação dos algoritmos que atuam em plataformas como o *Instagram*; e o afeto artificial, aquele gerado na interação entre sujeito e o algoritmo generativo de imagem (Ibid.). O acoplamento dos afetos complexos permitiria ao sujeito reescrever o seu roteiro, modificar suas imagens, recriar o mundo percebido, o que é a tradução dos processos descolonizadores. Possibilidade criada por intermédio das novas formas de produzir imagem, de pensar a Fotografia, de vivenciar as experiências estéticas, de conhecer e compreender os afetos a partir dos processos de



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

virtualização para, então, poder produzir estratégias que consigam proteger o usuário de mídias sociais, como a plataforma *Instagram*.

Partindo da observação sobre a intensificação da complexidade gerada na interação entre sujeito e algoritmos e no acoplamento entre duas modalidades de afeto complexo, e da potência descolonizadora deste acoplamento, acreditamos seja possível construir experiências estéticas que promovam a emancipação do jovem sujeito/usuário *instagramável*. Uma possibilidade que permitiria gerar novos padrões de comunicação para além desta plataforma de mídia social, ainda regida por protocolos obscuros e responsáveis por embaçar e formatar a percepção dos jovens usuários. Um modelo de negócio que imprime a atualização da estética colonialista, responsável por configurar perceptiva e afetivamente seus usuários, integrados em uma complexa conexão de dados e redes de afetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, R. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BENJAMIN, W. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, Coeditado pela Livraria Duas Cidades, 2013.

_____. **Estética e sociologia da arte**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CATALÀ DOMÈNECH, J. **La Imagen Compleja: la fenomenologia de las imágenes em la era de la cultura visual**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.

_____. **A forma do real**. São Paulo: Summus, 2011.

COULDRY, N. e MEJIAS, U. **The Costs of Connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalismo**. Stanford: Stanford University Press, 2019.

ELGAMMAL, A. e MAZZONE, M. **Art, Creativity and the Potential of Artificial Intelligence**. MDPI Arts, 2019. Special issue on The Machine as Artist (for the 21st.Century).



I CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

ESPOSITO, E. **The Artificial Communication: how algorithms produce social intelligence.** Cambridge: The MIT Press, 2022.

FLUSSER, V. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia.** 1. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

FRANK, A., WILSON, E. **A Silvan Tomkins Handbook Foundations for Affect Theory.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2020.

GUSTIN, M. [et.al.]. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática.** 3. ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2010.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo, Editora 34, 2007.

MARTINS, J. **Sociologia da fotografia e da imagem.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

__. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PICARD, R. **Affective Computing.** M.I.T Media Laboratory Perceptual Computing Section Technical Report No. 321, 1995.

__. **Affective Computing.** MIT Press, 1997.

__. **Affective Computing for HCI.** M.I.T Media Laboratory, 1999.

PONCIANO, E. e BRITO, E. **Corpo, mente e self: uma articulação teórica com foco na regulação emocional.** Psicologia em Pesquisa, Volume 15, 2021, e31043. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v.15.31043>.

TOMKINS, Silvan. **Affect Imagery Consciousness – Volume I – The positive affects.** New York, Springer Publishing Company, 1962.

__. **Affect Imagery Consciousness – Volume II – The negative affects.** New York, Springer Publishing Company, 1963.



I CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

___, e MESSICK, S. eds. **Computer Simulation of Personality: Frontier of Psychological Theory**. New York: John Wiley, 1963.

TORRACA, L. **Antropofagia Afetiva: a colonização dos afetos complexos**. *Convergências: Estudos Em Humanidades Digitais*, 1(04), 1-21. <https://doi.org/10.59616/cehd.v1i4.957>

___, **La Potence des Affects : entre les affects virtuels et les affects artificiels**. Apresentação Oral. In: Colloque Humanistica, 2024, Meknès, Maroc.

ZYLINSKA, J. **The Perception Machine: Our Photographic Future between the Eye and AI**. Massachusetts: The MIT Press, 2023.

___, **AI ART: machine visions and warped dreams**. London: Open Humanities Press, 2020.

___, **Perception at the End of the World, or How Not to Play Video Games**. New York: Flugschriften, 2020.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

PSICOLOGIA POLÍTICA E REFLEXÕES SOBRE O IDADISMO

 DOI: 10.5281/zenodo.16279842

1. Pedro Augusto Dinelli Garcia Cruz

1. Professor do curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá, Resende-RJ; Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); *pdacruz888@gmail.com*

Resumo: O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise do idadismo, considerado uma forma de preconceito e de discriminação tendo como base as idades da vida, partindo de uma concepção política da psicologia em uma perspectiva transdisciplinar. Com a metodologia de pesquisa bibliográfica, buscamos compreender tal problemática e possibilidades de atuação profissional. Sendo assim, desenvolvemos este estudo de modo concomitante apresentando conceituações e reflexões sobre o idadismo e a Psicologia Política e, posteriormente, possibilidades de atuação profissional em prol de uma vida afirmativa frente às diversidades existenciais.

Palavras-Chave: Psicologia; Política; Idadismo.

POLITICAL PSYCHOLOGY AND REFLECTIONS ON AGEISM

Abstract: The present study aims to analyze ageism, considered a form of prejudice and discrimination based on age, from a political conception of psychology within a transdisciplinary perspective. Through a bibliographic research methodology, we seek to understand this problem and possibilities for professional intervention in the face of it. Thus, we developed this study concomitantly, presenting conceptualizations and reflections on ageism and Political Psychology, and subsequently, possibilities for professional action in favor of an affirmative life in the face of existential diversities.

Keywords: Psychology; Politics; Ageism.

INTRODUÇÃO

A idade pode ser considerada um dos principais marcadores de diferença dentro de nossas sociedades, sendo uma das primeiras características que observamos em outras pessoas. Destacamos a idade como dimensão constitutiva de nossa identidade.

Ficaríamos espantados caso alguém dissesse que não sabe sua idade. Valorizamos quando uma criança consegue além de seu nome, dizer a sua idade. Nos registros documentais e em múltiplos contextos, somos indagados sobre a data de nascimento, e dela nos lembramos constantemente pela importância dada no campo social ao dia de aniversário.

Não somente na chamada vida privada, as idades também estão escritas na história e na sociedade. As formações políticas, jurídicas, sociais e culturais, também são baseadas na instituição das faixas etárias, o que torna muitas vezes inconcebível sua não existência nos atuais modos de vida.

Tal realidade e constatação não se configura de forma conformista, e sim como ponto de partida para uma atitude crítica e propositiva da psicologia. Se por um lado, em nossas sociedades, as idades configuram-se como indispensáveis, por outro, a instituição delas como determinantes das etapas da vida pode trazer consigo acontecimentos problemáticos.

As idades podem se apresentar de forma substancial e determinista, originando hierarquias, sobreposições e uma lógica desenvolvimentista da vida humana. Em muitos casos, uma concepção evolucionista do existir, o que as tornam segregadoras, reducionistas, geradoras de atitudes preconceituosas, violentas e opressoras nas diferentes, porém complementares, dimensões da vida. Esse fenômeno pode ser percebido nos ambientes, nas instituições, nas relações sociais e nos modos de sentir, pensar e agir.

É com base nos argumentos apresentados que o presente trabalho tem como objeto de estudo o idadismo, realizando ao mesmo tempo uma denúncia e a apresentação de reflexões e pistas para responder a tal problemática.

O idadismo pode ser entendido a partir de uma concepção finalista da existência: cada idade, dentro desta concepção, passa a ser entendida como destinada a determinadas formas de sentir, pensar, agir e se relacionar no mundo. Tais maneiras, conseqüentemente, passam a ser divididas e hierarquizadas originando estereótipos, preconceitos e discriminações.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

A realidade idadista se apresenta em uma escala global. Portanto, para que possa ser compreendida, problematizada e conseqüentemente respondida a partir de estratégias de resistência a esse impetuoso movimento, necessitaremos de horizontes éticos e políticos na psicologia, o que nos aproxima de uma perspectiva transdisciplinar deste plano de conhecimento.

É por esta via que propomos o encontro da Psicologia com a Política. Se por um lado, estas foram historicamente separadas, cada uma com um objetivo específico de estudo — a psicologia com a interioridade e a política com as formações exteriores aos indivíduos — o que origina uma concepção dicotômica, por outro, é possível uma concepção indissociável destas a partir uma articulação que combina análises psicológicas e contextualizações do campo político.

Sendo assim, temos como proposta explicitar de modo concomitante a concepção de uma psicologia política e o funcionamento da lógica idadista em nossa sociedade, para que posteriormente possa ser pensando maneiras de efetuação da vida contra os problemas decorrentes de tal realidade.

OBJETIVO

O principal objetivo deste estudo é refletir de forma crítica e propositiva sobre os desdobramentos do idadismo em nossa sociedade, partindo de uma perspectiva transdisciplinar que possibilita uma concepção política da psicologia. Desta forma, apresentamos uma concepção política do ser, compreendendo-o como correlato ao campo de forças existenciais. Tal perspectiva nos leva a trabalhar com a concepção da produção de subjetividade para identificar como a instituição das etapas da vida através das idades se desdobra historicamente em uma lógica idadista. Denunciar este acontecimento e demonstrar os efeitos negativos na qualidade de vida se tornam necessários no referido contexto. Por fim, objetivamos apresentar pistas para novas composições sociais e modos de sentir, pensar e agir que transgridam tal realidade, rompam com a lógica identitária e afirmem as diferenças existenciais.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada para realização deste estudo é qualitativa, com base no método da pesquisa bibliográfica em um referencial transdisciplinar. Desta forma, tivemos o foco na compreensão dos conceitos e significados que atravessam a temática de estudo, buscando e investigando sistematicamente produções teóricas em diferentes, porém complementares, campos do conhecimento.

Importante ressaltar que no horizonte transdisciplinar os objetos de estudo não existem a priori. Como campos problemáticos de investigação, eles são criados, atravessados por muitas intersecções. Neste sentido, o que existe são meios para buscar em diferentes campos do conhecimento aplicabilidade criativa, forçando o ato de leitura como apropriação inventiva (Ulpiano, 2013).

Desta forma, a efetivação da pesquisa bibliográfica se deu após definirmos os objetivos deste estudo. Em um primeiro momento nos dedicamos ao entendimento do idealismo, buscando compreender sua definição, características e consequências institucionais, sociais e subjetivas. Porém, tornou-se necessário de forma antecipada, uma concepção do ser enquanto relacional e constituinte, e não como substância constituída, o que nos levou em direção aos estudos em um plano de convergência entre psicologia e política.

Sendo assim, partindo das temáticas descritas acima, encontramos produções bibliográficas em diferentes áreas do saber: na filosofia, nas ciências humanas e sociais, na política e na literatura. Realizamos leituras, resenhas, fichamentos de diferentes obras, livros e artigos científicos, para coleta de dados e, posteriormente, discursamos sobre os resultados e apresentamos propostas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo de minhas atividades profissionais no campo da psicoterapia individual e em grupo, atuando como psicólogo em unidades públicas de saúde mental, assim como meus engajamentos políticos e produções educacionais na escola regular e em

universidades — como educador social e professor –, me deparei com diferentes situações e distintas possibilidades interpretativas da complexa existência humana.

Dentre essas, destacam-se concepções que tradicionalmente abordam a realidade vital e as possíveis problemáticas emocionais, mentais e relacionais oriundas do âmbito individual, podendo ser analisadas como dissociáveis do plano sócio-histórico no qual estão inseridas. Tal perspectiva não considera os circuitos afetivos da vida coletiva, os valores e as lógicas regulamentares da sociedade.

O não contentamento com tais formas conceptivas me impulsionou a procura por produções teóricas que fornecessem pistas para uma compreensão não reducionista dos seres humanos, que os pensasse em termos de multiplicidade. Buscamos, portanto, referências bibliográficas que superassem o discurso tradicional da Psicologia, que demonstra dificuldade em aprender com o múltiplo, com o diverso. Historicamente, pensam o sujeito atrelado a domínios particulares e intimistas, interpretando-os à parte do mundo, e não como parte deste.

Na busca por pistas compreensivas para além dos domínios tradicionais, nos deparamos com a possibilidade de estudos transdisciplinares da Psicologia. O campo de estudos da transdisciplinaridade é a perspectiva da multiplicidade: quanto mais encontros fizermos, mais potente seremos (Rauter, 2015). Tal perspectiva nos permite (e até nos convoca) explorar regiões de vizinhança da psicologia com outros saberes, tais como as ciências sociais, a filosofia, as artes e as literaturas, dentre outros. A referida atitude permite o encontro e a construção de novas possibilidades, analisadores e estratégias.

Dentre os encontros oriundos desse movimento exploratório transdisciplinar, essenciais para o desenvolvimento deste estudo, ressaltamos primordialmente o ocorrido com o filósofo holandês Baruch de Espinosa (1632-1677). Tal acontecimento foi fundamental para minha produção acadêmica e prática profissional, mas também para meu desenvolvimento enquanto ser humano.

Na filosofia de Espinosa, é afirmado uma causalidade imanente em que nada se dissocia de seus efeitos. Esta afirmação impossibilita qualquer tipo de transcendência,

dualismos e dicotomias, assim como um entendimento da realidade como multi-substancial que origina análises individualizadas, estagnadas e polares, fortemente presente na lógica tradicional do campo da psicologia.

O princípio imanente e a afirmação de uma única natureza para todas as coisas (Espinosa, 2009) nos fornece um interessante campo perceptivo que abre possibilidades operacionais na práxis psicológica, seja por uma ideia diferenciada sobre a constituição do humano ou por novas possibilidades nas relações entre saberes e produção de conhecimento. Ao que se refere ao humano, este é concebido em uma perspectiva relacional, bem como os saberes, como frutos de um mesmo plano.

De forma diferenciada, não encontramos no pensador do século XVII uma concepção de sujeito no sentido tradicional do termo. Na perspectiva de Espinosa, não há um sujeito como ser cognoscente que apreende o real à sua maneira ou nos limites de suas possibilidades, bem como não seria possível modelos universais de representação e percepção das coisas.

A partir de Espinosa, o sujeito não está dado de saída: ele se constitui a partir das relações formadas. Por isso, torna-se mais oportuno falarmos de subjetividade, na medida em que tal ideia guarda conexão com o processo de constituição subjetiva, e não com faculdades universais e interiores ao indivíduo.

Pensar a partir das subjetividades, envolve a concepção de um conjunto de relações e de afetos oriundos dos imensuráveis encontros, das composições e decomposições em vida, o que nos leva neste estudo uma análise das formações subjetivas e dos modos de produção delas.

É por esta via que concebemos importante uma concepção sobre a subjetividade correlacionada constantemente com o que está em sua volta, como decorrentes das ações das forças, dos movimentos, dos fluxos (Hur, 2019). Neste sentido, Félix Guattari (1992) argumenta que a subjetividade, às vezes entendidas como individualidades, são produzidas por diversos fatores interconectados, incluindo o meio ambiente, as relações sociais e as instituições coletivas.

Não há vida sem relações de forças ou desprovidas de relações de poder, conforme afirma Foucault (1996). Portanto, nos coube uma avaliação, no sentido ético e não moral (Deleuze, 2010), do modo pelo qual as relações se estabelecem e os processos de subjetivação ocorrem, e quando estes se apresentam como mortificações, deflagrá-las, denunciá-las e, de modo propositivo, criar estratégias de resistência e afirmação da vida.

Dentre as forças e relações de poder que atravessam os modos de subjetivações contemporâneos, encontramos um conjunto de afetos (Espinosa, 2009), ideias e comportamentos oriundos da instituição das faixas etárias, ou seja, referentes às idades e como estas originam e produzem uma lógica idadista em nossa sociedade. A idade é uma forma de percepção interna, sendo entendida como interior ao sujeito, como consciência de sua etapa e identidade temporal e introspectiva. Contudo, a idade é também coletiva e social — isto é, gravada no cotidiano e em narrativas históricas, que quase sempre apresentam critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência.

Em nossa vida cotidiana, escutamos falas que demonstram a dimensão individual, mas também social e coletiva, de tal efetuação interpretativa humana: “Existe idade para tudo”, “Melhor idade”, “Pior idade”, “Idade mais difícil”, “Idade para morrer”, “Ainda não tenho idade”, “Não temos mais idade”, “Maioridade”, “Menoridade”, entre tantas outras verbalizações que podem nos servir de análise. Tais falas cotidianas, tão naturalizadas entre nós, necessitam ser concebidas como inseparáveis dos circuitos políticos aos quais estão inseridas e não podem ser concebidas como uma realidade universal e atemporal.

Um indivíduo do século XVI ou XVII ficaria espantado com as exigências deste modo de identificação a que nos submetemos com naturalidade (Aryes, 2012). Sendo assim, se faz necessário desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um único aspecto (Veyne, 1982). Usando uma metáfora popular, utilizada em diferentes análises e campos de conhecimento da Psicologia, seria interrogar “a parte oculta do iceberg”, onde no submerso, encontramos uma lógica discriminante, reducionista e opressora: a qual chamamos de idadismo.

Tal problemática surge quando a idade é usada para categorizar e dividir as pessoas por atributos que causam danos, desvantagens ou injustiças, e minam a

solidariedade intergeracional. Traz consigo uma predisposição do substantivo, se tornando elemento discriminatório, taxativo, designado, findado a atingir algum fim, tendo um porquê, para quê e como existir. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2022):

O idadismo tem consequências graves e de longo alcance para a saúde, o bem-estar e os direitos humanos da população. Para pessoas idosas, o idadismo está associado a uma menor expectativa de vida, pior saúde física e mental, recuperação mais lenta de incapacidade e declínio cognitivo. O idadismo piora a qualidade de vida das pessoas idosas, aumenta seu isolamento social e sua solidão (ambos os fatores estão associados a graves problemas de saúde), restringe sua capacidade de expressar sua sexualidade e pode aumentar o risco de violência e abuso contra as pessoas idosas. (OMS, 2022 p.8)

No idadismo, a idade apresenta o sujeito como fadado a se efetuar em estereótipos, a performar as normatizações sociais que fazem referência a sua faixa etária, categoricamente, gerando perdas, desvantagens, sofrimento psíquico e injustiças diversas. Sustenta-se a partir da discriminação que está relacionada aos comportamentos — incluindo ações, práticas e políticas – que são dirigidas às pessoas com base na idade que têm.

Sendo assim, este acontecimento pode ser visto a partir dos surgimentos de categorias, e estas estão vinculadas às práticas de controle, normatização e disciplinarização dos indivíduos, sendo criadas para configurar-se como etapas da vida (Simão, 2013). Portanto, seriam determinantes dos modos de existir.

No idadismo, os estereótipos que as pessoas têm sobre a idade podem orientar as inferências que fazem sobre outras pessoas com base em números que supostamente são capazes de quantificar a vida. Inclui-se nesse campo, capacidades físicas e mentais, competências sociais, crenças políticas e religiosas. Tais inferências podem levar a generalizações excessivas que consideram que todas as pessoas de uma determinada idade são iguais e devem se comportar de forma definida e ajustada.

Retomando ao nosso dia a dia, escutamos generalizações sobre as idades que as colocam e limitam dentro de camadas como as faixas etárias, fazendo surgir enunciados como: “As pessoas idosas são frágeis”, “Crianças não devem ter o direito de escolher”, “Adolescentes são rebeldes” ou que “Os mais jovens são materialistas, preguiçosos e

impacientes”, e ainda sendo possível pensar outras intersecções como raça, classe e gênero em articulação, produzindo e perpetuando sistemas de opressão e dominação (hooks, 2019). Neste sentido, o idadismo também pode interagir com outros “-ismos”, como o sexismo, o capacitismo e o racismo, e, portanto, exacerbar as desvantagens, nutrindo sistemas de opressão.

Esses enunciados estariam atrelados a um modo de definição da categoria humana que parte de uma temporalidade linear: o tempo cronológico, apontado por Deleuze (2000). A partir dessa definição, é produzida uma classificação da vida sob critérios de idades, comportamentos, aspectos físico-biológicos e culturais, ou o que se descreve como biocronologia, na qual mudanças biológicas produzem formas de estar no mundo. Por esta via que as idades podem ser pensadas como apresentadas por Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), a partir de definições universais e a-históricas, na qual mudanças biológicas produzem formas de estar no mundo comuns a cada uma das faixas etárias.

Nesse encadeamento, a própria produção das categorias é atravessada por uma lógica de controle e aniquilação do diferente, e na medida em que afirma essa universalidade, homogeneidade e unicidade, produz formas de controle daquilo que é diferente, daquilo que escapa à norma e ordenação da vida (Barbosa; Bicalho, 2014). Em suma, são processos que afirmam padronizações de comportamentos, bem como de modos de vida (normatizações e normatizações, respectivamente) e atribuem àquilo que está fora dessa ordem uma lógica punitiva ou patologizante.

Fazendo uso da fórmula apresentada por Deleuze e Guattari (1995), a respeito do racismo, diríamos que o idadismo procede por determinação e distância de desvio. Crianças, assim como a juventude e velhice, são concebidos em função do rosto do adulto. Este, por sua vez, estaria presente no topo da lógica desenvolvimentista e cronobiológica, referência para todas as outras idades e faixas etárias, sendo comparadas e definidas em graus de distanciamento do rosto adulto. Tal acontecimento pode ser denominado de adultocentrismo.

As referidas práticas comparativas e de definição excluem a diferença e a multiplicidade, além de despotencializar a diversidade através de preconceitos. Estes só são possíveis por trazerem consigo uma compreensão finalista da existência (Espinosa,

2009), fazendo surgir lógicas existenciais manifestadas em prol de um suposto destino, implacável.

Desta forma, não podemos interpretar o caráter geral da existência nem pela concepção de 'finalidade', nem pela de 'unidade', nem mesmo pela de 'verdade' (Nietzsche, 1988). Categorias marcadas pela 'finalidade', pela 'unidade' e pela homogeneização do 'ser', pelas quais damos um valor ao mundo, são retiradas por nós – e, deste modo, o mundo tem o caráter de uma coisa sem valor.

O que propomos? Esquecer as idades? Não. Talvez nem mesmo seja possível, por mais que na savana africana, a idade já se demonstrou uma noção bastante obscura, algo não tão importante a ponto de não poder ser esquecido (Aryes, 2012). Mas afirmamos a necessidade, e a potência, de aberturas, diferentes perspectivas e, como apontado por Krenak (2019), de desvios e novas possibilidades compreensivas podem estar presentes em diferentes epistemologias.

Porém, o que pretendemos nesse exercício reflexivo é denunciar as idades, colocando em questão os critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência, segundo uma temporalização biográfica linear. Problematizar idades, desnaturalizá-las, nos permite novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais (Pinheiro, 2015).

Nos agenciamentos com a poesia é possível reconhecer o desassossego (Pessoa, 2015), a irreverência, a alegria e a seriedade, a subversão de normas com as quais não estamos de acordo. Na construção poética confrontam-se os caminhos de busca da liberdade e da felicidade, ultrapassando contornos.

Neste sentido, pensar em uma revolução, uma mudança social macropolítica e macrossocial, também envolve a produção de subjetividade, o que deverá ser levado em conta por movimentos de emancipação: micropolíticos. A tentativa de controle social, através da produção de subjetividade se choca com fatores de resistência consideráveis, processo de diferenciação permanente que podemos chamar de “revolução molecular”, modos de subjetivação originais e singulares, processos de singularização subjetiva (Guattari, 2011).

Neste sentido, tomamos a prática psicológica como uma ação política, na medida em que se estabelece como modo de ação e relação micropolíticas (Abreu; Coimbra, 2005). Com isso, as intervenções na psicologia envolvem invenções de vida, possibilitadas pelas transformações nas condições de ser e estar no mundo das pessoas (Deleuze, 2015). Propomos desconstrução coletiva, como modo de resistência e exercício de criação de trajetórias de vida singulares (Castro, 2013).

Os encontros possibilitados pela prática em psicologia, produzem uma atividade política de fabricação de outros modos de viver e se relacionar com o que compõe esta existência (Gondar, 2019). Para tanto, pensamos em uma atividade em que a vida seja afirmada como múltipla, plural, polifônica, e onde os limites não estejam mais relacionados a signos que indicam formas de viver, a imperativos morais que atrapalhem a experimentação. Falamos de uma Psicologia onde a intervenção é sempre política.

Sendo assim, tal operacionalização, como exposto por Passos e Barros (2000), deve envolver a transversalização e se apresentar num duplo registro: por um lado, um sujeito com sua história, sua forma identitária, suas verdades e memória. Essa perspectiva acolhe também, por outro lado, um processo de subjetivação em curso que vai serializando pelas frestas das formas, lá onde o intempestivo se apresenta, impulsionando a criação.

Para que este possa se efetuar, torna-se necessário uma nova leitura do tempo sem finalidade, sem unidade. É necessário dessubstancialização, criar uma relação com o tempo, com o devir. O tempo Aion é interno, afetivo, circular, um tempo ressoante. Aion é o “não-tempo”. Através deste movimento torna-se possível instaurar novos agenciamentos, outros afetos, outros corpos, outras subjetividades (Rolnik, 2011).

Como dito por Manoel de Barros, “Tudo que não invento é falso”. Desta forma, acreditamos ser possível estratégias para ultrapassar limites e reducionismos das idades. Para isso, estas precisam ser problematizadas de maneira a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais, o que torna possível, como dito anteriormente, pensar a vida como múltipla, plural, polifônica.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

Neste sentido, não propomos uma nova receita psicológica, mas uma prática micropolítica que só tomará sentido em relação a um gigantesco rizoma de revoluções moleculares, proliferando-se a partir de uma multidão de devires.

Devir crianças, devir moleque, devir velho, tantas maneiras de inventar, de “maquinar novas sensibilidades”. Nosso objetivo, missão política importante: trazer ao público a riqueza e a complexidade de estar no mundo contemporâneo, sem preconceitos e aprisionamentos, com interpelações do aprender, relacionar-se e crescer, ao mesmo tempo em que se é instado a construir a própria trajetória de vida de modo singular. E essa proposta, “uma nova doçura”, que também seria um princípio na prática psicológica do cuidado, se faz nos encontros, em relação, no entre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho crítico, reflexivo e propositor sobre o idadismo, oriundo de uma perspectiva política da psicologia, é fruto da pesquisa intitulada “Idadismo: conceituação e possibilidades práticas transdisciplinares” do Programa de Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá, mas não se encerra neste estudo. Ele continua acontecendo e será fruto de minha tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Apresento aqui, reflexões que buscam produzir novos pensamentos junto a proposta dos estudos em subjetividade e política.

Em suma, esperamos que as reflexões aqui apresentadas sobre a problemática da lógica idadista e seus desdobramentos em diferentes âmbitos vitais, sobre as possibilidades compreensivas e de respostas vindas da psicologia transdisciplinar, possam gerar disposições nos interessados por esta área de conhecimento.

Afirmamos a necessidade da discussão e sensibilização acerca dos modos de vida e da constante busca de estratégias com base em estudos éticos e científicos, e trocas acerca das práticas de cuidado em Psicologia, para o aprimoramento de dados visando compreender melhor e resistir ao idadismo. Essa compreensão possibilita a redução de preconceitos e discriminações, assim como pode vir a construir mudanças discursivas e



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

comportamentais em torno das idades, em uma afirmação ética da vida e política da Psicologia.

Financiamento: Universidade Estácio de Sá

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. M. R. M. & COIMBRA, C. M. B. Quando a clínica se encontra com a política. UERJ 2019

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981

BOCCO, F. Cartografias da infração juvenil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói. (2006)

BONVIALLI, A. Subjetividade Política Dicionário de Psicologia Política Latino-Americana. / organizadores Elio Rodolfo Parisí, Domenico Uhng Hur, Fernando Lacerda Júnior – Campinas, SP: Editora Alínea (2023)

DELEUZE, G. Conversações. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992

DELEUZE, G. Crítica e Clínica. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997. 254

DELEUZE, G. Espinosa e o problema da expressão. Tradução do GT Deleuze. Coordenação de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2017

DELEUZE, G. Espinosa: filosofia prática. São Paulo: Ed. Escuta, 2002.

DELEUZE, G. & GUATARRI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, Vol.1, 2, 3, 4 e 5. São Paulo: Editora 34, 2011^a.

DELEUZE, G. & GUATARRI, F. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1. Tradução de Luiz Orlandi. São Paulo, Editora 34, 2011.

ESPINOSA. B Ética. Trad. Tomaz Tadeu. Belo. Horizonte: Autêntica, 2009

ESPINOSA, B. Tratado Político. Tradução Diogo Pires Aurélio; revisão Homero Santiago. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009.



I CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

ESPINOSA, B. Tratado Teológico Político. Tradução Diogo Pires Aurélio; revisão Homero Santiago. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. (1996) A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU Ed.

GONDAR, J. A clínica como prática política. Lugar Comum. Número 19. 2009.

GUATTARI, F. As três ecologias. Campinas: Papirus. 1980

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. (1986) Micropolítica: Cartografias do Desejo. Rio de Janeiro: Vozes
Guattari, F. (1985). Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo, SP: Editora Brasiliense.),

HOOKS, Bell. Teoria feminista: da margem ao centro Trad. de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019

HUR, D. U. Psicologia, política e Esquizoanálise – 2º ed – Campinas, SP (2019)

MACIEL, A., KUPERMANN, D. e TEDESCO, S. (org.) Polifonias: Clínica, Política e Criação. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005

NIETZSCHE, F. Vontade de potência. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro 1988

PESSOA, F. Livro do desassossego, por Bernado Soares. São Paulo: Brasiliense, 2015

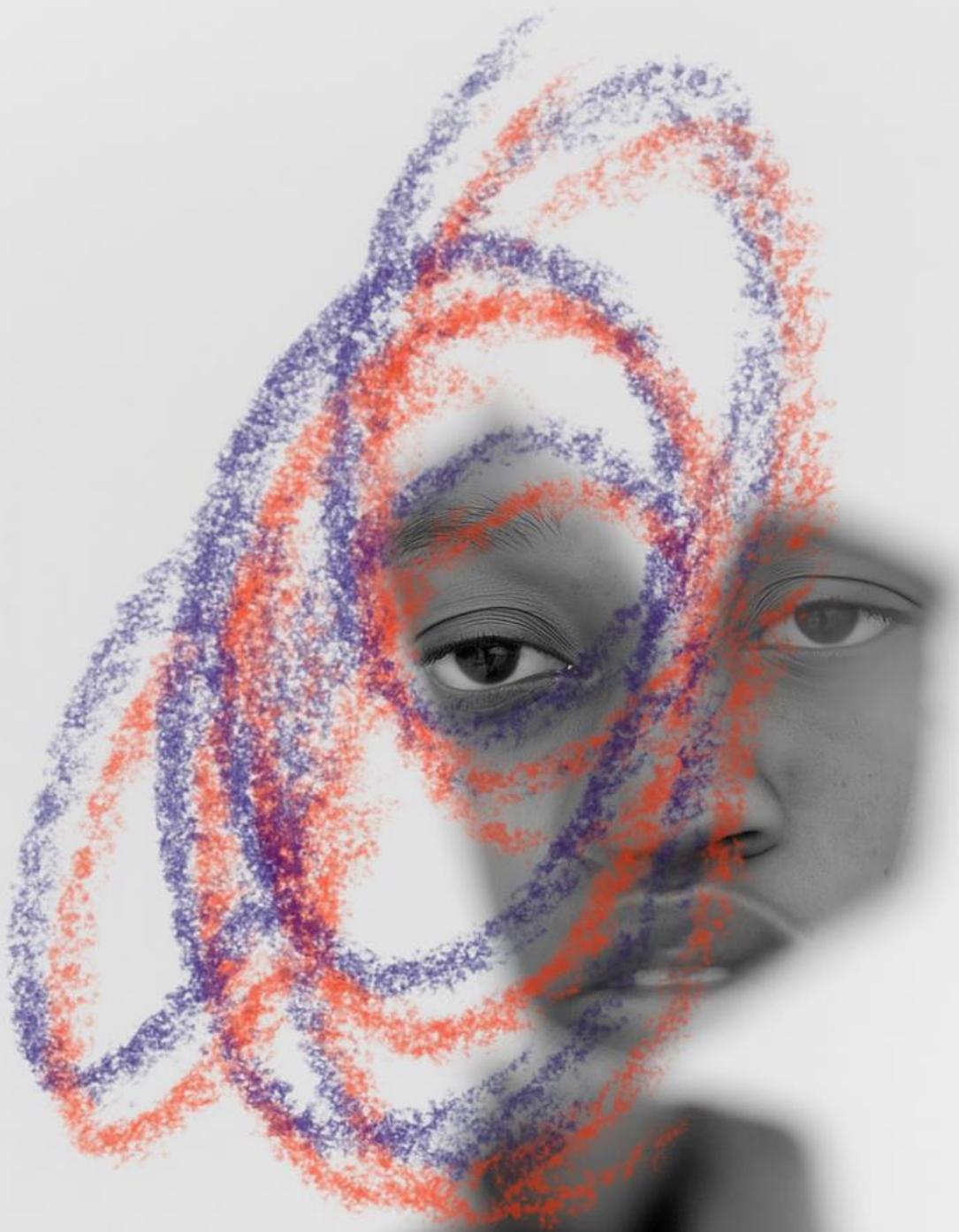
PINHEIRO, A. de A. A. Infâncias y Representaciones Sociales. Paris: BICE, 2013,

RAUTER, C. Clínica Transdisciplinar: Afirmação da multiplicidade em Deleuze/Espinosa. Revista trágica: estudos de filosofia da imanência.v.8, p.45-46.

Relatório mundial sobre o idadismo. Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde; 2022. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. <https://doi.org/10.37774/9789275724453>.

ULPIANO, Cláudio. Gilles Deleuze: A Grande Aventura do Pensamento. 1ed.RiodeJaneiro: Funemac Livros, 2013.

VEYNE, P. (1982) Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história. Brasília: UnB.



Editora
REALCONHECER

ISBN 978-658366802-8



9 786583 668028